



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS
CAMPUS DE RIO CLARO

THIAGO SEBASTIANO DE MELO

**TURISMO E(M) ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: UMA
LEITURA DOS ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO
RURAL**

Rio Claro
2012

Universidade Estadual Paulista
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

Thiago Sebastiano de Melo

**TURISMO E(M) ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA
PERSPECTIVA DA CRÍTICA MARXISTA RADICAL: UMA LEITURA
DOS ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL**

Trabalho apresentado como cumprimento de parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia, área de concentração: Organização do Espaço.

Orientadora: Prof^ª Dra. DARLENE APARECIDA DE OLIVEIRA FERREIRA

Rio Claro - SP
2012

THIAGO SEBASTIANO DE MELO

**TURISMO E(M) ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA
PERSPECTIVA DA CRÍTICA MARXISTA RADICAL: UMA LEITURA
DOS ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Comissão Examinadora

Darnele Aparecida de Oliveira Ferreira

Rosângela Custódio Cortez Thomaz

Edvaldo Cesar Moretti

Rio Claro, SP 26 de Outubro de 2012

AGRADECIMENTOS

Tentarei imprimir aqui certa cronologia, para, até onde for possível, dar conta de agradecer a quem contribuiu nessa etapa e para a conclusão dela, ainda que assuma, já de saída, minha incapacidade para nomear todos os que, de alguma forma, ajudaram na construção deste trabalho.

Dito isso, agradeço:

À professora Isabela Fogaça, que, além de ter sido uma pessoa com a qual pude debater sobre as possibilidades de pensar as práticas sociais para além da racionalidade pragmático-capitalista, foi quem me animou a seguir com os estudos e me apresentou à professora Darlene. Preciso registrar ainda toda sua solicitude, desde os primeiros momentos, para que eu efetivamente fosse incorporado à pós-graduação em Geografia da Unesp de Rio Claro.

À professora Darlene Ferreira, que me recebeu muito bem e sempre foi muito atenciosa com o trabalho e as atividades desenvolvidas nesse período, tendo sido fundamental para meu amadurecimento pessoal, inclusive. E, mais do que isso, topou orientar um trabalho que não está rigorosamente ligado às suas próprias pesquisas, o que, posso atestar, não é fato de menor importância. Com quem espero continuar trabalhando no NEA e no nascente REA.

À Leticia Vieira (ou simplesmente Le), que esteve comigo desde o princípio, sempre apoiando como fosse necessário, debatendo as questões da vida, que, conforme eram assimiladas por mim, iam se imprimindo no texto, e que foi e continuará sendo um porto-seguro.

Ao Diego Olivete (Nariz) e ao Yuri Reis (Alemão), que foram determinantes para que essa etapa se iniciasse e com os quais eu contei e conto, todo o tempo.

Aos amigos-irmãos Ewerton Moraes (Bixão), Bruno Santarelli (Bigão), Wellington Fugi (Japa), Alisson Perantoni (Bactéria) e Murilo Tebet (Miséria); ao último um agradecimento especial pela ajuda, num momento crucial dessa fase, quando a mesma se iniciava.

À Fabiana Vicentim (Fabi) e Polyana Paro, pelas conversas e apoio.

Ao Pedro Henrique (BH), que não deixou logo de início que eu caísse na aridez das reflexões solitárias, estendendo sua solidariedade para além da seara acadêmica.

Ao Rafael Marques e à Ana Gabriela, que foram pessoas que fizeram de Rio Claro um lugar do qual guardarei boas lembranças.

Ao Elias Oliveira (Mineiro) que mesmo não tendo ficado o tempo todo conosco, oportunizou diálogos frutíferos e uma amizade que veio para ficar.

Aos componentes do NEA e aos componentes do Tramas, que propiciaram, até onde minha capacidade permitiu, um amadurecimento nas reflexões sobre diversos assuntos. Particularmente, ao Silas, ao Fernando, à Bruna e à Martha, que foram importantes, também, fora da universidade.

Ao grupo de reflexão sobre a obra de Henri Lefebvre, notadamente ao Rafael Oliveira (Itu), pelos diálogos, cervejas, indicações de leitura, e tudo o mais que uma amizade traz; à Stefanie Pereira, pelas conversas sempre muito construtivas, e ao Magno Filho, pela força e provocação em momentos preciosos.

Ao Cleber, pelas conversas e cafés no prédio da pós.

Ao professor José Gilberto Souza, por ter cedido espaço às minhas inquietações, respondendo e me ajudando a sistematizá-las tanto quanto possível.

Às pessoas que moraram comigo, pelo simples fato de me aturar, tarefa nada fácil!

Ao Rafael Oliveira (Araraquara), amigo de primeira hora, sempre prudente e disposto a uma conversa.

Ao Bruno (Moita) pelas palavras sempre serenas e ajuda técnica incomensurável.

À família, que são estruturantes do que eu sou!

RESUMO

Este trabalho busca analisar as aproximações e distanciamentos entre duas formas específicas de uso e ocupação do espaço: o turismo e o assentamento de Reforma Agrária. Aderindo ao entendimento de que o território ocupa centralidade na Geografia, e assumindo a concepção classista desse conceito, a pesquisa traz referências contemporâneas que advogam e comprovam a atualidade do pensamento marxista, o que leva à formulação da necessidade da crítica marxista radical, doravante nomeada apenas como crítica. A partir desse suporte teórico-conceitual, os objetivos específicos são relacionar a expansão da territorialização do capital à pressão sobre os assentamentos de Reforma Agrária; problematizar sobre a atual matriz hegemônica de produção agrícola, o agronegócio; pensar o turismo como elemento constituinte, ou, no limite, fortalecedor de territorialidades camponesas ligadas a projetos de transformação social a partir dos assentamentos de Reforma Agrária; fazer uma análise dos trabalhos apresentados em todas as edições do Congresso Brasileiro de Turismo Rural – CBTR, para mensurar as pesquisas críticas sobre turismo no espaço rural; elaborar uma espacialização dos estudos sobre turismo no espaço rural. Para tanto, o estudo se apoia numa pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, numa entrevista com o professor Ariovaldo Umbelino Oliveira, na leitura e análise de 332 textos publicados nos anais das sete edições do CBTR. Consolidada a análise dos textos, e articulada com as reflexões e informações da entrevista e do referencial teórico-conceitual, a pesquisa evidencia a escassez de estudos críticos, a concentração dos estudos sobre turismo no espaço rural na região sudeste do país, bem como uma adesão de grande parte destas pesquisas aos conceitos de agricultura familiar, novo rural e desenvolvimento territorial – em sua concepção liberal. De outro modo, conclui que, à medida que o assentamento de Reforma Agrária se erige como espaço de resistência, o turismo pode compor esse território e territorialidade.

Palavras-chave: Turismo; Turismo em assentamento de Reforma Agrária; Território classista; Crítica marxista radical; CBTR

ABSTRACT

This paper explores the similarities and differences between two specific forms of occupation and use of space: tourism and settlement of Agrarian Reform. Adhering to the understanding that the territory occupies centrality in Geography, and assuming the design class this concept, the research brings contemporary references that advocate and demonstrate the relevance of Marxist thought, which leads to the formulation of the need for radical Marxist critique, hereafter named only as critical. From this conceptual-theoretical support, the specific objectives are to relate the expansion of the territorial capital to pressure on the settlements of Agrarian Reform; problematize hegemonic matrix on the current agricultural production, agribusiness; think tourism as a constitutional, or, ultimately, strengthening of peasant territorialities linked to projects of social transformation from the settlements of Agrarian Reform; make an analysis of the papers presented in all editions of the Brazilian Congress of Rural Tourism - CBTR to measure the critical research on rural tourism ; develop a spatial studies on rural tourism. Therefore, the study is based on a literature search and exploratory, in an interview with Professor Ariovaldo Umbelino Oliveira, reading and analysis of 332 articles published in the Annals of the seven editions of CBTR. Consolidated analysis of texts, and combined with the ideas and information from the interview and the theoretical-conceptual, research shows that few critical studies, the concentration of studies on rural tourism in the southeast region of the country, as well as a membership much of this research the concepts of family agriculture, new rural and territorial development - in its liberal conception. Otherwise, we conclude that, as the settlement of Agrarian Reform is built as a space of resistance, tourism can make up this territory and territoriality.

Keywords: Tourism, Tourism in settlement of Agrarian Reform; Territory classist; radical Marxist Critique; CBTR

LISTA DE SIGLAS

CBTR – Congresso Brasileiro de Turismo Rural

COAPAR – Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

COPAVI – Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FEALQ – Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MCP – Movimento Camponês Popular

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTur – Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do crescimento

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente

PNT – Plano Nacional de Turismo

PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PROINTUR – Programa Nacional de Infraestrutura Turística SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PT – Partido dos Trabalhadores

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

TARA – Turismo em Assentamento de Reforma Agrária

UF – Unidade Federativa

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 PREMISSAS TEÓRICO-CONCEITUAIS	13
2.1 Para além do capital	13
2.2 Capital x Natureza: outra racionalidade é necessária	19
2.3 Territorialização do capital no campo e a expropriação do camponês.....	23
2.4 Território e classe social	30
3 O CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL E O TURISMO EM ASSENTAMENTOS.....	33
3.1 Abrangência Espacial das Pesquisas do CBTR.....	35
3.1.1 A presença Internacional no CBTR.....	45
3.2 Conferências do CBTR: apresentação e análise.....	46
3.3 Uma perspectiva crítica	54
3.4 Turismo em Assentamentos de Reforma Agrária.....	58
3.4.1 Apontamentos sobre TARA no IV CBTR.....	59
3.4.2 Apontamentos sobre TARA no V CBTR.....	61
3.4.3 Apontamentos sobre TARA no VI CBTR.....	63
3.4.4 Apontamentos sobre TARA no VII CBTR.....	65
3.4.5 Sobre o conjunto dos textos de TARA	71
4 ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA: PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR E ESPAÇO DE RESISTÊNCIA	75
4.1. Prolegômenos.....	75
4.2. Reforma Agrária: antes de tudo, um princípio constitucional	78
4.3 Sobre a necessidade de outra matriz produtiva para a agropecuária	80
4.4 O assentamento como potencial espaço de resistência e território em disputa.....	83
5 PARA PENSAR A ATIVIDADE TURÍSTICA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA	97
5.1 Sociedade de consumidores.....	98
5.1.1 Uma nova noção de tempo, a sociedade de consumidores e a ética humanista	99
5.1.2 Turismo na perspectiva da sociedade de consumidores.....	101
5.2 Turismo, desenvolvimento sustentável, educação ambiental e reforma agrária: um processo de harmonização	102
5. 3 Turismo em Assentamentos de Reforma Agrária.....	109

5.3.1 Trabalho e Reprodução Social	116
5.3.2 Ideologia e Valor	118
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	128

1 INTRODUÇÃO

A década de 90 do século passado parecia materializar, de fato, o “fim da história”. A expectativa era que havíamos descoberto a “fórmula ótima da ordem socioeconômica”. Contudo, as décadas seguintes iriam mostrar, definitivamente, a impossibilidade de encarar o mercado como um “mecanismo benigno que funciona melhor quando deixado por conta própria” (ŽIŽEK, 2011a) Hoje, o conjunto de movimentações vivenciadas evidencia a necessidade de aceitar as considerações de Žižek de que não há novidades a serem oferecidas pelas estratégias neoliberais, e que se renovam os olhares marxistas sobre a regulação do mercado. E isso é extremamente importante, pois o sistema-mundo ainda caminha sob os preceitos neoliberais, que direcionaram a sociedade à pior crise econômica desde 1929 (MÉSZÁROS, 2011); e aqui estamos nos referindo, sobretudo, aos países centrais do capitalismo, às principais instituições financeiras, às organizações globais, cujo papel é regular a harmonia mundial, como o Fundo Monetário Internacional, Organização das Nações Unidas, Organização Mundial do Comércio, entre outras, cujas políticas têm se mostrado ineficientes e ineficazes, mesmo no controle da crise.

A conciliação de interesses do capital financeiro internacional leva Estados, tanto os de capitalismo avançado como os ditos “subdesenvolvidos” e/ou “em desenvolvimento”, a pautarem suas políticas públicas na direção de propiciar a reestruturação da musculatura de um sistema econômico que, por seu turno, já deu e continua dando provas de que não tem como se sustentar sem que, necessariamente, tenha-se, no mínimo, uma (grande) parte dos países sob condição de subsunção total aos interesses do capital. Tudo iria bem (?) se não ocorressem tais crises, as quais, quando eclodem, colocam o mundo todo em alerta.

Obviamente, a saída é a mais prática: remediar, com dinheiro público, a falência generalizada das instituições privadas, estatizando-as, inclusive, quando preciso, e, na sequência, propagandeando que o pior da crise se foi e que podemos, e devemos, voltar aos velhos hábitos, esvaziando assim as reflexões e escamoteando o problema estrutural pelo qual passamos. Adia-se a próxima crise!

Passamos, em verdade, por uma crise estrutural do capital (MESZAROS, 2011), cujo problema mais latente é o que alguns têm chamado de superacumulação, ou seja, o problema de se encontrar onde investir o capital para que ele continue a se reproduzir (HARVEY, 2011). Decorrente disso, obviamente, é preciso (para os capitalistas) que se encontrem oportunidades para o capital se reproduzir. Chegamos então no primeiro ponto que toca

diretamente esta pesquisa: O Turismo. A partir da leitura de Ouriques¹ (2005), essa atividade econômica cumpre esse papel de funcionar como instrumento de reprodução ampliada do capital. Isso porque o turismo é tido, hoje, tanto como um direito quanto como uma oportunidade de lucros. Assim, transforma-se o ócio, o direito às férias remuneradas, os momentos de lazer, em possibilidades de se reproduzir o capital (CORIOLANO, 2006).

O turismo é, dessa forma, uma saída oportuna e pontual para um problema estrutural. O Brasil, nesse contexto, impulsionado por seu protagonismo no novo cenário de correlação de forças internacionais (o país é o quarto credor dos Estados Unidos, tem o atual diretor geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, é a sexta maior economia mundial, entre outros), promove e incentiva o turismo em seu território.

De outro modo, qual a posição do governo federal para lidar com as ainda vivas e latentes consequências da crise econômica de 2008? O governo opta por fortalecer o mercado interno e, para tanto, utiliza uma série de ferramentas, como o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que, entre outros desdobramentos, consegue oferecer um número expressivo de empregos na construção civil. É de tal forma expressiva essa geração de empregos na construção civil que ela é apontada como um dos motivos do arrefecimento das mobilizações dos movimentos sociais de luta pela terra. Para não perdermos o foco, não iremos nos debruçar sobre a condição em que estes postos de trabalhos são criados, bastando sinalizar que a “revolta de Jirau”² ilustra sem exageros estas condições.

Apenas essa contradição do Governo Federal de querer combater as consequências da crise (estrutural) do capitalismo, ao mesmo tempo em que promove o turismo (em termos mercadológicos), um dos possíveis elementos de sua reprodução, já suscitaria maiores reflexões do que as que vêm sendo apresentadas, grosso modo.

No entanto, como aponta Stédile (2010), temos ainda outro grande problema, que é o de, no seu caminho para fugir da crise, o capital financeiro internacional buscar nos países do hemisfério sul condições para se estabilizar. Decorre disso que, entre outras questões graves, a

¹É preciso dizer que nos embasamos na compreensão do referido autor sobre o fenômeno turístico não à toa, e sim porque este pesquisador traz uma leitura verdadeiramente marxista sobre tal fenômeno, que se distancia em grande medida das linhas de pesquisas hegemônicas, como o próprio autor teve oportunidade de demonstrar na obra aqui referenciada.

² A mencionada revolta foi um levante em importantes canteiros de obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, uma das principais apostas do Governo Federal para melhorar a infraestrutura do país e manter aquecido o mercado interno. Cf. BRASILIACONFIDENCIAL. **Governo avisa que punirá “trabalho indecente” e anarquia nos canteiros do PAC.** 2011. Disponível em: <http://www.brasiliaconfidencial.inf.br/?p=27640> Acessado em: 30/03/2011. BRASILIACONFIDENCIAL. **Mais de 82 mil operários já pararam por salários e condições de trabalho.** 2011. Disponível em: <http://www.brasiliaconfidencial.inf.br/?p=27878> Acessado em: 05 abr. 2011.

agricultura é pautada hoje pelo interesse desse capital, ao qual, ainda segundo Stédile (idem), grande parte dos governos está submissa, definindo suas políticas agrícolas a partir de vontades de empresas transnacionais.

Tais interesses criaram a bioeconomia (RIBEIRO, 2010), que, longe de ser uma economia regulada pela preocupação com a manutenção da vida, é uma economia onde toda a biosfera é *commodity*. De saída, já causa preocupação tratar toda sorte de vida como mercadoria. Ocorre que, como dito, uma das principais atividades transformadas em mera mercadoria nos dias que correm é a alimentação.

Não é possível que pensemos a produção alimentar, condição primeira para a sobrevivência e reprodução da espécie humana, como mercadoria igual a outra qualquer. Justamente por ser uma questão universal, tal qual a iminente crise ecológica e a crescente falta de água, a crise alimentar assusta a população mundial, que se vê compelida a reagir. E justamente nesse ponto entram os assentamentos de Reforma Agrária.

Se o atual modelo imposto para a agricultura mundial, o agronegócio, tem como característica marcante o ataque ao meio ambiente, é preciso que se efetive um modelo de agricultura diverso, com outra matriz tecnológica e produtiva. Nesse cenário, desponta internacionalmente a agroecologia como matriz desse novo modelo. E é justamente essa matriz técnico-produtiva que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem defendido para os assentamentos e acampamentos nos quais se faz presente, bem como para o conjunto dos pequenos e médios produtores rurais.

Os assentamentos, se constituídos a partir dessa perspectiva, têm condições de protagonizar o enfrentamento necessário com o atual modelo hegemônico de agricultura, e, por isso só, já merecem ter políticas públicas cada vez mais eficazes para sua implantação e estruturação. O assentamento Pontal do Tigre, localizado no estado do Paraná, ilustra bem essa capacidade, sendo que responde por 33% do arroz produzido no estado em que está sediado (MST, 2011). Dessa forma, é possível mostrar à sociedade que não é preciso o uso indiscriminado de agrotóxicos para que se possa produzir em grande quantidade, como afirmam as grandes empresas e defensores do agronegócio.

Todavia, o assentamento, depois de constituído, também é um espaço em disputa. Quando Ribeiro (2010) diz que “o capitalismo sempre faz novos negócios a partir dos desastres que provoca e, quanto maior é o desastre, maior é o negócio”, podemos perceber essa dinâmica na disputa pelos assentamentos de Reforma Agrária. Se a questão da concentração fundiária não é necessariamente um problema de ordem capitalista, visto que no país ela encontra sua gênese na colonização portuguesa, é inegável que hoje em dia ela se

objetiva na racionalidade capitalista, visto que há anos a concentração fundiária só faz aumentar. E esse aumento não se dá descolado do modelo agrícola hegemônico. Assim, apesar de todo o discurso midiático que intenta deslegitimar a Reforma Agrária, e de posturas empresarias, e mesmo do Estado e de governos, que colocam a expansão agrícola como necessária à soberania nacional, depois de constituídos os assentamentos o agronegócio entra na disputa por tais espaços. Contando com uma política pública deficitária no tocante à assistência técnica, créditos para infraestrutura e comercialização, e serviços básicos, como saúde, educação e cultura, não se torna difícil para o agronegócio conseguir arrendar, e mesmo tomar, terras dentro dos assentamentos.

Não seria preciso dizer que discordamos dessa prática, ainda que reconheçamos as condições objetivas que lhe dão margem. No entanto, não se trata apenas de uma questão de concordância, moral ou mesmo legal. Trata-se de uma questão de estratégia na disputa entre projetos conflitantes para a sociedade. O assentamento só pode se constituir como um território de resistência, na medida em que resiste ao atual modelo agrícola hegemônico e, paralelamente, constrói outra sociabilidade, que não tenha como essência a mercadoria. Por isso é que, no momento em que o assentamento se torna o *locus* de reprodução do capital do agronegócio, ele deixa de constituir-se em um espaço de resistência.

Ocorre que não é apenas por meio do arrendamento que a racionalidade capitalista disputa o espaço dos assentamentos de Reforma Agrária. De modo geral, podemos dizer que a própria formação dos assentados está em disputa. Logo, a mídia, a educação formal, e toda sorte de relações que se impõem no dia a dia, consolidam a disputa por determinado projeto de sociedade. Nesse aspecto, o turismo precisa ser concebido como uma dimensão de alteridade, ou irá se inserir como um elemento da atualização e legitimação da sociabilidade capitalista nos assentamentos.

Como dissemos em outro momento, *a priori* a essência da mercadoria-turismo está em um modo de ser burguês que aprisiona todos os sujeitos como desejo (objeto-consumo). Então, até esse ponto, temos plena concordância com as reflexões que Ouriques (2005) traz acerca do papel do turismo nos dias atuais. Todavia, entendemos que o turismo não é apenas uma forma específica de reprodução do capital, é, também, uma forma específica de relação, e que está em disputa. Contudo, não se trata da disputa momentânea, ou, dito de outro modo, não se trata de acreditar que é o momento da visita, apenas, que está em disputa. Queremos dizer que não é o turismo que faz do outro um objeto, e sim a sociabilidade capitalista, que tem como substância a mercadoria. Ou seja, a ideologia capitalista desaloja a centralidade do trabalho, colocando em seu lugar a mercadoria. É o consumo como essência das relações

humanas. Portanto, quando refletimos sobre turismo em assentamentos de Reforma Agrária, a grande questão deve ser: em que medida essa atividade se aproxima e/ou se distancia do projeto em que se insere a constituição de tais assentamentos?

O assentamento é um espaço que oportuniza uma forma de uso e ocupação do solo qualitativamente diversa da forma operacionalizada pelo agronegócio. Se mantivermos em tela que ele, o assentamento, está inserido no conjunto do território nacional que tem sofrido com a expansão da territorialização do capital, ao mesmo tempo em que se erige como possibilidade de resistência, e que o turismo tem sido um elemento importante dessa expansão, funcionando para legitimá-la e atualizá-la, temos, então, uma ótima justificativa para o estudo proposto. Ocorre que, além disso, a atividade turística tem, de fato, se inserido nos assentamentos, o que, por si, já ensejaria estudos a esse respeito. Assim, reforça-se a necessidade de um estudo sobre a relação entre turismo e assentamentos.

Vale dizer ainda que o motivo de pensar a atividade turística nos assentamentos, e não apenas o assentamento como espaço de resistência, é a preocupação com o discurso empreendedor que avança sobre os produtores rurais e, nesse sentido, também sobre os assentados, o que pode levar a uma “harmonização social” prejudicial, pois nega e subverte a causa central da desigualdade na sociedade contemporânea.

Posto isso, evidencia-se a atualidade da teoria marxista para a compreensão das problemáticas sociais em curso, e reforça-se a importância da crítica radical, no sentido marxista, qual seja, de ir à raiz do problema, neste caso, o capitalismo (em crise). Decorre de tais proposições a aproximação com a constatação de Helton Ricardo Ouriques (2005), de que há um pequeno número de estudos críticos (radicais), nos termos aqui expostos, sobre a atividade turística.

A partir do exposto, o objetivo geral da pesquisa é analisar criticamente o fenômeno turístico, trazendo-o para o bojo das reflexões que se impõem ao campo, sobretudo no tocante aos assentamentos da Reforma Agrária. De forma específica, a pesquisa busca: a) relacionar a expansão da territorialização do capital à pressão sobre os assentamentos de Reforma Agrária; b) problematizar sobre a atual matriz hegemônica de produção agrícola, o agronegócio; c) pensar o turismo como elemento constituinte, ou, no limite, fortalecedor de territorialidades camponesas ligadas a projetos de transformação social a partir dos assentamentos de Reforma Agrária; d) fazer uma análise dos trabalhos apresentados em todas as edições do Congresso Brasileiro de Turismo Rural – CBTR, para mensurar as pesquisas críticas radicais sobre turismo no espaço rural; e) elaborar uma espacialização dos estudos sobre turismo no espaço rural.

Metodologicamente, para darmos conta dos objetivos propostos, utilizamos as seguintes técnicas: entrevista com um pesquisador notoriamente reconhecido por seus estudos sobre a questão agrária, e cuja linha teórica está próxima da nossa; uma revisão bibliográfica acerca dos assuntos abordados, dando ênfase a alguns dos principais estudiosos marxistas contemporâneos; leitura e análise dos textos que compõem os anais do CBTR e elaboração de um banco de dados sobre o evento, para sistematizar e facilitar consultas e análises. A criação e a organização do banco de dados estão baseadas em Ferreira (2002). Nesse particular metodológico, vale a pena ainda esclarecer que o método dialético sustenta a pesquisa, e, em função disso, e concordando com Žižek (2011a, p.18), fazemos não “uma análise neutra, mas sim engajada e extremamente “parcial” – pois *a verdade é parcial*, só acessível quando se adota um dos lados, mas nem por isso menos universal” (grifo do autor). E como o autor, “o lado que se adota aqui, claro, é o do comunismo” (idem). Isso porque buscamos analisar a totalidade em que está inserida a questão da ocorrência do turismo nos assentamentos de Reforma Agrária, e como Žižek pontua, “No marxismo autêntico, a totalidade não é um ideal, mas uma noção crítica; situar um fenômeno em sua totalidade não significa ver a harmonia oculta do Todo, mas incluir em um sistema todos os seus “sintomas”, seus antagonismos e inconsistências, como partes integrantes” (ŽIŽEK, 2011a, p. 71).

Tais procedimentos metodológicos respondem por nossa preocupação em analisar criticamente esse fenômeno da inserção do turismo nos assentamentos de Reforma Agrária. Também por isso, partimos, como foi supracitado, de Ouriques (2005). Ao realizar uma análise marxista sobre o turismo, em seu livro “A produção do turismo: fetichismo e dependência”, o autor divide os estudos sobre o turismo em quatro linhas de interpretação– a corrente liberal, a corrente do planejamento estatal, a corrente pós-moderna e a corrente crítica. No levantamento realizado por Ouriques, ele identifica que a corrente crítica é a que conta com menos pesquisas e pesquisadores. Partindo dessa constatação, decidimos saber se também nos estudos sobre turismo no meio rural e, sobretudo, nos estudos sobre turismo em assentamentos de Reforma Agrária ocorre tal fato.

Para tanto, optamos por trabalhar com o conjunto dos textos publicados nos anais do CBTR, pois, por sua abrangência nacional, podemos perscrutar onde estão sendo realizados os estudos sobre turismo no meio rural no país e quantos são os estudos, neste congresso, sobre turismo em assentamentos de Reforma Agrária, identificando, igualmente, a criticidade de tais estudos.

2 PREMISSAS TEÓRICO-CONCEITUAIS

O que pretendemos nesse capítulo é elaborar o exercício de aproximar formulações teórico-conceituais, para que tenhamos uma base para as colocações que seguem nos próximos capítulos. Dessa forma, partindo da premissa de que o capitalismo é um modelo de organização social intrinsecamente desigual para as classes, sendo perverso, inclusive, intra-classe, ao generalizar problemas que podemos chamar de socioambientais e econômicos, retomaremos proposições que seguem no sentido de explicitar as contradições estruturais que se manifestam e ganham contornos contemporâneos com o atual estágio do capitalismo (financeiro).

2.1 Para além do capital

“a desigualdade estruturalmente imposta é a característica definidora mais importante do sistema do capital”
Mészáros (2011)

Uma análise que se pretenda radical, em termos marxistas, precisa, indubitavelmente, ir à raiz do problema a ser tratado. Dessa forma, ainda que o objetivo desta dissertação não seja o aprofundamento sobre o sistema capitalista e o capital, é imperioso que façamos uma contextualização, uma vez que são esses os dois pilares que sustentam em grande medida os problemas dos quais trataremos nesse momento, e que estão diretamente relacionados com a (não) Reforma Agrária realizada no país e com o fenômeno do turismo.

Nesse sentido, partimos, inicialmente, da importante diferenciação que faz Mészáros (2011) a respeito de capital e capitalismo. Antunes esclarece que:

[...] para Mészáros, *capital* e *capitalismo* são fenômenos *distintos*. O sistema de capital, segundo o autor, antecede o capitalismo e tem vigência também nas sociedades pós-capitalistas. O capitalismo é *uma* das formas possíveis de realização do capital, uma de suas *variantes históricas*, presentes na fase caracterizada pela generalização da *subsunção real* do trabalho ao capital, que Marx denominava como capitalismo pleno. Assim como existia *capital* antes da generalização do capitalismo (de que são exemplos o capital mercantil, o capital usurário etc.), as formas recentes de sociometabolismo permitem constatar a continuidade do capital mesmo *após* o capitalismo, por meio da constituição daquilo que Mészáros denomina como “sistema de capital pós-capitalista” [...] (ANTUNES, 2011, p. 10, grifos do autor).

Há ainda outro esclarecimento que Antunes faz acerca da obra de Mészáros e que julgamos ser fundamental para embasar o entendimento da sociedade numa perspectiva revolucionária de viés proletário.

O *sistema sociometabólico* do capital tem seu núcleo central formado pelo tripé *capital, trabalho assalariado e Estado*, três dimensões fundamentais e diretamente inter-relacionadas, o que impossibilita a superação do capital sem a eliminação do *conjunto* dos três elementos que compreendem esse sistema. Não é suficiente, portanto, segundo Mészáros, eliminar *um* ou mesmo *dois* dos polos do *sistema sociometabólico do capital*, mas é imperioso eliminar os seus três pilares. (ANTUNES, 2011, p. 11, grifos do autor).

A partir do exposto, temos que a superação do capitalismo não leva, necessariamente, à superação do capital. Contudo, a construção das condições de superação do capitalismo, por certo, está ligada (e precisam intermediar) às relações possíveis com o Estado e com o trabalho, visto que no capitalismo, tanto um quanto outro são usados como elementos especificamente para sua reprodução. Não é de se admirar, portanto, que diante de uma crise, como a que assistimos, o trabalho seja afetado duramente e os trabalhadores sofram as reais consequências da crise.

No meio do furacão da crise que agora atinge o coração do sistema capitalista, vemos a erosão do trabalho relativamente contratado e regulamentado, herdeiro da era taylorista e fordista, modelo dominante no século XX – resultado de uma secular luta operária por direitos sociais – que está sendo substituído pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, “trabalho atípico”, formas que oscilam entre a superexploração e a própria autoexploração do trabalho, sempre caminhando em direção a uma precarização estrutural da força de trabalho em escala global. (ANTUNES, 2011, p.13).

Devíamos olhar com atenção para esse quadro, se levarmos em consideração esse apontamento de Antunes e a indicação de Mészáros de que essa crise estrutural do capital irá piorar e acarretará ainda mais problemas para as populações, com pior rebatimento, óbvio, para as classes mais desfavorecidas.

[...] a crise estrutural do sistema do capital como um todo – a qual estamos experimentando nos dias de hoje em uma escala de época – está destinada a piorar consideravelmente. Vai se tornar a certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural. (MÉSZÁROS, 2011, p. 17).

E em que consiste, então, essa crise estrutural, analisada por Mészáros no conjunto de sua obra, que conta, ainda, com importante contribuição de outros pesquisadores? Trata-se, em verdade, de uma crise inerente ao próprio desenvolvimento do sistema, e que por isso não pode ser tomada como pontual, pois mesmo que o sistema se rearranje a cada nova crise, elas

tendem a afetar cada vez mais profunda e gravemente o “coração do sistema”, qual seja, sua possibilidade de reprodução. Vale dizer que, essa é uma ponderação que solidifica à luz dos direitos de trabalhadores e dos povos em geral, conquistas outrora. Pois, como dito, a cada crise o sistema se rearranja e cria maneiras de atualizar sua reprodução. Contudo, numa sociedade que se “globaliza” a passos largos, essa atualização não se dá sem que sejam derrubados os direitos de povos e nações; e mesmo dentro dos Estados capitalistas centrais.

Sendo assim, à medida que avançam os desdobramentos da crise, impondo consequências e restrições a um número cada vez maior de pessoas ao redor do mundo, fica mais evidente uma característica fundamental desse modo de organização social: a mercantilização de tudo quanto for possível. De todo modo, apesar dessa tendência “mercantilizadora”, que passa, inclusive, pela mercantilização de modos de vida, grosso modo, os privilégios entre e intra-classe se mantêm. Ocorre, portanto, que mesmo quando nos deparamos com questões fundamentais, como são o trabalho e a alimentação, sendo modificadas/moldadas pela e para conveniência do capital, não há uma solidariedade (de classe) plena, pois uns se percebem, e realmente estão, menos afetados pela perversão sistêmica do capital do que outros. Isso porque o capitalismo começa a ganhar contornos que fogem da leitura padrão, mesmo a marxista (ŽIŽEK, 2012).

Dessa forma, é preciso que avancemos no sentido de construir outras relações interpessoais, o que constitui a revolução para Žižek (2011a), que busquem a superação do capitalismo e do próprio sistema sociometabólico do capital (MÉSZÁROS, 2011). Todavia, hoje vivemos num momento em que a centralidade do trabalho foi desalojada em favor do favorecimento da centralidade da mercadoria, o que Bauman (2008) vai definir como sociedade de consumidores. E, de tal forma, é complicado pensar em assumir uma “posição proletária” que norteie a revolução a partir das relações interpessoais (ŽIŽEK, 2011a) e crie novos valores sociais (MÉSZÁROS, 2011). Contudo, não só é possível, como avaliamos necessário.

Hoje, a ideologia dominante pretende nos fazer aceitar a “impossibilidade” da mudança radical, da abolição do capitalismo, da democracia não restrita ao jogo parlamentar, etc., para tornar invisível o impossível/real do antagonismo que transcende as sociedades capitalistas. Esse real é impossível no sentido de que é o impossível da ordem social existente, ou seja, seu antagonismo constitutivo – que, entretanto, de modo algum implica que não se possa tratar diretamente com esse real/impossível e transformá-lo radicalmente num ato “maluco”, que muda as coordenadas “transcendentais”

básicas de um campo social. É por isso que, como explica Zupančič, a fórmula de Lacan de superação de uma impossibilidade ideológica não é “tudo é possível”, e sim “o impossível acontece”. O real/impossível lacaniano não é uma limitação a priori que deveria ser levada em conta de modo realista, mas o domínio do ato, de intervenções que podem mudar suas coordenadas: o ato é mais importante que uma intervenção no domínio do possível; o ato muda as próprias coordenadas do que é possível e, portanto, cria retroativamente suas próprias condições de possibilidade. É por isso que o comunismo também diz respeito ao Real: agir como comunista significa intervir no real do antagonismo básico que subjaz ao capitalismo global de hoje. (ŽIŽEK, 2011a, p.13).

Aceitando que é possível transformar a realidade e que, sobretudo, é preciso mudá-la, no que concerne à forma de organização social e produção/circulação/distribuição de mercadorias/capital, é necessário atentarmos para a imprescindibilidade de nos empenhar nessa transformação, que não ocorrerá decorrente do levante/ação de um segmento social isolado.

[...] a nova política emancipatória não brotará mais de um agente social em particular, mas da combinação explosiva de diversos agentes. O que nos une é que, em contraste com a imagem clássica do proletariado que “não tem nada a perder, a não ser os grilhões”, corremos o risco de perder *tudo*: a ameaça é que sejamos reduzidos a sujeitos abstratos vazios de todo conteúdo substancial, despossuídos de nossa substância simbólica, nossa base genética fortemente manipulada, vegetando num ambiente inóspito. Essa tripla ameaça ao nosso ser inteiro transforma todos nós em proletários, reduzidos à “subjetividade sem substância”, como explicou Marx nos *Grundrisse*. O desafio ético-político é nos reconhecermos nessa imagem; de certo modo, somos todos excluídos, tanto da natureza quanto de nossa substância simbólica. (ŽIŽEK, 2011a, p. 83-84).

Contudo, temos que evitar a “autoinstrumentalização”, a leitura messiânica de inserção nessa dinâmica:

“Nós somos aqueles por quem estávamos esperando”. (É outra versão do lema de Gandhi: “Seja você a mudança que deseja ver no mundo”). Esperar que alguém faça o serviço por nós é um modo de racionalizar nossa inatividade. Mas a armadilha que devemos evitar aqui é a da autoinstrumentalização perversa: “nós somos aqueles por quem estávamos esperando” não significa que tenhamos de descobrir que somos o agente predestinado pela sorte (necessidade histórica) para realizar a tarefa, mas o oposto, isto é, que não há grande Outro em que nos basear. Ao contrário do marxismo clássico, no qual “a história está do nosso lado” (o proletariado cumpre a tarefa predestinada de emancipação universal), na constelação contemporânea o grande Outro está *contra* nós: deixado por conta própria, o impulso interior de nosso desenvolvimento histórico leva à catástrofe, ao apocalipse; portanto, só o que pode impedir tal calamidade é o *voluntarismo*

puro, em outras palavras, nossa decisão livre de agir contra a necessidade histórica. (ŽIŽEK, 2011a, p. 128-129).

Nesse sentido, Mészáros (2011) também entende que há uma liberdade nessa opção de construção desse enfrentamento com a “necessidade histórica”.

[...] as determinações de valor da ordem socialista não podem prevalecer de forma possível a não ser que as consciências individual e social sejam conjuminadas de modo apropriado em sua realidade substantiva, pelos indivíduos sociais particulares como produtores livremente associados. (MÉSZÁROS, 2011, p.128).

Entretanto, optar por construir uma alternativa ao capitalismo e a superação do sistema sociometabólico do capital não é simples. É uma decisão que, indubitavelmente, exige a interiorização dessa condição de excluído e da manutenção da disposição em levar adiante práticas que objetivem tal construção.

Transformações revolucionárias não podem ser realizadas sem no mínimo a mudança de nossas ideias, o abandono de nossas crenças mais caras e preconceitos e de vários confortos diários e direitos, a submissão a um novo regime diário, a mudança de nossos papéis sociais e políticos, a reavaliação de nossos direitos, deveres e responsabilidades e a alteração de nosso comportamento para melhor nos conformarmos com as necessidades coletivas e a vontade comum. O mundo que nos cerca – nossa geografia – deve ser radicalmente reformulado, assim como nossas relações sociais, a relação com a natureza e todas as outras esferas da ação no processo correvolucionário. É compreensível, até certo ponto, que muitos prefiram a política de negação a uma política de confronto ativo com tudo isso. (HAVEY, 2011, p. 201).

Para Harvey (2011, p.197), “A consciência de classe é produzida e veiculada tanto nas ruas, bares, cozinhas, capelas, centros comunitários e quintais dos subúrbios da classe trabalhadora como nas fábricas”. De modo que, partindo dessa noção ampliada de excluídos, a universidade também exerce um papel fundamental nesse sentido. Entretanto, para que mudanças nas condições atuais possam ocorrer, os intelectuais (e acadêmicos, vale dizer,) precisam se reposicionar.

Essas condições [grosso modo, o *status quo* do capitalismo contemporâneo] não podem ser alteradas sem que os intelectuais profissionais, primeiro, coloquem sua própria casa em ordem. A grande traição dos intelectuais que se tornaram tão cúmplices da política neoliberal da década de 1980 precisa

ser revertida antes de alianças significativas poderem ser construídas com os excluídos e despossuídos. (HARVEY, 2011, p.195)

Todavia, para que seja possível uma prosperidade do pensamento crítico, ele próprio deve ganhar legitimidade, já que, a partir dessa insistência em (no máximo) reformar o capitalismo, uns porque não conseguem perceber a necessidade e possibilidades de mudanças, outros porque acreditam, deliberadamente, que essa é a melhor opção (ou mesmo, a única), deslegitimam-se as posições críticas e radicais.

A repressão das correntes críticas e radicais do pensamento ou, para ser mais exato, o confinamento do radicalismo dentro dos limites do multiculturalismo da escolha cultural criam uma situação lamentável na academia e fora dela, que equivale em princípio a ter de pedir aos banqueiros responsáveis pela bagunça que a limpem exatamente com as mesmas ferramentas que eles para produzi-las.

A atual população de acadêmicos, intelectuais e especialistas em ciências sociais e humanidades é, em geral, mal equipada para realizar tal tarefa coletiva.

A atual estrutura do conhecimento é claramente disfuncional e ilegítima. A única esperança é que uma nova geração de estudantes com alto senso crítico (no sentido amplo de todos aqueles que pretendem conhecer o mundo) seja capaz de enxergar isso e insista em mudar essa realidade. (HARVEY, 2011, p. 193)

Desta feita, esse breve panorama revela e justifica a necessidade de nos posicionarmos a partir da “posição proletária”, na qual “a posição de universalidade [é] personificada nos excluídos” (ŽIŽEK 2011, p. 91) e retomarmos a “hipótese comunista” (BADIOU, 2012), para que possamos, num primeiro momento, avançar para a construção de alternativas ao modelo de organização social, sobretudo sua racionalidade/sociabilidade, e, posteriormente, cessar a reprodução do sistema sociometabólico do capital, ou seja, construirmos uma sociedade para além do capital.

Nesse sentido, vale partir do apontamento de Harvey sobre a importância de entender e esclarecer o enigma do capital, para que o conjunto da sociedade enxergue também tal necessidade. “Esclarecer o enigma do capital, tornando transparente o que o poder político sempre quer manter opaco, é crucial para qualquer estratégia revolucionária” (HARVEY, 2011, p. 195). Porém, embora seja fundamental, isso não é tudo. É preciso forjar, nas práticas cotidianas, uma alternativa.

Remendar aqui e ali, nos tempos atuais, não conduz a parte alguma. Só conseguirá reforçar a posição de vantagem dos que detêm hoje o controle do sistema do capital historicamente anacrônico. Em outras palavras, combater

com sucesso as mistificações da invencibilidade neoliberal sustentada ativamente pelo trabalhismo acomodatório não é apenas uma questão de esclarecimento ideológico. A batalha não pode ser ganha apenas no terreno da persuasão política, visto que as convicções consistentemente críticas coexistem com frequência com a impotência prática. Só é possível um êxito duradouro por meio da mobilização sustentada, de forma organizada, das grandes massas para a realização de uma *alternativa hegemônica abrangente* ao modo de reprodução sociometabólico existente. (MÉSZÁROS, 2011, p. 108)

A partir do exposto, e preocupando-nos essencialmente com os dois pilares com os quais estamos trabalhando, turismo e assentamentos de Reforma Agrária, os próximos tópicos expõem alguns apontamentos acerca das implicações do capital no tocante à natureza e ao espaço/território. Isso porque, no primeiro caso, o turismo e o assentamento pressupõem, necessariamente, formas particulares de uso e ocupação do espaço/solo, com implicações diretas para o meio ambiente do entorno; e, no segundo, entendemos que o território é a categoria central da geografia (OLIVEIRA, 2007). Não obstante, ambos estão conectados diretamente com as possibilidades e limites de uma prática anticapitalista.

2.2 Capital x Natureza: outra racionalidade é necessária

Há um processo contínuo e crescente de mercantilização da natureza. E isso se dá basicamente de duas formas: no discurso que contrapõe a vida urbana aos prazeres das áreas conservadas ou preservadas, atribuindo a estas um valor simbólico e monetário; e na prática dos agentes que veem a natureza como mero componente a ser superado no crescimento capitalista, como ocorre com a derrubada de florestas, poluição sistemática de rios e outros corpos de águas por indústrias, entre outros tantos exemplos possíveis.

Desse modo, a relação homem-natureza, propiciada pela racionalidade capitalista, precisa ser superada, pois toma o conjunto da natureza como mera mercadoria, reconhecendo e se aproveitando dos seus componentes que podem servir ao processo de reprodução do capital, levando a um esgotamento de minerais, corpos d'água, qualidade do ar, entre outros (HARVEY, 2011). Como apontam Žižek (2011a; 2011b) e Mézáros (2011), o padrão capitalista de mercantilização da natureza indica um esgotamento desta enquanto recurso, o que, obviamente, cria um limite comum à própria reprodução humana, independente de classe, ainda que, como dito, privilégios se mantenham, o que deriva numa preocupação generalizada.

A acumulação de capital não poderia funcionar adequadamente no âmbito da economia produtiva. Agora estamos falando da crise estrutural do sistema que se estende por toda parte e viola nossa relação com a natureza, minando as condições fundamentais da sobrevivência humana. Por exemplo, de tempos em tempos anunciam algumas metas para diminuir a poluição. Temos até um Ministério da Energia e Mudança Climática, que na realidade é um Ministério do papo furado, porque nada faz além de anunciar uma meta. Só que nunca sequer se aproxima dessa meta, quanto menos consegue atingi-la. Isso é parte integral da crise estrutural do sistema e só soluções estruturais podem nos tirar dessa situação terrível. (MÉSZÁROS, 2011, p. 130).

E é nesse cenário que emergem os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, que surgem para questionar a racionalidade que pauta o crescimento econômico capitalista, buscando reaproximar a figura do ser-humano ao conjunto da natureza. Refletindo sobre a sustentabilidade e o modelo de desenvolvimento que propiciou o quadro ambiental atual, Leff, (2001, p.15) diz que:

O princípio da sustentabilidade surge no contexto da globalização como a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade. A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza. A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção. [...] A questão ambiental problematiza as próprias bases da produção; aponta para a desconstrução do paradigma econômico da modernidade e para a construção de futuros possíveis, fundados nos limites das leis da natureza, nos potenciais ecológicos, na produção de sentidos sociais e na criatividade humana. (LEFF, 2001, p. 17)

Se um dos grandes problemas está na base de produção, então o que lhe dá sustentação, ou seja, o modo de produção e organização social também precisa ser reavaliado. Por isso o autor aponta o esgotamento da racionalidade econômica. Entretanto, apesar da crise dessa racionalidade, o capitalismo encontrou na sua dinâmica de reprodução uma forma de abarcar o discurso sustentável, negando a incompatibilidade entre o crescimento econômico nos moldes atuais e a conservação do meio ambiente, que, inclusive, como aponta o autor, tem seu conceito deturpado. Dessa forma:

Se nos anos 70 a crise ambiental alertou para a necessidade de frear o crescimento diante da iminência do colapso ecológico (MEADOWSET et al., 1972), agora o discurso neoliberal afirma que já não existe contradição entre ambiente e crescimento. Os mecanismos de mercado se convertem no meio mais certo e eficaz de internalizar as condições ecológicas e os valores ambientais ao processo de crescimento econômico. Nesta perspectiva, os problemas ecológicos não surgem como resultado da acumulação de capital.

Para a proposta neoliberal teríamos que atribuir direitos de propriedade e preços aos bens e serviços da natureza para que as clarividentes leis do mercado se encarreguem de ajustar os desequilíbrios ecológicos e as diferenças sociais, a fim de alcançar um desenvolvimento sustentável com equidade e justiça. (LEFF, 2001, p. 22)

Assim sendo, também a questão ambiental aponta para a necessidade de outra racionalidade. Contudo, o próprio esvaziamento do termo “desenvolvimento sustentável”, indicado por Coriolano (2006), já dá indícios de que há sérios problemas no processo de construção de novos paradigmas para o desenvolvimento da sociedade, o que em grande parte acontece por não conseguirmos entender como se dá o processo de reprodução das relações sociais de produção, necessidade já apontada por Lefebvre (1973).

Diante da necessidade de observar as estratégias do capital no seu processo de reprodução e atualização, Leff (2001, p. 26) explica que:

O capital, em sua fase ecológica, está passando das formas tradicionais de apropriação primitiva e selvagem dos recursos das comunidades do Terceiro Mundo, dos mecanismos econômicos do intercâmbio desigual entre matérias-primas dos países subdesenvolvidos e dos produtos tecnológicos do Primeiro Mundo, a uma nova estratégia que legitima a apropriação econômica dos recursos naturais através dos direitos privados de propriedade intelectual. Esta estratégia econômica é contemplada com uma operação simbólica que define a biodiversidade como patrimônio comum da humanidade e recodifica as comunidades do Terceiro Mundo como parte do capital humano do planeta.

A estratégia econômica é viabilizada pelo discurso sustentável quando este busca, e consegue, conciliar meio ambiente e crescimento econômico, fazendo crer que é possível um crescimento econômico ser um processo sustentável a partir dos mecanismos do livre mercado (LEFF, 2001).

Para o autor, é preciso encontrar outras formas de desenvolvimento, e a crise ambiental, em cujo bojo foi formulado o conceito de desenvolvimento sustentável, ainda traz o potencial de resistência, do qual se podem subtrair estas outras formas.

A crise ambiental incorpora novas demandas às reivindicações tradicionais de democracia, justiça social e de propriedade territorial das lutas populares. A questão ambiental não só incide sobre o problema da distribuição do poder e da renda, da propriedade formal da terra e dos meios de produção, e sobre a incorporação da população nos mecanismos de participação nos órgãos corporativos da vida econômica e política. As demandas ambientais promovem a participação democrática da sociedade no uso e manejo dos recursos atuais e potenciais, assim como a construção de novos estilos de desenvolvimentos, fundados em princípios de sustentabilidade ecológica, equidade social, diversidade étnica e autonomia cultural. (LEFF, 2001, p. 99)

Diante desse potencial mudança, e dialogando com necessidade de reposicionamento dos cientistas mencionada adiante, Leff (LEFF, 2001) ainda acredita que a crise ambiental exige que a ciência e a tecnologia estejam conectas a outra forma de gestão do desenvolvimento sustentável. E aqui não vamos problematizar se a questão central é gestão. Queremos apenas ressaltar a importância dada pelo autor para a necessidade do que ele chama de racionalidade ambiental estar amalgamada a uma prática social que negue os fundamentos do capitalismo.

Concordamos ser necessário um novo paradigma para o norteamento do progresso científico, que auxilie no processo de construção de outro modelo social. E este norteamento deve estar atrelado à explicitação dos processos de dominação e de harmonização social, que, em última instância, são alienantes. Contudo, há um alto nível de complexidade no processo de mudança para uma racionalidade ambiental.

A constituição de uma racionalidade ambiental e a transição para um futuro sustentável exigem mudanças sociais que transcendem o confronto entre duas lógicas (econômica-ecológica) opostas. É um processo político que mobiliza a transformação de ideologias teóricas, instituições políticas, funções governamentais, normas jurídicas e valores culturais de uma sociedade; que se insere na rede de interesses de classes, grupos e indivíduos que mobilizam as mudanças históricas, transformando os princípios que regem a organização social. (LEFF, 2001, p. 143)

É preciso cuidado para que as ferramentas escolhidas para sensibilizar a população não se tornem instrumentos de um discurso esvaziado de sentido prático. Com isso, queremos dizer que conceitos como o de educação ambiental, turismo sustentável, entre outros, não podem estar desligados do processo de construção dessa nova realidade, que passa, inseparavelmente, por alertar para a necessidade de superação do atual modelo de organização social e pela transformação da prática cotidiana.

A racionalidade ambiental se constrói desconstruindo a racionalidade capitalista dominante em todas as ordens da vida social. Neste sentido, não só é necessário analisar as contradições e oposições entre ambas racionalidades, mas também as estratégias para construir uma nova economia com bases de equidade e sustentabilidade; de uma nova ordem global capaz de integrar as economias autogestionárias das comunidades e permitir que construam suas próprias formas de desenvolvimento a partir de uma gestão participativa e democrática de seus recursos ambientais. (LEFF, 2001, p. 144)

Mesmo porque, sem atentar para a necessidade de superação do capitalismo (e sua racionalidade), estaríamos atacando as consequências sem combater a causa, o que não resolveria (ESCOBAR, 2010). E essa necessidade é de tal modo evidente, que o Movimento

Camponês Popular (MCP), em sua jornada recente de reivindicações, em Brasília, não chamou atenção apenas para o descaso com a agricultura camponesa, alertou também para a obrigação do Estado de, a partir de anseios da maioria da população e preceitos constitucionais, intermediar outro padrão hegemônico de interação homem-natureza.

É significativo o fato dos movimentos sociais reivindicarem outro posicionamento do Estado e governos no tocante à degradação sistemática e voraz da natureza, pois ela expressa ainda a correlação de forças entre dois projetos distintos de país. Desdobra-se que, sendo o agronegócio a objetivação, no campo, do projeto que se contrapõe ao projeto expresso pela Reforma Agrária (ou pelo mínimo que se faz por tal reforma), esse embate guarda ainda outra dimensão crucial para os movimentos sociais e para o conjunto da população do país, como teremos oportunidade de ver adiante, qual seja, a disputa pelo território.

2.3 Territorialização do capital no campo e a expropriação do camponês

O processo de expropriação do campesinato brasileiro tem, marcadamente, como elementos centrais, sobretudo nas últimas décadas, a expansão e valorização do agronegócio. Esta expropriação dos agricultores se dá sob a falsa justificativa de que o agronegócio pode ofertar alimentos em quantidade e diversidade suficientes e que, portanto, se consolida como elemento de um projeto de desenvolvimento eficiente.

Oswaldo Sevá (2011) diz que o país não tem um projeto de desenvolvimento, e sim um programa de crescimento, que, além de tudo, passa longe de ser dos mais igualitários em sua execução. Este programa de crescimento está pautado num projeto de “desenvolvimento” dos países de capitalismo avançado, que há muito se mostra incapaz de se sustentar em longo prazo, o que fica claro com a atual crise mundial, que, para Mészáros, não é apenas uma crise eventual, e sim uma crise estrutural do capital. Para o autor, a resposta a essa crise precisa ser da mesma forma estrutural, como já dito. Todavia, o Estado e o Governo Federal, grosso modo, têm buscado medidas que viabilizem uma (provisória) estabilização do capital internacional. Por isso, não impõem maiores dificuldades ao avanço da aquisição internacional de terras no país e fazem vistas grossas para o ineficiente e excludente agronegócio, vendido como a salvação da lavoura. Afinal, como podemos perceber na citação abaixo, o agronegócio opera a partir de uma lógica que não a local, muito menos que considere como fator determinante o bem estar social, pois, se assim o fosse, não utilizaria mão de obra escrava, não tomaria a alimentação e o processo produtivo como meros

mecanismos de reprodução do capital, utilizando, no Brasil, taxas recordes de agrotóxicos, entre outros.

Com o incremento do agronegócio, reforçam-se as determinações exógenas ao lugar de produção, especialmente no tocante aos mercados cada vez mais longínquos e competitivos. Fato semelhante acontece em relação aos preços, comandados pelas principais bolsas de mercadorias do mundo. Da mesma forma, aumentam as distâncias entre os produtores e os centros de decisão e de pesquisa agropecuária. (ELIAS, 2007, p. 52).

Como se vê, o agronegócio não é a saída quando a perspectiva de constituição do território é classista, como se verá na seção seguinte. Ao contrário, o agronegócio expropria os pequenos e médios produtores e, quando não o faz, retira-lhes a autonomia e/ou a capacidade laboral, por meio, por exemplo, do arrendamento, o que agrava e acelera o processo de subsunção desse sujeito social ao capital (FABRINI, 2011; SOUZA, 2009; SOUZA, 2011; THOMAZ JÚNIOR, 2011). No caso específico do assentamento de Reforma Agrária, o patrimônio produtivo é debilitado quando do arrendamento, o que implica num obstáculo à reprodução do assentado.

A aposta nesse modelo capitalista contemporâneo de agricultura leva ao abandono sistemático da Reforma Agrária. Esse abandono ocorre em duas frentes: na não desapropriação para efetivar novos assentamentos e na falta de políticas públicas para os assentamentos já existentes, o que pressiona para o arrendamento, por exemplo.

Uma das exigências para a emancipação do assentamento é a presença dos equipamentos sociais. Equipamentos sociais públicos são determinantes na qualidade de vida dos assentados. Esta última representada pelo acesso facilitado à escola, à energia elétrica, ao posto de saúde, ao transporte, aos meios de comunicação, à água encanada e ao lazer. (SOUZA, JORGE, GEBARA, 2009, p. 174)

É importante sempre lembrar que, não obstante o conhecimento coletivo quanto ao descaso com a Reforma Agrária no país, por parte do poder público, ainda há uma reserva em relação às ocupações de terras, muito embora elas sejam instrumento fundamental na correlação de forças entre os que são favoráveis e os que são contrários à Reforma Agrária, justamente por expor evidências do dramático cenário que expropriou e expropria os pequenos e médios produtores. Essa reserva ocorre devido ao fato de que, muitas vezes, os veículos midiáticos de grande repercussão, por pertencerem a grupos econômicos com

interesses particulares, esforçam-se para escamotear os reais problemas estruturais da questão agrária nacional, fazendo uma verdadeira cruzada contra a Reforma Agrária.

Dessa forma se faz preciso pensar, por exemplo, como é possível ao camponês, e mesmo aos movimentos sociais de luta pela terra, galgarem maiores resistências do que as até aqui efetivadas, numa frágil democracia na qual o Estado não tem o menor receio de tratar como casos de polícia questões sociais como é a Reforma Agrária. Assim, quando Marques (2011) demonstra como a comoditização da terra compõe o novo significado da questão agrária, questionamos: que meios os movimentos sociais e os camponeses têm para resistir a essa dinâmica, uma vez que o Estado indica concordância e a correlação de forças hoje é evidentemente favorável aos especuladores?

Thomaz Jr.(2011) revela a importância de colocar em xeque esse atual modelo de desenvolvimento do país, que avaliza tal correlação de forças e que o autor considera opressor e pautado na exploração e expropriação das comunidades tradicionais. De todo modo, ainda que as populações tradicionais sofram mais diretamente com o processo de expropriação e exploração, é importante, ainda a partir do autor (idem), lembrar que o conjunto dos trabalhadores tem sido explorado de forma crescente. Seja no número de toneladas por dia que o cortador de cana precisa dar conta, seja no trabalho estressante nos *callcenters*, entre tantos outros exemplos possíveis, a precarização do trabalho expressa essa conciliação de interesses entre o Estado e a iniciativa privada, que tem como objetivo garantir a reprodução ampliada do capital e sua reestruturação (temporária).

Como assevera o documento resultante da “Oficina: Serviços Ambientais, REDD e Fundos Verdes do BNDES: Salvação da Amazônia ou Armadilha do Capitalismo Verde?”, intitulado “Carta do Acre: Em defesa da vida, da integridade dos povos e de seus territórios e contra o REDD e a mercantilização da natureza” (CIMI, 2011), os adeptos do “capitalismo verde” estão alinhados com posturas que, apesar do discurso ecodesenvolvimentista de equalização social e responsabilidade ambiental, têm por finalidade efetivar novas formas de reprodução do capital, ao preço da expropriação e perda de autonomia das comunidades tradicionais. Desta feita, megaempreendimentos hidrelétricos, por exemplo, pouquíssimo têm a ver com uma boa alternativa de desenvolvimento, sendo em grande medida apenas uma ótima oportunidade para essa busca pela reestruturação do capital internacional, como avalia Sevá (2011).

Tais empreendimentos hidrelétricos compõem o atual agrohidronegócio (THOMAZ JÚNIOR, 2011), que é, por sua vez, o principal elemento nacional da estratégia de reestruturação do capital internacional e crescimento interno do país. Essa busca se sustenta

na premissa de uma reestruturação socialmente benéfica para a maioria da população. Contudo, pensar um capitalismo responsável, do ponto de vista social e ambiental, é ilusório.

A quixotesca construção de um capitalismo que pode ser ético terá que ser abandonada. No final do dia não importa, como apontou Adam Smith, reconhecendo o poder da mão invisível do mercado em regular os comportamentos humanos, se somos bem-intencionados e eticamente inclinados ou gananciosos e destruidores competitivos. A lógica da acumulação do capital sem fim e do crescimento sem fim está sempre conosco. Internaliza imperativos ocultos, dos quais a mão invisível do mercado é apenas um, aos quais voluntária ou inconscientemente nos submetemos, não importando nossas inclinações éticas. **Essa é a práxis dominante, com todas as sutilezas das subjetividades políticas que implementa, contra a qual devemos construtivamente nos rebelar, se quisermos mudar o mundo de uma forma fundamental.** O problema do crescimento composto infinito mediante a acumulação do capital sem fim terá de ser confrontado e superado. **É a necessidade política dos nossos tempos.** (HARVEY, p. 224, 2011) grifo nosso.

Somente se formos capazes de criar novos valores sociais que nos unam será possível atender a esta necessidade política. O capitalismo coloca na berlinda e trata como mero efeito colateral a perda da vida de milhões de pessoas ao redor do mundo. Assim, a partir disso, mais uma vez reitera-se a importância de termos um posicionamento classista que nos permita entender e auxiliar na constituição de territórios camponeses, e superar as noções neoliberais de agricultura e agricultor familiar (OLIVEIRA, 2011). Essa é uma postura que se atrela ao imperativo de cobrar maior presença do Estado nas ações fundamentais, como a Reforma Agrária.

Harvey (2011), pensando sobre a importância do Estado no crescimento da China e na falta deste nos Estados Unidos, ironiza dizendo que:

O medo de ser chamado de socialista ou comunista, que tanto atormenta a ação política nos Estados Unidos, soa cômico para os chineses. O mantra estadunidense de que só empreendedorismo privado pode ser bem sucedido economicamente soa oco, se não ridículo, quando se coloca contra o fenomenal crescimento organizado pelo Estado na China, assim como em Singapura, Taiwan e Coreia do Sul. (HARVEY, 2011, p. 220)

Desta feita, para além de cobrar do Estado um novo posicionamento, é preciso que tenhamos, não só nós, mas também os pesquisadores, um posicionamento classista no entendimento e enfrentamento das questões que se colocam a partir da expropriação dos camponeses pelo grande capital, o que Harvey (2011) chamou de acumulação por espoliação. Segundo o autor, para que movimentos políticos diversos se unam, rompendo barreiras do

espaço e tempo, na dinâmica de superação do capitalismo, é preciso que se desvele o enigma do capital, o que só pode ser feito, de fato, a partir de uma posição classista.

Entender a necessidade política disso exige em primeiro lugar que o enigma do capital seja desvendado. Uma vez que sua máscara é arrancada e seus mistérios são postos a nu, é mais fácil ver o que tem de ser feito e por quê, e como começar a fazê-lo. O capitalismo nunca vai cair por si próprio. Terá de ser empurrado. A acumulação do capital nunca vai cessar. Terá que ser interrompida. A classe capitalista nunca vai entregar voluntariamente seu poder. Terá de ser despossuída. (HARVEY, 2011, p. 209)

Igualmente, pensando nessa escala universal e na característica aniquiladora do capital, que aqui importa porque é o que sustenta o processo de conciliação de interesses de classes, os quais têm expropriado os camponeses (nacionais e internacionais), Zizek (2011b) aponta para a importância de termos uma “posição proletária” (termo que encontra correspondente nos estudos geográficos, quando Fabrini (2011), Oliveira (2007) e Souza (2009) pensam o território a partir de uma concepção classista), uma vez que o processo de desenvolvimento atual da sociedade transforma-nos todos em proletários.

Tendo essa posição, é possível entender e se posicionar sobre a leitura que Harvey (2011) faz sobre os despossuídos e o processo de expropriação da terra, que leva à subsunção do camponês e demais despossuídos nesse processo, aos ditames do capital.

Isso nos leva à segunda grande categoria³ dos despossuídos, que é muito mais complicada em sua composição e em seu caráter de classe. É em grande parte formada por aquilo que eu chamo de “acumulação por despossessão”. Como de costume, assume uma variedade infinita de formas em diferentes lugares e épocas. A lista dos destituídos e despossuídos é tão imponente como longa. Inclui todas as populações camponesas e indígenas expulsas da terra, privadas de acesso a seus recursos naturais e modos de vida por meios ilegais e legais (ou seja, sancionados pelo Estado), coloniais, neocoloniais e neoimperialistas, e forçosamente integradas ao mercado comercial (em oposição ao escambo e outras formas costumeiras de troca) pela monetarização e tributação violenta. A conversão dos direitos de bem comum em direitos de propriedade privada da terra conclui o processo. A terra se transforma em mercadoria. Essas formas de expropriação, ainda existentes, mas mais fortemente representadas nas fases iniciais do desenvolvimento capitalista, têm muitos equivalentes modernos. Capitalistas abrem espaços para a reabilitação urbana, por exemplo, ao desapropriar populações de baixa renda de espaços de elevado valor com o menor custo possível. Em locais sem direitos de propriedade privada assegurados, como na China ou ocupações na Ásia e América Latina, expulsões violentas das populações de baixa renda por parte das autoridades estaduais muitas vezes

³Para melhor compreensão da categorização proposta pelo autor, cf. HARVEY, D. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. Trad. João Alexandre Peschanski. – São Paulo, SP: Boitempo, 2011

dão o tom com ou sem acordos de compensações modestas. Em países com direitos de propriedade privada firmemente estabelecidos, expropriações públicas sob a égide de leis que ditam os usos da terra podem ser orquestradas pelo Estado em nome do capital privado. Por meios legais e ilegais, as pressões financeiras (isto é, impostos sobre a propriedade e as rendas crescentes) são exercidas sobre as populações vulneráveis. Parece, por vezes, como se houvesse um plano sistemático para expulsar as populações de baixa renda e indesejáveis da face da terra. (HARVEY, p. 197, 2011)

Quando Harvey coloca que as primeiras dinâmicas por ele descritas pertenciam mais fortemente às fases iniciais do desenvolvimento capitalista, somos levados logo a duas questões essenciais: a primeira, que o Brasil ainda assiste a tais formas de expropriação por não ter realizado efetivamente a Reforma Agrária; a segunda, a necessidade de se efetivar tal reforma, juntamente com reformas na educação e saúde, para que seja possível pensar em reestruturação social de fato. Nesse sentido, a aproximação com essa leitura radical é extremamente importante. Primeiro, porque a partir dela pode-se tomar consciência da premência de superar essa forma de organização social e, para tanto, do papel estratégico que cumpre a adoção à posição proletária. Segundo, porque, como Harvey (2011) diz, é a partir dos fatos do cotidiano das populações que encontraremos oportunidades para expor as contradições e irracionalidades desse sistema. Assim, não é à toa que, hoje, a alimentação é tratada como mera mercadoria e a população mundial, ou pelo menos a maior parte dela, fica à mercê das flutuações de preços impostas pelo jogo internacional de especulação financeira. Zizek (2011a), valendo-se de um discurso do ex-presidente dos Estados Unidos da América, Bill Clinton, faz algumas colocações relevantes, nesse particular.

Clinton foi muito claro ao lançar a culpa não em Estados ou governos específicos, mas na política ocidental de longo prazo imposta pelos Estados Unidos e pela União Europeia, e aplicada durante décadas pelo Banco Mundial, pelo FMI e por outras instituições internacionais. Essa política pressionou os países africanos e asiáticos a abandonar os subsídios governamentais aos fertilizantes, às sementes melhoradas e aos implementos agrícolas, abrindo caminho para que as terras mais férteis fossem usadas para o cultivo de produtos para exportação e, assim, prejudicando a capacidade de autossuficiência de tais países na produção de alimentos. O resultado desse “ajuste estrutural” foi a incorporação da agricultura local na economia global: quanto mais exportavam produtos nacionais, mais esses países dependiam de alimentos importados; ao mesmo tempo, os agricultores eram expulsos de suas terras e obrigados a viver em favelas, onde o único emprego disponível era de semiescravos nas fábricas terceirizadas. Dessa maneira, muitos países são mantidos em estado de dependência pós-colonial e se tornam cada vez mais vulneráveis às flutuações do mercado; a disparada do preço dos grãos nos últimos anos (causada também pelo uso das safras

para a produção de biocombustíveis e não para a alimentação) já causou fome em vários países, do Haiti à Etiópia. (ZIZEK, 2011a, p. 75)

Obviamente esse não é o caso do Brasil, muito embora as aproximações sejam claras. De todo modo, é um erro grave transformar a alimentação em simples mercadoria, ainda mais e, sobretudo, quando essa dinâmica privilegia determinados gêneros em detrimento de outros, causando grande mudança nos hábitos alimentares e colocando em xeque as possibilidades de uma alimentação saudável, sobretudo para as populações mais pobres. Neste particular, a não realização da Reforma Agrária e o processo de expropriação dos camponeses se tornam ainda mais problemáticos, uma vez que não oferecem, no primeiro caso, e retiram, no segundo, as formas de reprodução camponesa, dentre as quais se encontra a agricultura de subsistência.

Nesse sentido, fica evidente o papel que cumpre o agronegócio para a crise mundial.

A crise financeira que começou em 2007 teve alguns efeitos de longa duração em muitas partes do mundo. [...] Países fornecedores de matérias-primas para a China, como Austrália e Chile, passaram pela crise relativamente incólumes. Em outros casos, alguns ajustes ocorreram nos padrões de comércio, como o aumento em dez vezes no comércio entre a China com o Brasil e a Argentina desde 2000. O resultado foi a retomada vigorosa do crescimento econômico em várias partes da América Latina (perto de 8% na Argentina e Brasil), embora com o preço de transformar grande parte da terra em uma vasta plantação de soja, com consequências potencialmente prejudiciais para o ambiente. (HARVEY, 2011, p. 213)

Harkness, nessa mesma linha, assevera que:

Este duplo golpe global, de instabilidade climática e financeira, não atingiu a todos. A volatilidade é útil aos que atuam com muita força nos mercados. Muitas empresas de agrobusiness estão registrando lucros recordes agora – depois de já terem alcançado idêntico resultado durante a última crise. Houve um pico de concentração de propriedade. Vastas extensões de terras aráveis, nos países do Sul, têm sido compradas por investidores estrangeiros e convertidas em plantações não-alimentares – inclusive matérias-primas industriais e biocombustíveis. (HARKNESS, 2011)

Dessa forma, é óbvio que apostar no agronegócio, a objetivação do projeto capitalista para o campo, como forma de construir um país, é um erro crasso, se levarmos em conta o interesse da maioria da população. De modo que, partindo do exposto, precisamos consolidar uma perspectiva classista na construção e análise do território. E isso nos leva ao próximo tópico.

2.4 Território e classe social

Apresentados os principais argumentos do porquê acreditamos que devemos assumir uma posição marxista radical no concernente às transformações sociais, para que estas nos levem para uma sociedade não só não-capitalista, como para uma sociedade para além do capital, fechamos o capítulo tratando de uma questão fundamental para nossa pesquisa e que está intimamente ligada a estas reflexões: o território.

O entendimento do território como categoria central da ciência geográfica não é hegemônico e ainda está em construção. Diante disso, partimos, essencialmente, das formulações teórico-conceituais propostas pelo professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Cabe, nesse momento, dizer que tal fato justifica termos entrevistado Oliveira, que é internacionalmente uma referência nos estudos sobre a realidade agrária brasileira, pois a entrevista nos possibilitou não só uma aproximação e melhor entendimento da objetivação desta concepção, como também uma aproximação entre os principais temas abordados na pesquisa: o turismo e a Reforma Agrária.

Utilizamos também as reflexões e apontamentos de outros dois geógrafos que trabalham com uma concepção classista de território, inclusive, partindo, igualmente, do trabalho de Oliveira. São eles José Gilberto de Souza e Edmilson Fabrini. Tais pesquisadores têm empreendido esforços teóricos no sentido de consolidar o território como principal objeto de estudo da Geografia.

Para Oliveira (2007), o estudo da Geografia tem a especificidade, dentro das ciências sociais, de entender a relação natureza e história. Para o autor, esse entendimento corresponde a uma opção de vida de cada pesquisador. Concordamos! Para Oliveira (idem) o território, que representa a categoria central da Geografia, é uma síntese contraditória, que pode ser expressa como:

totalidade concreta do processo do modo de produção, distribuição, circulação e consumo, ou seja, suas articulações, mediações supra-estruturais, políticas e ideológicas, simbólicas, em que o Estado desempenha um papel de regulação. O território é assim o produto concreto das lutas de classes travadas pela sociedade no processo de produção de sua existência. Eu vou me fixar nesta frase, pois as relações na sociedade de classes são tensas, conflituosas e as classes opostas, ou setores de uma mesma classe, entram em conflito direto. (OLIVEIRA, 2007, p. 2)

Posto isso, reitera-se a centralidade da luta de classes nas análises sobre a sociedade contemporânea. De forma que, para o autor:

a luta de classes como centro do desenvolvimento da história, é um princípio teórico que me utilizo para fazer a análise da realidade social. Esta luta de classe se manifesta do ponto de vista do controle efetivo do território, ou seja, quando aqueles que trabalham não têm terra e são obrigados a migrar para fronteiras, Amazônia, por exemplo, ou ainda para as cidades; lá chegando também não vai ter terra. Isso ocorre porque a Lei de Terras de 1850 no instituto da propriedade privada no Brasil impede o acesso a terra. É neste sentido que eu trabalho a ideia de território, pois as classes sociais se apropriam desse território nas suas mais diferentes composições, quer na área rural, quer na área urbana. (OLIVEIRA, 2007, p.2)

Dessa forma, quando Oliveira diz que a luta de classes se manifesta no controle efetivo do território, concordamos com Souza⁴ sobre o fato de que “a capacidade de determinação social é o elemento central constitutivo do território e da territorialidade”. Dessa forma, desfazem-se as percepções idealistas acerca do estudo desse conceito, conferindo-lhe operacionalidade para proceder às análises.

Para Fabrini (2011), território e movimentos sociais guardam íntima relação. E a adoção da noção classista de território pode evitar o utilitarismo liberal que ora se objetiva em políticas públicas para o campo, no Brasil. De forma que:

o território, visualizado numa perspectiva classista, pode servir para negar estruturas de dominação e potencializar a capacidade de resistência da agricultura camponesa nos movimentos sociais. Nessa concepção de território, o conflito de diferentes projetos está colocado no centro do processo social, pois implica numa disputa de poder e controle do espaço pelas diferentes classes. (FABRINI, 2011, p. 98)

Como dito, essa concepção classista de território não é hegemônica. Dentre outras, existe uma muito em voga no Brasil: a noção de território na perspectiva liberal.

Existe uma interpretação de território como potencializador do empreendedorismo e da organização produtiva de base local para obtenção

⁴As reflexões aqui apresentadas, em grande medida, sintetizam os debates que foram feitos ao longo do mestrado com o Núcleo de Estudos Agrários – NEA, cuja líder é a Professora Dra. Darlene Ferreira, e com o Centro de Estudos e Pesquisas sobre Território, Reforma Agrária, Movimentos Sociais e Teoria Social Crítica – TRAMAS, cujo coordenador é o Professor Dr. José Gilberto de Souza. De forma que as citações não referenciadas foram obtidas durante tais encontros.

de vantagens competitivas mercadológicas. Nessa perspectiva, o território se constitui num trunfo para expansão da produção de mercadorias que se nutre e deriva da força local.

O desenvolvimento local expressa essa força do território para produção de mercadorias. Por isso, nessa perspectiva liberal, o enfoque territorial se casa com a compreensão de corporações capitalistas, governos e partidos neoliberais, órgãos multilaterais, intelectuais e até movimentos sociais. (FABRINI, 2011, p. 99)

Vale salientar ainda o desdobramento desse posicionamento, que nos interessa particularmente nesta pesquisa.

Assim, o desenvolvimento local e a operacionalização da pequena agricultura como um “agronegócio familiar” visam fazer dos camponeses – e sua tradicional insurgência a esquemas opressores – sujeitos submissos, inofensivos e dóceis agentes da ordem mercadológica, construída a partir da dimensão local. (FABRINI, 2011, p. 99)

Essa leitura liberal nos importa sobremaneira, pois, como veremos adiante, é a leitura hegemônica adotada pelos pesquisadores que estudam o Turismo, este apontado como potencial vetor de desenvolvimento local, e porque evidencia o importante papel do assentamento de Reforma Agrária como componente para uma efetiva territorialização camponesa. Todavia, é válido lembrar que o território está em disputa. De forma que, ainda que uma ou outra classe social exerça papel hegemônico, temos o conflito de classe e a (possível) territorialização de distintas classes em um mesmo espaço. E essa percepção é importantíssima, pois retira o caráter apriorístico dado ao território por alguns estudiosos e reafirma o território como uma construção social prática (SOUZA, 2009). Cabe salientar que, em decorrência desta constatação, não pensamos como território da Reforma Agrária o assentamento onde a maioria dos lotes está arrendada para o agronegócio ou produzindo para este de forma subjugada, como, por exemplo, por meio de contratos que retiram do assentado a autonomia sobre o processo produtivo.

Posto isso, e sem desconsiderarmos o apontamento de Souza (2009) sobre a importância de se enunciar como se dá a operacionalidade do conceito nas pesquisas, o que também julgamos extremamente valioso, pretendemos aqui tão somente apontar que, por partirmos das premissas teórico-conceituais acima arroladas, a noção classista de território é a que melhor se enquadra para os estudos de turismo e(m) assentamentos de Reforma Agrária, por se tratar de duas formas específicas de uso e ocupação do solo e que, portanto, implicam em disputas territoriais.

3 O CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL E O TURISMO EM ASSENTAMENTOS

O Congresso Brasileiro de Turismo Rural – CBTR foi selecionado como evento a partir do qual nos propomos analisar os estudos sobre a atividade turística no meio rural, destacando o turismo em assentamentos de Reforma Agrária, por ser um evento nacional de reconhecida relevância a tratar especificamente da atividade turística nesse meio (PIMENTEL, 2001; MICHELIN, VICENTE, 2007).

O CBTR foi realizado pela primeira vez em 1999 e em seu início era anual. Com essa periodicidade ele teve três edições. A partir de 2003 passou a acontecer a cada dois anos. Contudo, a sétima edição, que era para ter sido realizada em 2009, efetivou-se em 2010, por motivos organizacionais.

Da primeira à sexta edição o evento foi realizado em Piracicaba – SP e organizado pela Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz – FEALQ. Na sétima edição o evento teve lugar em Presidente Prudente – SP, com organização da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, com a proposta de, a partir desta edição, ser um evento itinerante, tendo sido estabelecido na plenária de encerramento que a oitava edição ocorreria em Londrina – PR, pela primeira vez, então, fora do sudeste. Para manter a periodicidade, esta edição deverá se realizar ainda neste ano de 2012. Contudo, até o mês de agosto do citado ano, não foi divulgada nenhuma circular e/ou informação a respeito.

É possível dizer que, com o passar dos anos, o evento vem ganhando um perfil científico, ainda que mantenha, de certa forma, a característica de espaço de diálogo com a iniciativa privada e instituições públicas vinculadas à realidade rural. Outra percepção clara é em relação ao maior rigor no tocante à normatização dos trabalhos apresentados ao longo das edições, o que se nota pelo maior número de referências bibliográficas, presença de resumo, abstract, informações sobre os autores, maior número de páginas por artigo, ainda que na última edição houvesse trabalhos que não apresentavam estas características.

Vale recordar em que cenário surgiu o CBTR. Em 1999 estávamos no segundo ano do segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Era o final de uma década que foi turbulenta, socioeconomicamente pensando. Assistimos ao *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello, à instauração do Plano Real, que trouxe certa

estabilidade econômica, à adesão substancial do Estado brasileiro aos ditames neoliberais. Foi nesse contexto que ocorreram intensas privatizações, fortalecimento do Partido dos Trabalhadores, inserção subordinada dos pequenos agricultores no sistema financeiro por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Deste modo, o CBTR surge no momento em que ganham força referências teórico-conceituais que se fariam basilares para as conferências e trabalhos apresentados ao longo do evento, como agricultura familiar, desenvolvimento local, novo rural, entre outros.

Dito isso, nosso objetivo nesse capítulo é, de forma geral, apresentar o CBTR como importante espaço de reflexões e socialização de informações acerca do turismo no espaço rural brasileiro, e, de forma específica, espacializar os estudos de caso apresentados ao longo do evento, para termos dimensão de que regiões têm sido estudadas tendo o turismo no meio rural como diretriz. Também é nosso objetivo problematizar a respeito da criticidade das interpretações propostas nos anais, tendo em vista o referencial teórico-metodológico exposto no capítulo anterior, confrontando com o apontamento de Ouriques (2005) sobre a escassez deste tipo de análise no país. Partindo disso, optamos por adotar um critério bastante nítido para o entendimento dos textos como sendo críticos, uma vez que a crítica em tela, como já dito no início deste trabalho, é a crítica marxista radical. Assim sendo, os trabalhos só foram compreendidos como críticos quando apontaram explicitamente a necessidade de superação do sistema/racionalidade capitalista.

Desta feita, nas sete edições temos um total de 332 (trezentos e trinta e dois) trabalhos analisados, que se subdividem de acordo com a figura 1:

Figura 1 – Total de trabalhos por anais do CBTR

Anais	Ano	Trabalhos Analisados	Total de Trabalhos
1º	1999	29	29
2º	2000	37	37
3º	2001	38	38
4º	2003	67	67
5º	2005	67	72
6º	2007	41	51
7º	2010	53	53
Total	-	332	347

Organização: Thiago Sebastião de Melo, 2012

Como se pode ver na figura 1, nem todos os trabalhos publicados nos anais foram analisados. Isso decorre do fato de que, em algumas edições, a organização optou por publicar também outras experiências, que não apenas as científicas. Em todo caso, embora a princípio tenhamos pensado em deixar todos estes trabalhos de fora da leitura, optamos por analisar os assim denominados “projetos regionais”, por entender que poderiam trazer alguma iniciativa interessante do ponto de vista do trabalho com turismo, numa perspectiva de construção de outra racionalidade.

Dessa forma, apenas os trabalhos que se encarregam de expor receitas culinárias não foram analisados e perfazem um total de 15 publicações, sendo cinco na quinta e dez na sexta edição. Embora possamos intuir que, pela denominação, os projetos regionais buscassem expor experiências empíricas, nada é dito sobre qual o propósito deste tipo de trabalho nas edições em que eles aparecem publicados. Importa lembrar ainda que outra modalidade de texto presente nos anais diz respeito às conferências apresentadas, tendo estes textos, quase sempre, maior espaço (leia-se número de páginas) para o desenvolvimento dos assuntos abordados.

3.1 Abrangência Espacial das Pesquisas do CBTR

A primeira edição do CBTR ocorreu em 1999 e, até sua última realização, ou seja, em 2010, o congresso perfaz uma história de mais de 10 anos. Nesse tempo vemos a ampliação de alguns temas, com destaque para a questão ambiental.

Ocorre que, pelos textos apresentarem versões concisas, alguns com 3 páginas, num contexto em que a maioria se desenvolve em 5 ou 6 páginas, e apesar dos trabalhos buscarem problematizações diversas para pensarem o turismo no meio rural, temos que os principais norteadores dos debates foram as conferências, ao que retornaremos adiante. Vale dizer que a última edição do evento trouxe textos que, em sua maioria, têm mais de dez páginas, o que proporcionou, acreditamos, um maior detalhamento das situações teóricas ou teórico-práticas apresentadas.

Mesmo sendo textos reduzidos, em sua maioria, algo próximo de resumos expandidos, constata-se a existência de debates profícuos que fazem avançar as reflexões acerca de temas relacionados ao turismo no espaço rural, ou ainda do próprio conceito do que vem a ser o

chamado turismo rural. É emblemático desses diálogos o texto de Vieira (2003), que retoma o exposto por Furquim e Ishiy (2001), na perspectiva de avançar teoricamente sobre um tema de suma importância para pensar a atividade turística no meio rural, qual seja, as implicações legais.

Como veremos, grande parte dos textos são estudos de caso. Não obstante o valor desse tipo de análise, e em consonância com o supracitado a respeito do papel norteador das conferências, nota-se que estas se ocuparam mais de tratar de forma geral os assuntos abordados do que de partir de uma realidade particular. Dito de outro modo, as conferências têm maior peso teórico-conceitual não só porque estão mais detalhadamente apresentadas, como também porque, em sua maioria, versam a respeito de generalizações e/ou perspectivas mais abrangentes (tabela 2).

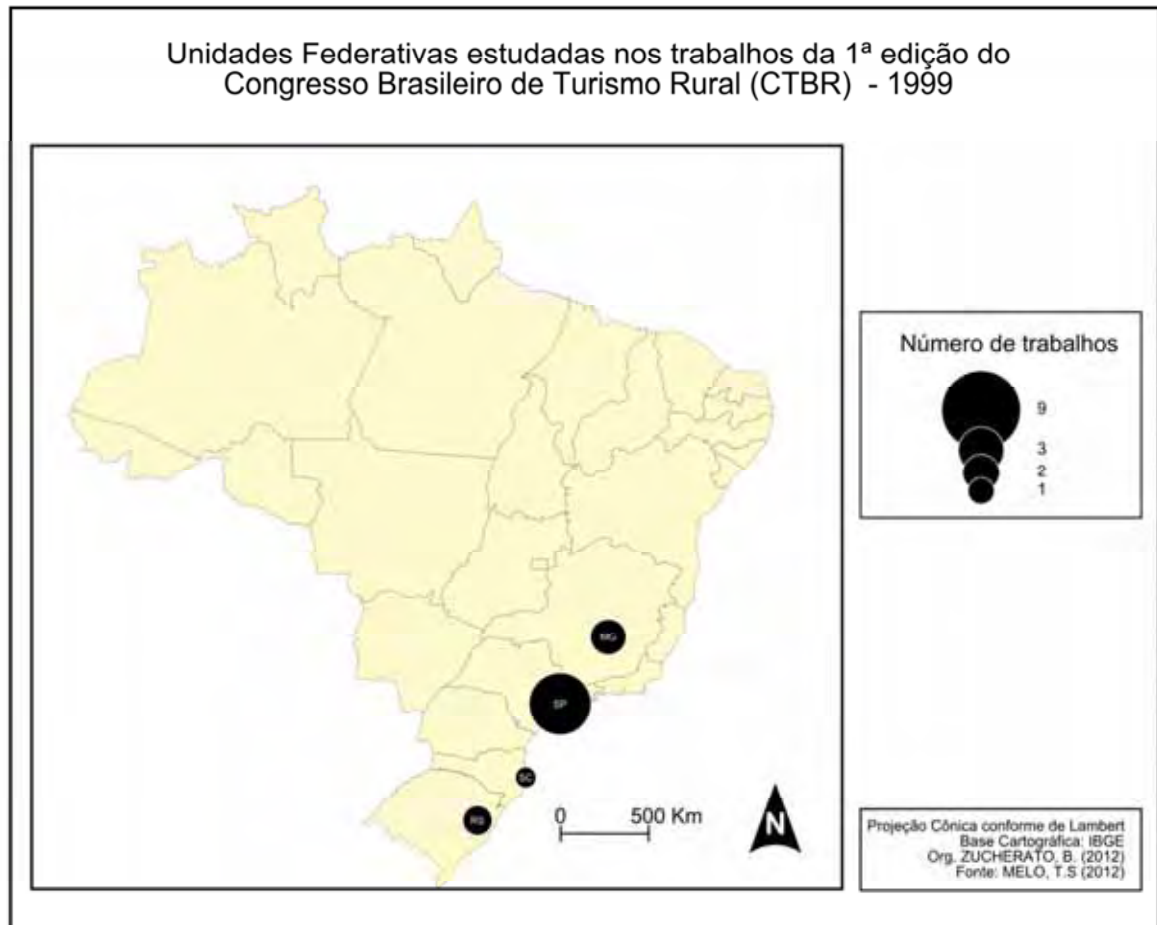
Figura 2 – Estudos de caso por tipo de texto em cada edição do CBTR

Estudos de caso por tipo de texto em cada edição do CBTR		
1^a	Conferência	0
	Trabalhos	15
2^a	Conferência	1
	Trabalhos	21
3^a	Conferência	2
	Trabalhos	16
4^a	Conferência	2
	Trabalhos	41
5^a	Conferência	0
	Trabalhos	36
6^a	Conferência	1
	Trabalhos	22
7^a	Conferência	1
	Trabalhos	38
Total	Conferência	7
	Trabalhos	189

Organização: Thiago Sebastiano de Melo, 2012

Cabe, agora, vermos que estados foram estudados nestas pesquisas.

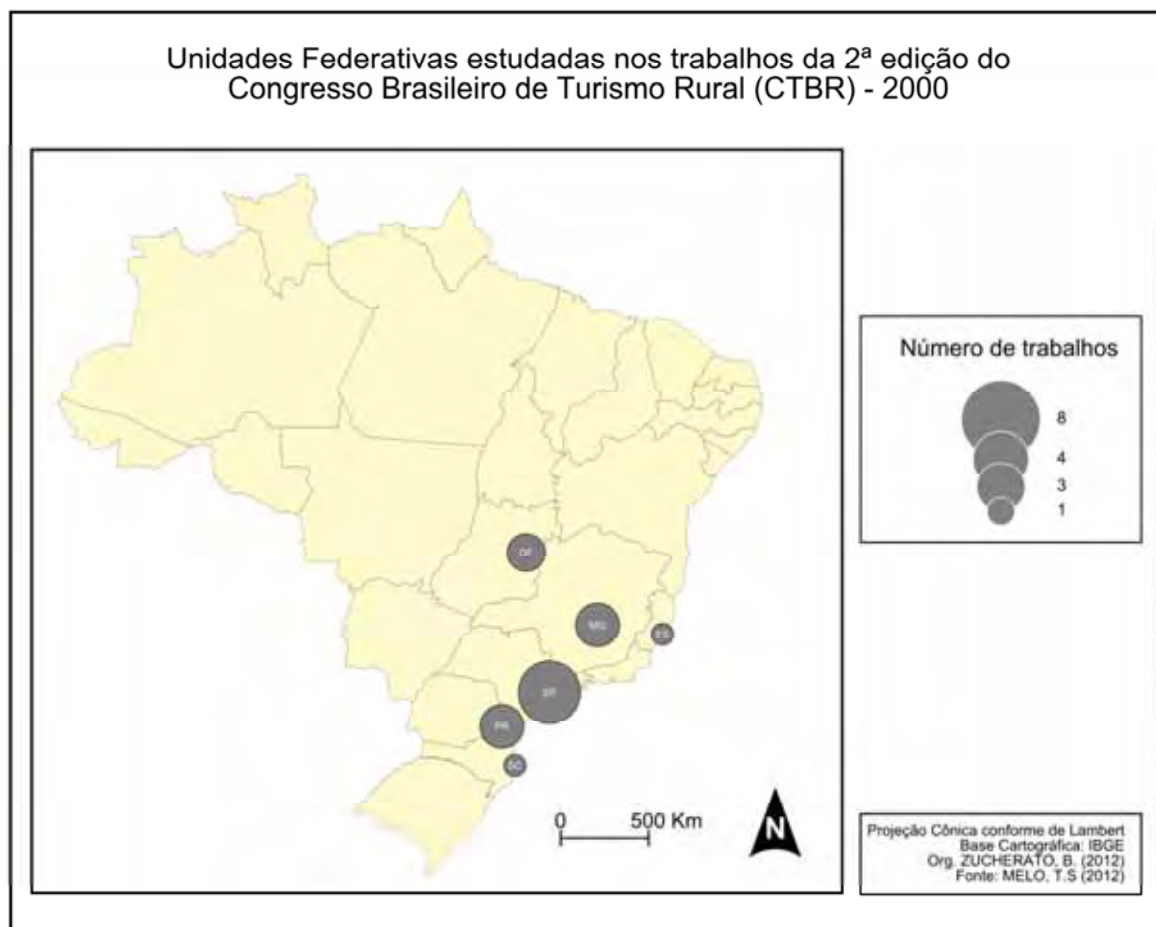
Figura 3 – Estudos de caso na primeira edição do CBTR



Como a Figura 3 mostra, apenas 4 estados foram referência para os estudos de caso apresentados na primeira edição do congresso. A discrepância do número de estudos de caso que pesquisaram a realidade do sudeste em relação às demais macrorregiões do país é uma característica que se manteve ao longo de todas as edições, ainda que outros estados/regiões tenham sido abordados ao longo do tempo, como veremos. Muito provavelmente isso se dá em decorrência do evento ter sido realizado sempre no estado de São Paulo. Claro que, ainda há outros motivos a serem levados em consideração, como o fato do sudeste congregar as maiores universidades do país, exercer um predomínio sócio-econômico-cultural evidente nas determinações do país, entre outros. Contudo, isso não quer dizer que a atividade turística no espaço rural esteja restrita às regiões Sudeste e Sul, e sim, como dito, que tais regiões concentram as pesquisas sobre tal atividade.

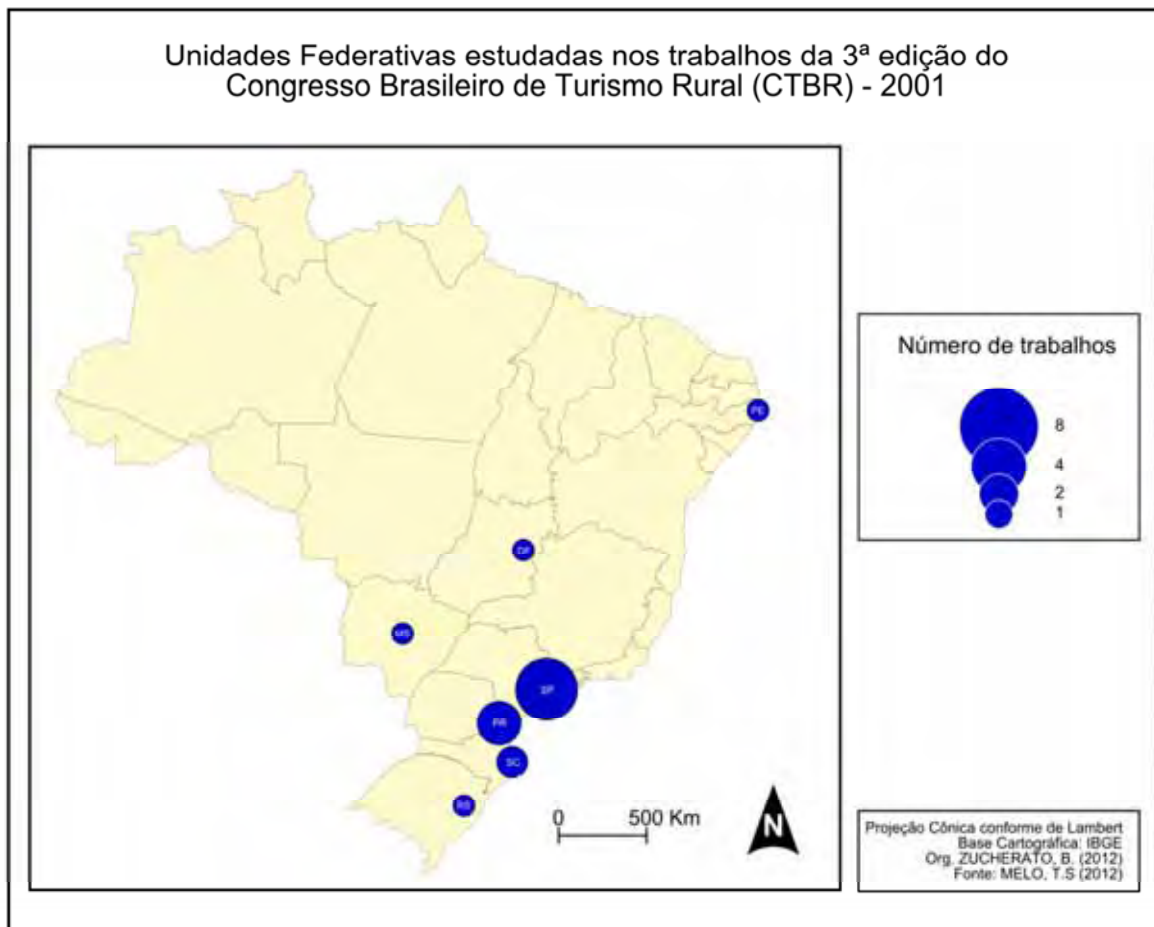
Outro motivo para o exíguo número de Unidades Federativas representadas nessa primeira edição do evento pode ser encontrado no fato da recente sistematização do turismo nesse meio. O primeiro caso é atribuído ao município de Lages – SC, na década de oitenta do século passado, o que se reflete na aglomeração do desenvolvimento desta modalidade de turismo nas regiões Sul e Sudeste. A primeira, justamente por ser o berço do turismo rural e comportar um patrimônio histórico-cultural marcado sobremaneira pela imigração européia, e a segunda por também possuir um notável patrimônio histórico-cultural, nesse caso acentuadamente relacionado aos ciclos econômicos do café e da escravidão, e, sobretudo, por comportar o principal polo de emissão de turistas. Ocorre que só o fato do sudeste ser o maior emissor de turistas não explica a maior incidência dos estudos de caso. Acreditamos, e aqui a afirmação vale para todas as edições do evento, que os estudos de caso concentrados nesta região são resultantes da imbricada relação entre o poder aquisitivo dos moradores, a quantidade e visibilidade das pesquisas realizadas, e as políticas e discursos para o campo.

Figura 4 – Estudos de caso na segunda edição do CBTR



Na segunda edição nota-se que o estado do Rio Grande do Sul deixa de ser palco de estudos de caso, e passam a ser referência os estados do Paraná, Espírito Santo e o Distrito Federal. Apesar do volume substancial de estudos sobre o estado do Paraná, grande parte das pesquisas ainda tem por base o sudeste.

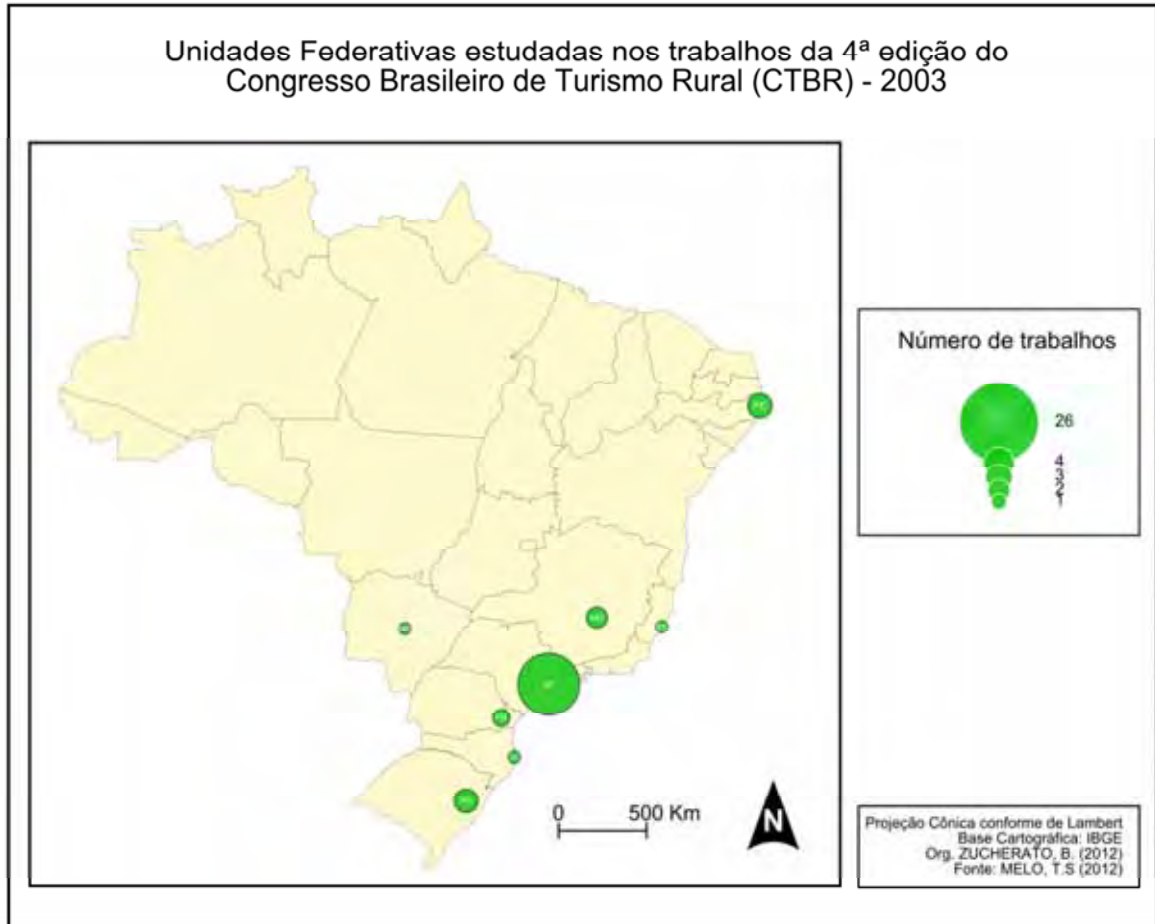
Figura 5 – Estudos de caso na terceira edição do CBTR



Na terceira edição o estado do Rio Grande do Sul volta a ser estudado, o Paraná e Santa Catarina se mantêm, demonstrando que a tradição da região sul do país como objeto de estudo das pesquisas nacionais é fato consolidado. Mato Grosso do Sul aparece. O estado de Minas Gerais não é representado, bem como o Espírito Santo. O Distrito Federal se faz presente. E, pela primeira vez, um estado do nordeste é base para pesquisa, sendo Pernambuco a representar tal macrorregião.

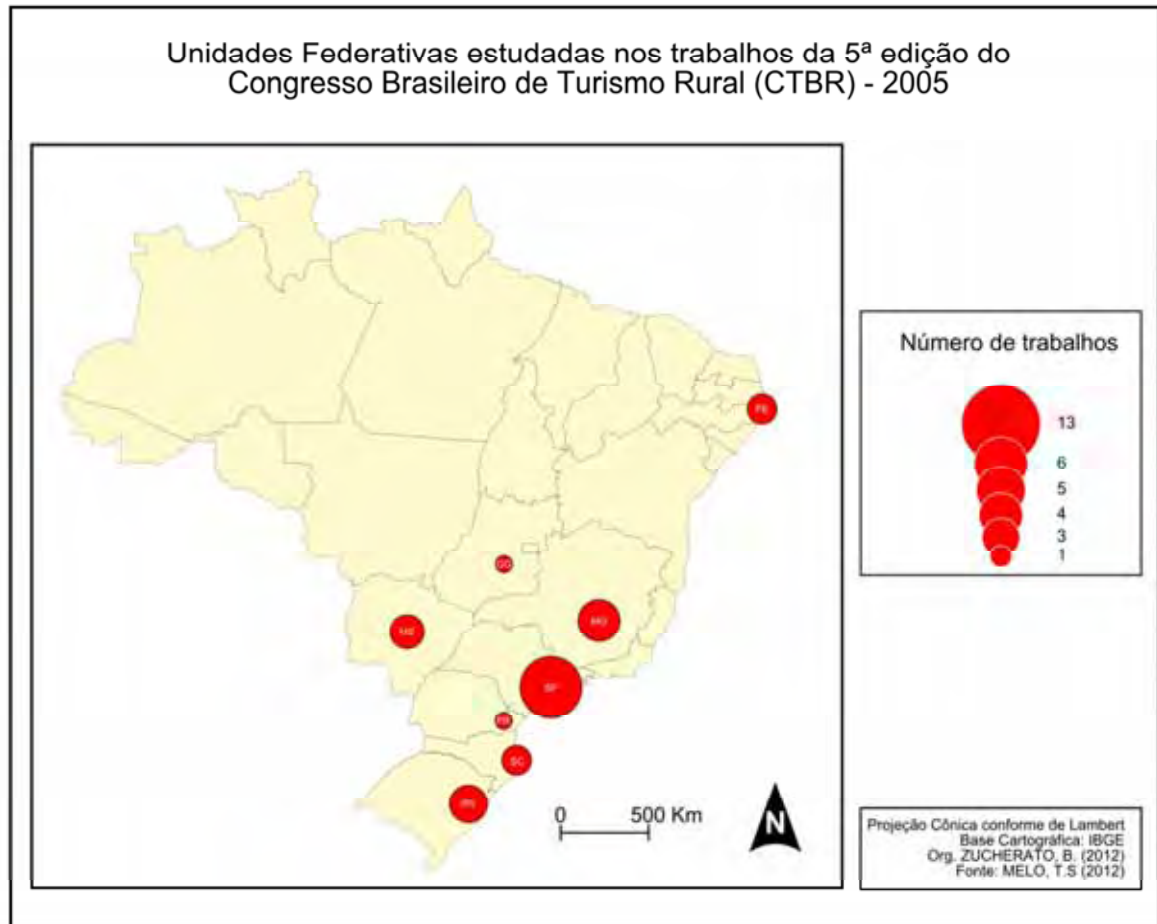
Cabe lembrar que essa edição do CBTR aconteceu no final do primeiro mandato do Governo Lula, quando se criou o Ministério do Turismo e passou a se fortalecer a ideia sobre a importância da regionalização do turismo.

Figura 6 – Estudos de caso na quarta edição do CBTR



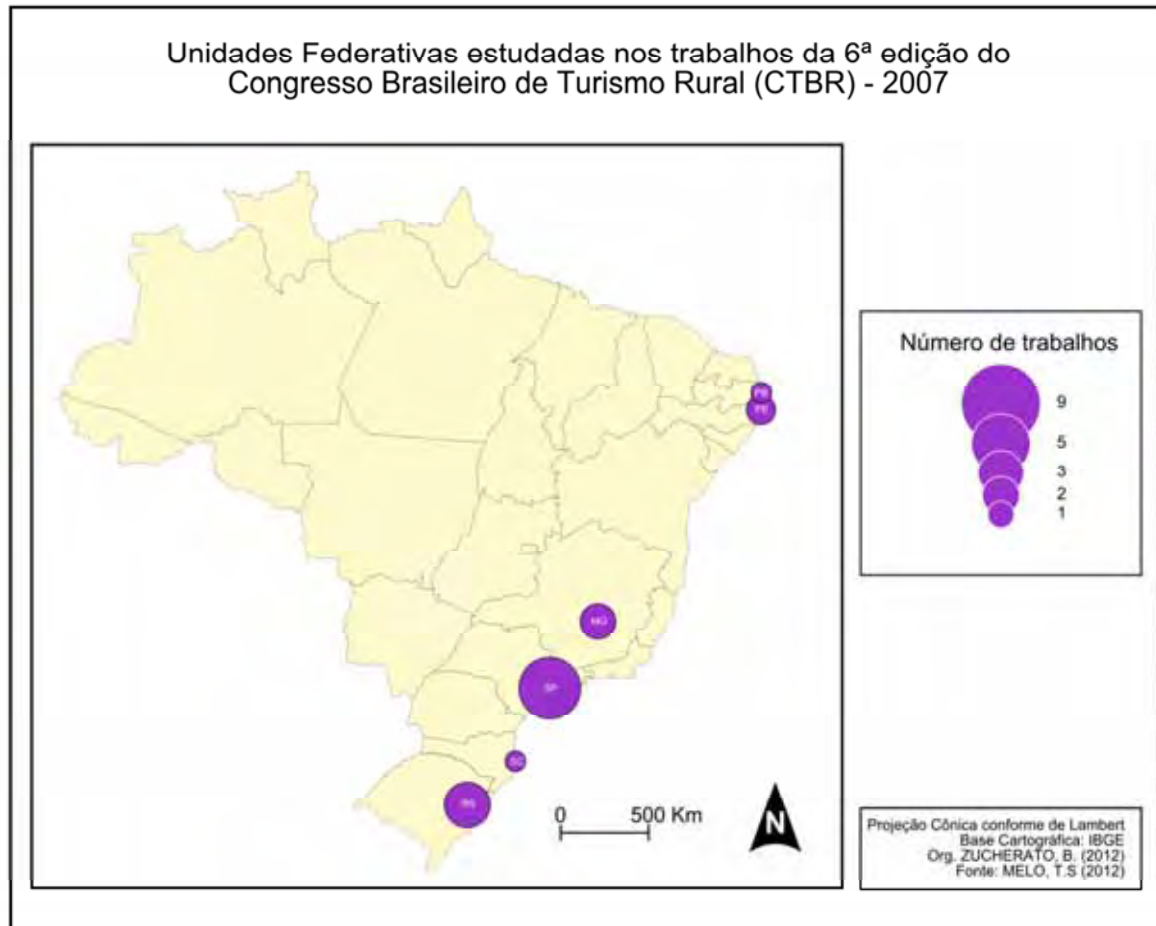
Na quarta edição cresce o número de estudos sobre o estado de Pernambuco, e, assim, o nordeste brasileiro. Voltam a figurar também os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Como na edição anterior, todos os estados da região sul são referência para estudos de caso. Mato Grosso do Sul novamente é representado e o Distrito Federal não aparece. São Paulo mantém-se como a grande referência para as pesquisas do CBTR.

Figura 7 – Estudos de caso na quinta edição do CBTR



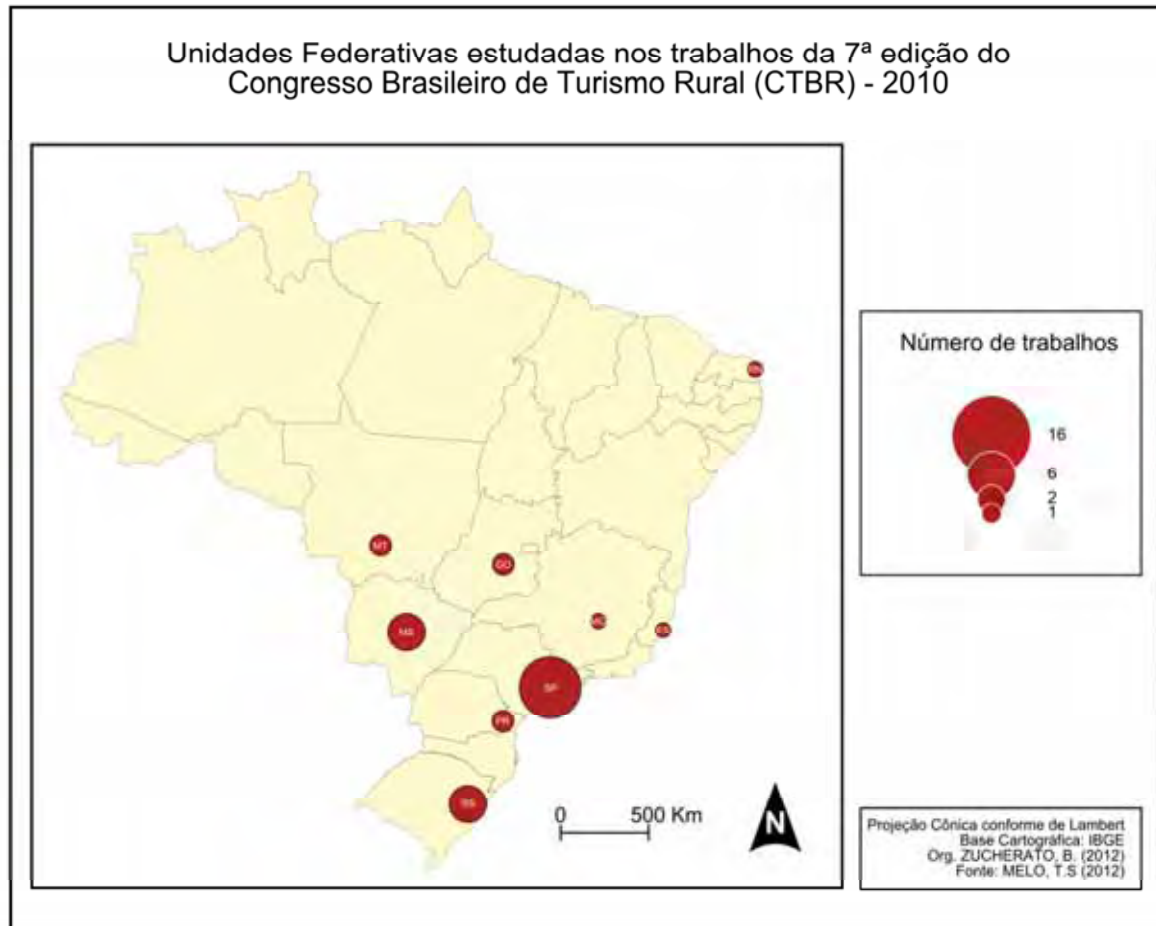
O quadro permanece praticamente inalterado na quinta edição. Espírito Santo deixa de constar na lista, e Goiás aparece, pela primeira vez. Os trabalhos que estudaram a realidade do estado de São Paulo novamente são os mais numerosos.

Figura 8 – Estudos de caso na sexta edição do CBTR



Na sexta edição a região Centro-oeste não aparece estudada. Depois de três edições consecutivas, a região Sul não é totalmente representada nos estudos de caso, ficando de fora o estado do Paraná. Já no nordeste, pela primeira vez outro estado, além de Pernambuco, aparece, a Paraíba. E São Paulo segue sendo o principal foco de estudos de caso nas pesquisas nacionais sobre turismo no espaço rural.

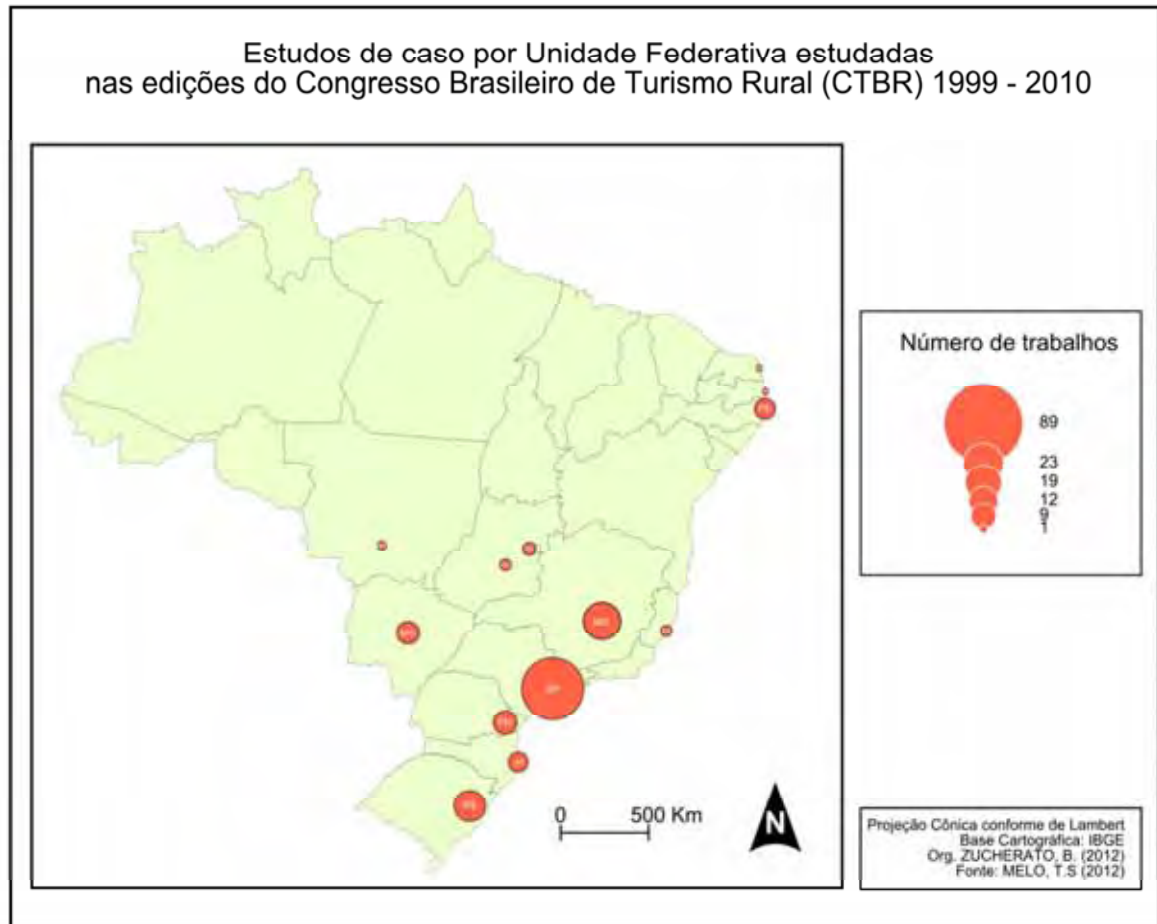
Figura 9 – Estudos de caso na sétima edição do CBTR



Na última das sete edições realizadas até o momento, o CBTR teve o maior número de Unidades Federativas analisadas nos estudos de caso. Foram 9 dos 27 estados do Brasil. Vale dizer que, desde a primeira edição, a única vez que o número de UF's estudadas diminuiu em relação à edição anterior foi na sexta, quando foram pesquisadas 6 UF's, ao passo que na quinta, bem como na quarta, foram estudadas 8. Na terceira edição foram 7, na segunda 6 e na primeira 4. Ainda no tocante ao quadro da última edição, pela primeira vez, desde que se iniciou no congresso, a realidade pernambucana não foi exposta. De outro modo, um novo estado do Nordeste serviu para reflexões: o Rio Grande do Norte. E pela primeira vez desde o começo do CBTR, Santa Catarina não figurou entre os estados estudados. Também pela primeira vez a realidade mato-grossense foi apresentada aos participantes. São Paulo se mantém como principal polo dos estudos nacionais sobre turismo no espaço rural.

Vejamos a representação geral dos estudos de caso no CBTR.

Figura 10 – Estudos de caso por Unidade Federativa no CBTR 1999 - 2010



A ocorrência de concentração dos estudos de caso no sudeste sugere que a centralidade ocupada pelo eixo São Paulo-Rio de Janeiro, em diversas áreas, como cultural e empresarial, se faz presente também na academia. Cabe, ainda, cruzar dados sobre estados estudados com instituições de fomento, recursos disponibilizados para pesquisas em determinadas áreas, existência de cursos específicos ou de linhas de pesquisas/grupos de estudos sobre a temática, para que possamos ligar uma coisa à outra, efetivamente. Como foge da alçada da presente proposta, fica o ensejo para pesquisas futuras.

De outro modo, percebemos que após a criação do Ministério do Turismo, em 2003, ano em que ocorreu a quarta edição do CBTR, os estudos de caso se expandiram pelo território nacional. Entendemos que a criação deste Ministério responde ao discurso mundialmente generalizado da “capacidade produtiva” do turismo, com seu propagado baixo custo na geração de postos de trabalho, e, portanto, vetor estratégico de desenvolvimento

local/regional. Daí o porquê de grande parte dos estudos buscarem uma justificativa econômica, seja para a própria pesquisa, seja para a implantação da atividade. Em outras palavras, o aspecto econômico é evidenciado tanto como forma de justificar os estudos a respeito da atividade turística, quanto como viés de legitimação de sua implantação. Afinal, sendo uma atividade com grande impacto socioeconômico, necessita que se (re)conheça a fundo suas implicações. Em verdade, cabe ressaltar, o primeiro e o segundo aspecto, grosso modo, têm se amalgamado num único escopo, qual seja, o de legitimar o desenvolvimento por meio da atividade turística.

Posto isso, retomamos o explicitado no capítulo 1. À medida que o Governo Federal aposta no Turismo como instrumento para consolidar o desenvolvimento econômico do país, alicerçando-se, para tanto, numa perspectiva liberal de desenvolvimento territorial, cresce o número de estudos de caso, e por isso acreditamos que também de empreendimentos de turismo rural, mesmo porque esse posicionamento do governo se materializa em ações como linhas de crédito específicas para turismo rural, por meio do PRONAF. E essa ligação entre as políticas públicas para o campo, no Governo Lula, e a perspectiva liberal mencionada está umbilicalmente inserida nos trabalhos do CBTR desde antes da eleição deste ex-presidente, uma vez que um de seus principais articuladores responde por uma das conferências apresentadas logo na primeira edição e é um dos autores mais citados ao longo do evento.

3.1.1 A presença Internacional no CBTR

O CBTR também contou com estudos internacionais. Isso se deu de dois modos: com estudos de caso de realidades internacionais ou com pesquisas desenvolvidas por pesquisadores vinculados a instituições internacionais.

Figura 11 – Trabalhos internacionais no CBTR por edição

Edição	Trabalhos	Conferências	País
1^a	-	-	
2^a	01	-	Espanha
3^a	-	01	Espanha
4^a	02	-	Espanha Portugal
5^a	-	-	
6^a	01	01	Espanha Portugal
7^a	03	-	Espanha Israel

Organização: Thiago Sebastiano de Melo, 2012

Como se vê, apenas na primeira e na quinta edição do evento não houve pelo menos um estudo internacional. E no tocante aos realizados nas demais edições, sobressaem-se os que foram realizados a partir da Espanha e/ou que estudaram tal realidade. Aventamos se essa relação bilateral Brasil-Espanha responde ao fato de o programa LEADER ser uma referência nos estudos nacionais sobre planejamento do turismo.

3.2 Conferências do CBTR: apresentação e análise

Dissemos anteriormente que as conferências têm especial relevância por se tratarem de textos mais longos e, por isso, com maiores possibilidades de desenvolverem as ideias e proposições.

Vale dizer que são assuntos definidos pela organização do evento, de forma que fica implícita aí certa visão/posição da organização no tocante aos assuntos a serem abordados. E talvez não seja demais acreditar que fica implícita tal visão/posição também na própria abordagem, à medida que se convida determinado pesquisador, artista, representante de determinada instituição etc, e não outros.

Em virtude da relevância que entendemos ter esse tipo de texto para o evento, sistematizamos as informações referentes a eles para mostrar os assuntos abordados ao longo das edições pelos conferencistas e assim vemos como se configurou esse conjunto particular de textos ao longo do evento, sendo considerada também a temática de cada edição, uma vez que ela define, de forma geral, sobre o que se pretende refletir.

Figura 12 – Título das Conferências por Edição

Edição	Temática	Título
1 ^a	Turismo no espaço rural brasileiro	<ul style="list-style-type: none"> -Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: Nova oportunidade para o pequeno agricultor. -Legislação para o turismo rural: Uma reflexão para a construção de novos caminhos -Linhas de financiamento para turismo rural -Formação de recursos humanos para o turismo rural

		<ul style="list-style-type: none"> -Infraestrutura em nível de propriedade -O turismo rural e a articulação institucional -Turismo Rural: uma estratégia de desenvolvimento via serviços -A cultura no contexto do turismo no espaço rural brasileiro
2 ^a	Turismo, novo caminho no espaço rural brasileiro	<ul style="list-style-type: none"> -Turismo no meio rural e sustentabilidade ambiental -Conciliação entre atividade turística e produção -Turismo cultural no Vale do Paraíba - Uma experiência histórica -Capacitação em turismo rural -Avaliação econômica em empreendimento de turismo rural -Estratégias de desenvolvimento do turismo rural -Ações integradas para desenvolvimento do turismo rural -Manifestações folclóricas no turismo rural
3 ^a	Turismo no espaço rural brasileiro	<ul style="list-style-type: none"> -Turismo rural en Castilla y Leon. Análisis, problemática y perspectivas -O turismo rural e a preservação de valores socioculturais -A inserção da atividade turística na exploração agropecuária -Os entraves institucionais na implantação do turismo rural -Impactos ambientais de projetos de turismo rural -Linhas de financiamento possíveis para o turismo rural -O Sebrae-SP e o turismo rural no Estado de São Paulo
4 ^a	O Turismo Como Vetor do Desenvolvimento Sustentável Rural	<ul style="list-style-type: none"> -Turismo Rural e Políticas Públicas -Cultura caipira: Cem ditados rurais paulistas

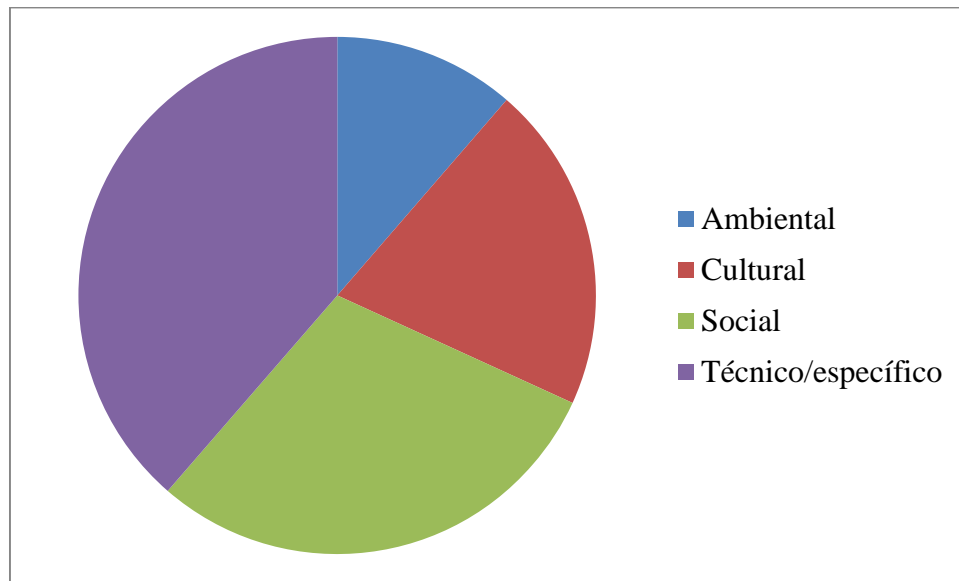
		<p>-O potencial turístico da arquitetura rural no Brasil</p> <p>-A formação do caipira</p> <p>-Turismo Rural e Certificação: Qualidade e Responsabilidade</p> <p>-Turismo rural no Brasil: pertinência e aplicabilidade da experiência cooperativa na promoção do desenvolvimento rural.</p>
5 ^a	Propriedades, Comunidades, Roteiros no Turismo Rural	<p>-Turismo rural e desenvolvimento local</p> <p>-Restauração florestal de áreas degradadas: uma ferramenta para o turismo rural e o ecoturismo</p> <p>-Consórcio Nacional Fazendas do Brasil</p> <p>-Turismo rural e desenvolvimento regional</p> <p>-Considerações sobre o (des)encontro rural/urbano: um olhar antropológico</p>
6 ^a	Cultura no espaço rural brasileiro	<p>-Com a dança na bagagem</p> <p>-El regimen jurídico del turismo en España: analisis del Decreto Andaluz de 29 de enero de 2002</p> <p>-Pintura no espaço rural brasileiro</p>
7 ^a	O turismo rural e as territorialidades na perspectiva do campo e da cidade	<p>-Contribuições da ciência geográfica para as discussões sobre a relação multifuncionalidade do rural e turismo</p> <p>-O espaço rural e o turismo</p> <p>-As territorialidades ambientais no meio rural e o turismo</p> <p>-Territorialidades turísticas e a questão ambiental: o caso da Gruta do Lago Azul e da estância mimosa ecoturismo – Bonito / MS</p> <p>-O território rural e os paradigmas da sociedade contemporânea</p> <p>-Funcionalidade turística e multifuncionalidade produtiva do espaço rural</p>

Organização: Thiago Sebastiano de Melo, 2012

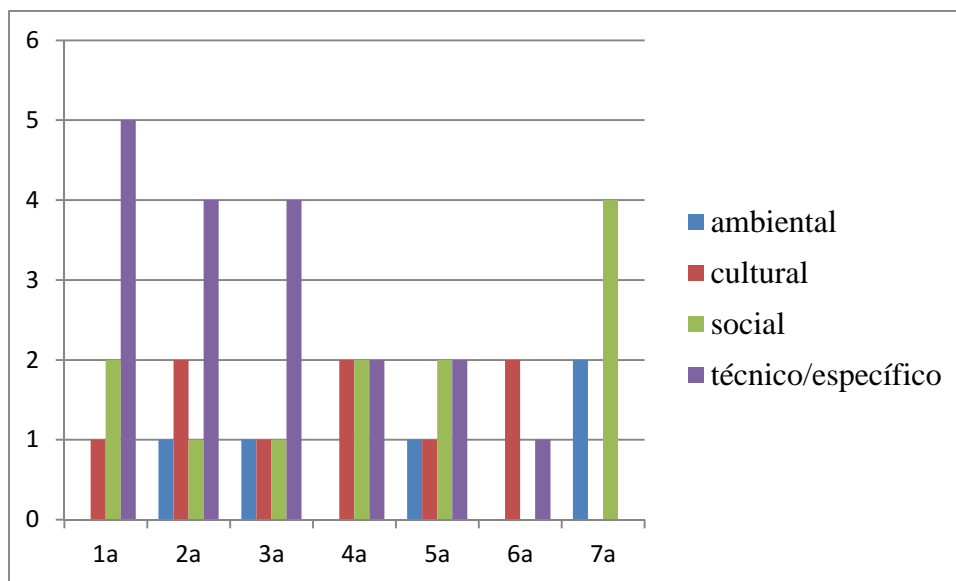
Os assuntos tratados nas conferências denotam a preocupação da organização do evento em ensejar reflexões sobre o rural a partir de diversos aspectos. As abordagens variam e a maioria tende para a análise científica, sendo que outras abordam os assuntos propostos a partir de perspectivas de mercado, da arte, entre outras, sem necessariamente um compromisso com o rigor científico. Óbvio que muitas vezes, inclusive, essas abordagens se fazem presente de forma conjunta, num mesmo texto.

Partindo dos títulos dos textos, nos propomos a agrupá-los por temas. Dessa forma, temos uma ideia do perfil desse tipo de trabalho no CBTR. Vale dizer que temos consciência de que a classificação sem critérios mais rigorosos comporta grande medida de arbitrariedade. Contudo, o exercício aqui é somente traçarmos um perfil temático para os trabalhos. Dessa forma, não carece, julgamos, de aprofundamentos criteriosos em tal divisão. Assim, as conferências foram agrupadas em grandes temas, sendo eles: ambiental, cultural, social e técnico/específico, sendo que o critério utilizado foi somente o título do texto.

Desta feita, como mostra a figura 13, temos que a maior parte das conferências se ocupou de questões técnicas/específicas do turismo, sendo esse tema entendido como o que abriga análises de particularidades do planejamento, implantação e operacionalização da atividade turística. Em segundo plano, temos os textos que buscam a aproximação do turismo com aspectos socioeconômicos, ao que denominamos genericamente “social”. Apesar de ficar atrás dos dois temas anteriores, o tema “cultural” chama atenção, uma vez que denota o grande vínculo do turismo no espaço rural com aspectos culturais, sejam as manifestações folclóricas, as expressões artísticas do, ou que retratam, o meio rural, entre outras. E por último temos o tema “ambiental”, que chama atenção justamente pelos poucos trabalhos diretamente relacionados a essa abordagem, uma vez que, de forma geral, crescem as pesquisas preocupadas com questões ambientais relacionadas ao exercício da atividade turística. Em verdade, notamos nas conferências, comparativamente, um aumento desse tema, uma vez que o maior número de trabalhos a este respeito se encontra na sétima edição do CBTR, como podemos ver na figura 14.

Figura 13 – Temas das conferências do CBTR

Organização: Thiago Sebastiano de Melo, 2012

Figura 14 – Temas das conferências do CBTR por edição

Organização: Thiago Sebastiano de Melo, 2012

O que empresta o tom de unicidade a todas elas é o fato de que nenhuma se empenha em contrapor a lógica hegemônica de territorialização do turismo à lógica particular, própria, costumeira do homem do campo, mesmo não perdendo de vista que esse sujeito não é homogêneo em suas práticas, mas ressaltando que há um histórico da relação dos moradores desse meio com o entorno. Todas as apresentações acabam por legitimar o todo da prática turística, quando muito, apontando cuidados pontuais com este ou aquele aspecto de sua

implantação, e nunca estabelecendo de maneira contundente uma aproximação deste como uma das formas de atualização dos danos sociais abrangentes da sociedade capitalista.

Essa perspectiva capitalista, ou, no limite, não anti-capitalista, se faz presente por exemplo quando temos em vista os trabalhos que foram agrupados no tema “social”. Apesar de representarem o segundo tema mais tratado nas conferências, em nenhum é possível encontrar uma concepção mental, uma identidade de classe, que considere a “posição proletária” alicerçada na hipótese comunista, ou, dito de outra forma, não encontramos trabalhos que busquem coordenadas, negativas e/ou (pro)positivas, para além do capital(ismo). E entendemos que é essa falta de conferências, e mesmo das temáticas, que objetivem uma aproximação entre reprodução do capitalismo e o papel exercido pelo turismo (mesmo que restrito ao meio rural) na sociedade contemporânea, que consolida ao longo das edições do evento a falta de trabalhos críticos, como veremos adiante.

Cabe aqui um parênteses para dizer que avaliamos ser justamente pela temática da última edição, que ensejou um aprofundamento no que diz respeito às práticas sociais ligadas ao turismo, ou seja, aos territórios e suas representações sociais, suas territorialidades, que dessa vez apareceu uma quantidade acima da média de trabalhos que apresentam uma criticidade nas reflexões acerca do turismo. Apresentam uma criticidade quando expõem contradições da sociedade capitalista e da prática/planejamento turístico, mas não dão o passo seguinte, chegando ao cerne da questão da sociedade de classes atual, qual seja, a superação do próprio capitalismo, e por isso não empregam uma crítica marxista radical, julgada por nós como aporte teórico-conceitual mais consistente para o enfrentamento dessa questão, e, portanto, não podem ser classificados como críticos (dentro dessa perspectiva, claro!).

Posto isso, o que nos chama atenção, tendo em mente o tema por nós proposto, é a falta de trabalhos que contribuam para o entendimento da inserção de turismo em assentamentos de Reforma Agrária e a falta de textos que se proponham ao exercício de buscar a interação entre as atuais formas de desenvolvimento capitalista e a atividade turística, ainda que fosse com um recorte espacial definido, neste caso, no campo.

Deste modo, no primeiro caso, ou seja, ao não tratar do turismo em assentamentos de Reforma Agrária, intui-se que, ou a organização não julga que este espaço tenha uma configuração própria e/ou importante para merecer atenção especial, ou que, mesmo acreditando que o assentamento é uma forma de uso e ocupação do solo específica, inclusive com implicações legais próprias, e represente uma importante conquista do conjunto da

sociedade, em diversos quesitos, parte do pressuposto de que não há movimento turístico consistente nesses espaços e/ou que seus efeitos não têm maiores implicações.

Nesse momento é importante lembrar que o próprio MST, e implica-se aí toda a visibilidade que este Movimento tem para os pesquisadores do campo, que se ocupam ou não com a Reforma Agrária, uma vez que é um importante componente nas determinações da realidade agrária nacional, já teve uma iniciativa de levar de forma sistematizada turistas para dentro dos assentamentos, o que ocorreu no início da década passada. Isso quer dizer que a realidade do turismo em assentamentos já ocorria desde então, ainda que não com maiores projeções.

Soma-se ao exposto o apontamento de Oliveira (2011) sobre o fato de comunidades rurais terem em seu histórico a prática de realizarem festas e receberem moradores da cidade. Assim, também nos assentamentos isso é realidade, ou seja, desde o princípio da implantação de assentamentos de Reforma Agrária temos atividades turísticas nos assentamentos, muito embora tenhamos clareza de que não como uma atividade econômica com a qual se esperava complementar renda ou diversificar postos de trabalho.

Diante disso, não é descabido dizer que, mesmo quando o turismo rural foi oficialmente tomado como política pública para o desenvolvimento rural, e por isso também para os assentamentos, o CBTR não trouxe para o debate as possíveis implicações da ocorrência desta atividade nesse espaço, o que avaliamos ser a objetivação de outras preocupações que não com a Reforma Agrária, mesmo sendo esta uma importante etapa no processo de reestruturação social para o conjunto da sociedade, e particularmente para os moradores do campo, ou seja, os sujeitos que operacionalizam o turismo rural.

Para sermos justos, a última edição montou uma mesa para debater tal questão. No entanto, esta mesa não se consubstanciou em publicação nos anais.

Retomando, já no segundo caso, ou seja, no tocante à relação entre desenvolvimento da sociedade capitalista e o complexo fenômeno turístico, alguns trabalhos indicam que o esvaziamento do campo, suas novas funções, a multifuncionalidade, entre outros, são consequência da dinâmica de desenvolvimento capitalista, mas param aí. Dito de outro modo, naturalizam esta dinâmica, como se ela fosse a única possível. E as teses defendidas caminham exatamente nesse sentido, ou seja, não se fala de romper com a própria forma de organização social, fala-se de reformá-la, desde o ponto de vista aqui corroborado, uma

reforma que não coloca no próprio sistema, em todo o seu complexo de relações, as dificuldades para sua efetivação.

Por exemplo, ainda que se aponte que o turismo responde ao contínuo decurso de deterioração da capacidade produtiva dos pequenos e médios proprietários, que recorrem a esta atividade como forma de complementar renda, ou mesmo como alternativa de emprego, pouco se fala a respeito das políticas públicas para o setor agrícola nacional, uma vez que este é aceito como peça-chave na engrenagem econômica bem-sucedida (?) do país. Menos ainda se diz sobre o fato de os agentes que sustentam este modelo de gestão para o setor serem difíceis adversários político-institucionais no embate entre ações constituintes de projetos diferentes de país. Ao não buscar tais relações, estas análises escamoteiam o já multifacetado mecanismo de construção/consolidação da realidade social.

Isso decorre, acreditamos, do fato de que uma das conferências mais citadas sustenta-se no pilar do que hoje é a política agrícola nacional, ou seja, as teses do economista José Graziano da Silva a respeito do “novo rural”. Não é por menos que ele é importante integrante do grupo de intelectuais que erigiram diretrizes diversas para os mandatos do já histórico presidente Lula. Sendo assim, ao aderir às teses de Graziano da Silva, com seus equívocos constitutivos (OLIVEIRA, 2011), às formulações sobre agricultura familiar propostas por Abramovay, e aos princípios da noção liberal de desenvolvimento territorial, os autores, e aqui cabe novamente uma generalização para o conjunto dos textos dos anais, passam a derivar conclusões que, na melhor das hipóteses, perdem de vista as objetivações do embate de classes em que está assentada a sociedade brasileira.

Tais teses estão ligadas ainda, segundo Oliveira (2011), ao entendimento de que a Reforma Agrária não é mais necessária. Nesse sentido, o esforço de nossa pesquisa não é julgar e atacar os textos apresentados, e sim reforçar a atualidade e imprescindibilidade da reforma mencionada, buscando as aproximações entre ela e o turismo, quando esta se consolida no turismo em assentamentos de Reforma Agrária.

Posto isso, não podemos, obviamente, delegar à conferência de Campanhola e Graziano da Silva (1999) a responsabilidade única pelo direcionamento da linha hegemônica de análise do evento. Outros importantes pesquisadores deram, igualmente, suas contribuições, as quais também tiveram e continuarão tendo repercussão entre os pesquisadores da área.

3.3 Uma perspectiva crítica

O ponto de partida para estabelecer critérios para o entendimento dos textos que integram os anais do Congresso Brasileiro de Turismo Rural – CBTR como críticos ou não-críticos é o livro de Helton Ricardo Ouriques, intitulado *A produção do turismo: fetichismo e dependência* (2005). Neste trabalho o autor reconhece quatro linhas de interpretação e análise do turismo, a saber: a corrente liberal, a corrente do planejamento estatal, a corrente pós-moderna, e, por fim, a corrente crítica.

Diante da constatação do escasso número de trabalhos que buscam analisar criticamente o fenômeno turístico, procuramos mensurar se isso ocorre também nos trabalhos sobre turismo no meio rural. Ainda assim, não fazemos a classificação de acordo com a divisão proposta por Ouriques, apenas dividimos os trabalhos como críticos ou não-críticos. Isso porque, de acordo com o que se procurou expor até o momento, a grande preocupação é consubstanciar a necessidade de estudos críticos sobre o turismo no meio rural, sobretudo em assentamentos de Reforma Agrária.

Para Ouriques (2005, p. 83), a corrente crítica

pauta-se pelo pressuposto (inexistente nas concepções anteriores) de questionar o caráter intrinsecamente benéfico do desenvolvimento turístico, discutindo as transformações que ocorrem na (re)produção da vida das comunidades receptoras e as condições de trabalho nas atividades turísticas. Além disso, para além de levantarem impactos positivos e negativos do turismo em uma dada porção do território, os autores divergem conceitualmente das afirmações difundidas pelo discurso hegemônico relativas à possibilidade de se estabelecer uma relação sustentável entre turismo e meio ambiente.

Outro detalhamento basilar feito pelo autor é o de que

a interpretação crítica, além de entender o turismo no contexto da produção que caracteriza a sociedade capitalista (portanto, como produtora do desenvolvimento *insustentável*), compreende-o como forma específica de produção das relações sociais de exploração capitalistas (por meio da transformação das relações de trabalho “tradicionais” em relações assalariadas) e, não menos importante, como expressão da tendência imperiosa de mercantilização de tudo, inclusive da paisagem. (OURIQUES, 2005, p. 88)

Estamos muito próximos dessa leitura. Entretanto, quando o autor corretamente diz que o turismo é “expressão da tendência imperiosa de mercantilização de tudo” (IDEM), e

que esta corrente de análise busca “entender o turismo no contexto da produção que caracteriza a sociedade capitalista” (IBDEM), nos vemos motivados a fazer algumas considerações.

Primeiramente, acreditamos que o turismo é exatamente uma expressão da forma capitalista de se relacionar com o meio, e que, sendo assim, não é ele (atividade turística) quem cria essa forma peculiar de relação. Isto nos possibilita pensar em práticas turísticas que, alicerçando-se na noção classista de consolidação de territórios, fujam da mera reprodução e/ou atualização de uma sociabilidade capitalista.

Segundo, levando em conta a possibilidade aventada, o teor crítico do texto não se dá pela criminalização da atividade turística, que, entendemos, tem o potencial de extrapolar a função dominante que cumpre atualmente como forma específica de reprodução ampliada e territorialização do capital, e, sim, pela criminalização da própria reprodução dessa forma de organização social. Por isso, uma perspectiva crítica, entendemos, só se consubstancia quando chega à raiz do problema e não se furta a apontar a necessidade de rearranjo social tendo o ser humano, e não o capital, como principal força desse arranjo.

Feitas as considerações, importa ainda observar quando Ouriques (2005, p. 88) diz que

[...] esta última corrente acaba se diferenciando das três anteriores, por não representar uma tentativa de justificativa do “desenvolvimento pelo turismo”. Pelo contrário, os autores aqui referenciados buscam compreender o fenômeno turístico em sua complexidade estabelecendo as relações entre lugar, espaço, trabalho, natureza e capital do ponto de vista anti-sistêmico, e seus escritos mostram um comprometimento com os problemas das populações trabalhadoras.

Esse apontamento é valioso não só porque concordamos com esse posicionamento, mas também porque julgamos que é preciso sua exposição e promoção. Nesse sentido, Peet (2007) acredita que:

[...] a teoria crítica moderna tem de assumir uma postura contra-hegemônica, que os intelectuais deveriam tornar-se contra-especialistas, mais altamente treinados do que seus inimigos, e com um maior comprometimento para com os ideais mais nobres. Assim, permitam-se dizer novamente, economia, desenvolvimento, relações rurais-urbanas devem ser repensadas sob um imaginário econômico diferente se quisermos ter um mundo com justiça social. (PEET, 2007, p.36)

A noção de Peet importa porque pressupõe que:

o modernismo crítico impõe uma crítica do sistema de poder capitalista, [...] Ainda que diferente do pós-desenvolvimentismo, ele converte essas críticas negativas na positividade de uma série de propostas políticas de como mudar o significado e a prática do desenvolvimento. O modernismo crítico não confia em nenhuma elite, seja ela empresarial, burocrática, científica, intelectual, racial, geográfica ou patriarcal. O modernismo crítico favorece, ao invés disso, a visão das massas oprimidas de todos os tipos – de movimentos sociais camponeses às organizações indígenas, às mulheres que se organizam por direitos reprodutivos, aos movimentos das classes trabalhadoras. (PEET, 2007, p.35)

Temos, diante desse posicionamento, salvaguardados três aspectos muito importantes: a reafirmação da importância da crítica (pro)positiva, como Mészáros já sugeriu; a manutenção da “posição proletária” defendida por Zizek, quando, mesmo nesse cenário de disputa pelo poder e/ou de reformas, é essa classe, entendida para além de sua definição padrão, ou seja, atualizada, que é o norte das ações e políticas efetivadas; e o fato de que não espera que haja um grande outro, recolocando que “somos nós mesmos aqueles por quem estávamos esperando” para efetivar uma transformação social.

Bem entendido isso, há outra questão que necessita ser reforçada. Quando falamos de crítica, estamos partindo do conceito marxista de “crítica radical”, ou seja, aquele que vai à raiz de determinado problema. Por isso, quando falamos que um trabalho não é crítico nesta pesquisa, estamos somente dizendo que ele não carrega a preocupação com a superação do capitalismo, e muito menos do capital. Importa que isso fique claro, pois sabemos da arbitrariedade de colocarmos um grande número de trabalhos distintos, que comportam aproximações e distanciamentos em diferentes dimensões, sob o rótulo de não-críticos. Não nos resta dúvida de que nesse grupo caberia mais uma porção de subdivisões. Contudo, muito embora tenhamos aventado tal possibilidade, esta foge do objetivo da pesquisa.

Deste modo, lidos os 332 textos que constituem os anais do CBTR (com as devidas exclusões já mencionadas), chegamos à constatação de que, mesmo havendo uma tendência de fortalecimento das pesquisas que partem e/ou explicitam as contradições da sociedade capitalista, o posicionamento classista (a posição proletária) não é, até esta sétima edição, substancial no legado teórico-conceitual deixado pelo evento. Afirmamos isso em virtude de termos encontrado apenas três trabalhos que, textualmente, propõem um rompimento com as coordenadas da sociedade capitalista (critério definido para essa classificação, como mencionado anteriormente).

A maior parte das pesquisas não compreende ou não dá a devida importância para as contradições inerentes da sociedade capitalista, propondo ações, reformas e desenvolvimento a partir de suas coordenadas. O que, de modo algum, retira-lhes a importância e relevância das contribuições em um ou outro aspecto no cômputo geral. Todavia, certamente, a partir deste referencial, a reflexão fica fragmentada e, por isso, “não consegue perceber a complexidade do todo e nem construir outros entendimentos de lazer/turismo para além da lógica capitalista” (PIMENTEL, 2001, p.166).

Claro que, como apontado no capítulo anterior, as próprias estruturas da ciência e das instituições de ensino, e por isso das cobranças/reconhecimentos/gratificações dadas ao pesquisadores, comportam uma objetivação de classe, e nesse sentido, é importante reconhecer a construção do sujeito nessa sociedade, uma vez que suas ações, não raro, representam a forma pela qual este sujeito encontrou para lidar com seus anseios (pessoais, sociais, etc) e com as obrigações/pressões de seu ciclo social.

Posto isso, cabem alguns apontamentos. Primeiro, como já dito, não estamos desqualificando os demais trabalhos apresentados, apenas esclarecendo que, colocados a partir da perspectiva que esperamos ter exposto de forma coerente e clara até este momento, tais trabalhos não dialogam com as premissas por nós tomadas para pensarmos uma crítica marxista radical.

Segundo, há muitos trabalhos que, ainda que não deem o “próximo passo”, abordam, em maior ou menor profundidade, as contradições do sistema capitalista, e dentre estes destacamos Almeida (1999); Maia, Melo e Silva, Vicente (2003); Ferreira, Pereira (2003); Santo (2005); Rubelo, Luchiari (2005); Weissbach (2005); Candiottto (2005); Portugues (2010); Campos, Mariani (2010) e Teixeira (2010).

Terceiro, nenhum dos textos que analisam o turismo em assentamentos de Reforma Agrária foi classificado como crítico. Como partimos do pressuposto de que o assentamento é um (potencial) espaço de resistência e congrega objetivações favoráveis à territorialização camponesa, isso é certamente um problema. O que fica mais claro no capítulo seguinte.

Quarto, ao contrário da corroboração velada, no melhor estilo “quem cala consente”, de grande parte das pesquisas à ordem vigente, pensando as práticas, turísticas e/ou outras, no plano da reforma do próprio sistema, avaliamos que é preciso inserir as pesquisas sobre turismo no arcabouço de esforços teórico-conceituais que pretendem dar conta de entender a

sociedade contemporânea, que concordamos em denominar de “a época da reformulação da hipótese comunista” (BADIOU, 2012, p.41).

Desse modo, só podemos ser contrários ao explícito por Feliciano e Mariani (2010) quando citam Martins dizendo que “não há espaços para fetichismo e radicalismo de qualquer natureza” (FELICIANO, MARIANI, 2010, p.04). Sim, há espaços! Há mais que espaço. Há, em verdade, a necessidade de pensarmos alternativas ao capitalismo e ao capital, e por isso ao seu conjunto de valores, símbolos e ideologias. E, tendo em tela o exposto no primeiro capítulo, sobre a precisão de reposicionamento da universidade e dos acadêmicos (ainda que entendamos o papel de classe que cumpre tal instituição), retomamos a hipótese comunista como norteadora de nossas pesquisas.

O que é decisivo, em primeiro lugar, é manter a hipótese histórica de um mundo livre da lei do lucro e do interesse privado. Enquanto estivermos sujeitos, na ordem das representações intelectuais, à convicção de que não podemos acabar com isso, que essa é a lei do mundo, nenhuma política de emancipação será possível. É isso que propus chamar de hipótese comunista. Na realidade, ela é amplamente negativa, porque é mais seguro e mais importante dizer que o mundo tal como ele é não é necessário do que dizer “no vazio” que outro mundo é possível. É uma questão de lógica modal: naquela que se impõe politicamente, vamos da não necessidade à possibilidade. Simplesmente porque, se admitimos a necessidade da economia capitalista desenfreada e da política parlamentar que a sustenta, simplesmente não podemos ver, nessa situação, outras possibilidades. (BADIOU, 2012, p.40)

Diante do exposto, e entendendo que os movimentos sociais de luta pela terra, tendo seu maior expoente no MST, objetivam a construção de outra realidade social, não-capitalista, passemos aos trabalhos que tratam da atividade turística nos assentamentos de Reforma Agrária.

3.4 Turismo em Assentamentos de Reforma Agrária

As pesquisas sobre Turismo em Assentamento de Reforma Agrária – TARA - apareceram, pela primeira vez, na quarta edição do CBTR. Nessa ocasião foram apresentados dois trabalhos. A partir de então, todas as edições contaram com trabalhos que tratam do tema, sendo que a quinta e a sexta edição tiveram um trabalho cada uma, e a sétima teve nove, como mostra a tabela abaixo.

Figura 15 – Trabalhos sobre turismo em assentamentos de Reforma Agrária em Anais do CBTR – 1999/2010

Anais	Ano	Número de trabalhos
1º	1999	-
2º	2000	-
3º	2001	-
4º	2003	2
5º	2005	1
6º	2007	1
7º	2010	9

Organização: Thiago Sebastiano de Melo, 2012

Na sétima edição ocorreu uma mesa que tratou do tema, intitulada “o turismo em assentamentos rurais: potencialidades e expectativas”, que não foi considerada nesse tópico, pois não constam textos derivados dela, ainda que tenhamos presenciado sua realização e possamos afirmar que foi enriquecedora.

Para que, na sequência, possamos fazer algumas ponderações, indicando as aproximações e distanciamentos das reflexões sobre TARA com o proposto por nós, apresentamos os textos que abordam o TARA, evidenciando qual a formação dos pesquisadores e qual foi, especificamente, a ênfase dada em cada pesquisa, o que será feito levando-se em conta a ordem em que aparecem nos anais. Para a sétima edição, cujo conjunto de trabalhos está disponibilizado em meio digital, optamos por apresentar os textos na ordem crescente dos Grupos de Trabalhos – GT, que são numerados de 1 a 8.

3.4.1 Apontamentos sobre TARA no IV CBTR

a) estudo de caso: diagnóstico turístico parcial do assentamento rural do Contestado, localizado no município da Lapa

Os autores deste texto são Leite e Consorte. Leite era, à época, graduando em Turismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, e Consorte é engenheiro agrônomo.

A pesquisa se configura como estudo de caso, no estado do Paraná. O trabalho usa uma definição própria de turismo rural que, para os autores, é: “atividades realizadas por

visitantes dentro de propriedades rurais, buscando ocupação do tempo livre”. Como não estamos nos ocupando da questão terminológica aqui, cabe apenas apontar a falta de operacionalidade deste conceito de Turismo Rural.

Exposto o que entendem por turismo rural, os autores apresentam o assentamento, que se situa no estado do Paraná, e esclarecem ser ligado ao MST. Na época o assentamento contava com 108 famílias e cerca de 600 pessoas pertenciam ao Movimento. Apesar de mencionarem o processo de ocupação da área, não dão maiores detalhes de como ocorreu, o que seria relevante, visto ser um fato que pesa no desenvolvimento do próprio assentamento, nas relações que se estabelecem entre os assentados, bem como com os moradores do entorno.

Os visitantes do assentamento eram essencialmente

estudantes e professores do ensino superior que realizam pesquisas e saídas de campo nas mais diversas áreas de conhecimento, e de estrangeiros que são encaminhados até o local pela coordenação do MST em Curitiba, por ser um dos mais próximos da capital e apresentar bons índices de evolução em relação a outros assentamentos. (LEITE, CONSORTE, 2003, p.222)

Com o apresentado, vê-se que quem vai até o assentamento vai direcionado, entre outras coisas, pela vontade de conhecer a realidade deste espaço, seja de modo científico, no caso das saídas de campo, seja por curiosidade e/ou direcionamento do MST. Todavia, e a despeito das considerações finais, onde os autores dizem que, entre outras coisas, pretendem “delinear um plano que possa fomentar a atividade turística como um meio de comunicação entre o MST e os visitantes; como promotora da valorização da cultura da comunidade local”, o texto não menciona a questão da Reforma Agrária ou, ainda, da dificuldade de acesso ao crédito por parte dos assentados, mesmo indicando que a falta de saneamento básico dificulta o processo de desenvolvimento da atividade turística, por exemplo. É provável que isso seja resultante do objetivo geral do trabalho, que é levantar os potenciais turísticos do espaço, não olhando para tal como um território.

Há a aplicação técnica de conhecimentos com viés empreendedor, consolidada no levantamento de infraestrutura e potenciais turísticos. Por outro lado, os autores não procedem às relações entre o desenvolvimento da atividade turística e a realidade dos assentados, sobretudo no tocante ao vir a ser do assentamento e da sociedade, ficando restritos a uma perspectiva imediata da sociabilidade capitalista.

b)a agricultura familiar e o turismo rural, o caso de Unai

Trata-se de mais um estudo de caso. Desta vez no estado de Minas Gerais. O autor é Mello, que é graduado em Turismo e Hotelaria, e na época era mestrando em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia.

Em verdade, o texto apresenta um projeto de pesquisa, seus objetivos geral e específicos, e algum embasamento acerca do turismo. Mesmo pretendendo trabalhar com assentados, pensar alternativas de sustentação destes no assentamento, de forma autônoma, colocar a educação ambiental e a valorização do meio ambiente como componentes importantes a serem considerados no processo de elaboração/desenvolvimento da atividade turística, Mello não toca na questão da Reforma Agrária. Sobre a dinâmica de ocupação da área, se limita a dizer que o assentamento das famílias se deu de modo pacífico.

Muito embora o autor utilize de conceitos como agricultura familiar e desenvolvimento sustentável, considerados por nós, a partir das referências explicitadas nos capítulos anteriores, como liberais, sem buscar resignificá-los, ou seja, trabalhando dentro das coordenadas capitalistas, ele reforça o caráter complementar do turismo rural à agricultura familiar, valorizando dessa forma a produção agrícola dos assentados.

Uma vez que o texto não apresenta resultados, e como consideração final traz uma expectativa que diz respeito à conclusão da pesquisa cujo projeto foi apresentado, e que por isso não temos como fazer qualquer dimensionamento, basta dizer que a falta de relação entre a atividade turística e a Reforma Agrária, objetivada no tratamento deste espaço como outro qualquer, para nós é um equívoco.

3.4.2 Apontamentos sobre TARA no V CBTR

a)assentamento rural e agroturismo: a fábrica de queijos Brun como exemplo de sucesso em Mato Grosso do Sul

Percebe-se, pelo título, que o texto expõe outro estudo de caso, dessa vez em Mato Grosso do Sul. Seus autores são Ferelli, Souza, Lima Filho e Figueiredo Neto. Ferelli é bacharel em Administração e era mestrando em Agronegócios pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)/ Universidade de Brasília (UnB) / Universidade Federal de Goiás (UFG). Souza é bacharel em Turismo e era mestrando em Agronegócios pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)/ Universidade de Brasília (UnB) / Universidade Federal de Goiás (UFG). Lima Filho era professor-doutor do Programa de Pós-graduação em Agronegócios da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Figueiredo Neto é doutor em Engenharia de Produção e era professor do Programa de Pós-graduação em Agronegócios da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Dizem os autores que é preciso buscar soluções concretas para os problemas socioeconômicos do país, e que, assim, importa identificar elementos que possam auxiliar no processo de desenvolvimento. Entretanto, não definem o que estão entendendo por desenvolvimento. A partir disso, expõem que agricultura familiar, assentamentos rurais e agroturismo são três importantes áreas que podem contribuir para a melhoria das condições de vida no país. Em decorrência do dito, fizeram uma entrevista em uma propriedade tida como exemplo na relação entre as três áreas.

Ocorre que, posto dessa forma, não se especifica em que termos o agroturismo, a agricultura familiar e os assentamentos rurais se constituem como elementos para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. E essa falta de ajustamento de termos continua quando o texto trata particularmente, por exemplo, da agricultura familiar, exposta como impreterivelmente autônoma no tocante ao processo de produção, o que a qualifica economicamente. Já em relação aos assentamentos, apesar dos autores dizerem que eles respondem a problemas estruturais, nacionais e internacionais, não detalham que problemas são estes. E mais, ainda que reconheçam que o assentamento tenha sido criado como consequência da luta pela terra, chegando mesmo a falar do papel do MST e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), não o contextualizam no embate de classes e de interesses privados, que resultam em políticas públicas, ou na falta destas, o que faz parecer que o processo todo é sempre muito harmônico e pacífico. Nesse cenário, o agroturismo, para os autores, ocorre como atividade que complementa a renda dos proprietários, objetivando melhorar as condições de vida desta população, reduzir os efeitos da exclusão social e do êxodo rural, valorizar o potencial agrícola e turístico do campo, e reforçar a filosofia do turismo ambiental. Aqui, a grande questão é: será que num cenário onde os assentados não têm condições de viver da maneira que os aprouver, levando em consideração as especificidades do assentamento, o turismo é que tem o papel de melhorar estas condições, e não o Estado e governos de resolvê-las? Transforma-se o assentado em empreendedor e desonera-se o Estado de suas obrigações!

Em verdade, ainda que seja muito gratificante e, por que não, empolgante conhecer a realidade apresentada, que versa sobre um caso de sucesso de um assentado que montou uma fábrica de queijos do tipo suíço e que o produz de forma orgânica, tendo ainda uma grande

área de conservação ambiental na propriedade, onde se podem fazer trilhas, a conclusão do trabalho evidencia uma clara falta de aproximação entre a realidade apresentada e a realidade social, sobretudo a internacional, mencionada pelos autores no começo do trabalho.

Exemplos como esse devem ser tomados como modelo para o desenvolvimento socioeconômico do país. O apoio à agricultura familiar, por meio de políticas que fomentem a produção de alimentos, como a reforma agrária, e o fortalecimento de mecanismos que possibilitem a verticalização da produção agropecuária, como o agroturismo, devem receber atenção especial dos pesquisadores, do governo e dos empresários, que, assim, estarão contribuindo para a melhoria das condições de vida no país. (FERELLI et al, 2005, p. 226).

Justamente por não reconhecerem o contexto da sociedade de classe em que se insere a questão fundiária, bem como o modelo de agricultura que pauta as políticas públicas, no país e no mundo, é que os autores reivindicam o apoio da iniciativa privada à Reforma Agrária e à agricultura familiar.

3.4.3 Apontamentos sobre TARA no VI CBTR

a) assentamento Amaraji: possibilidades e limites de inserção na atividade turística do município de Rio Formoso, PE

O texto da sexta edição do congresso, um estudo de caso no estado de Pernambuco, de autoria de Viegas e Selva, traz uma análise das condições dadas ao assentamento em questão, no concernente ao desejo, detectado pelas pesquisadoras, dos assentados se envolverem em atividades turísticas, bem como do próprio assentamento ser inserido como produto turístico. Viegas é bacharel em Turismo e mestre em Ciências Geográficas e era professora da Universidade do Estado de Mato Grosso, e Selva é Geógrafa e era professora da Universidade Federal de Pernambuco.

A aproximação de ambas as autoras com a Geografia imprime no texto um forte vínculo com o espaço. Assim, fazem um resgate histórico/espacial da área. Mencionam a importância do MST na luta pela desapropriação de terras improdutivas e efetivação de assentamentos na região, bem como o papel do Sindicato de Trabalhadores Rurais. Dentre os quatro assentamentos do município escolhidos para o estudo, o assentamento pesquisado foi o eleito por ter em sua vizinhança dois hotéis.

A formação em Turismo de uma das autoras se mostra bastante eficiente no levantamento do que consideram os potenciais turísticos do assentamento, que podem ser inseridos no contexto da turistificação deste espaço.

O assentamento Amaraji, com 1.082,97 ha, abriga 96 famílias e possui potencial turístico: um pequeno engenho na sede onde está instalada uma estrutura para produção artesanal de cachaça, rapadura batida e melaço; casa de farinha, onde acontece produção de farinha e seus derivados; o píer, na área comunitária do assentamento, construído pelo hotel-fazenda, em comum acordo com o assentamento, local em que turistas podem, além de contemplar a paisagem natural, com o mangue margeando o Rio Arinquindá, local de atracação do catamarã que faz a travessia dos turistas para a Praia dos Carneiros, onde existe estrutura de apoio ao visitante. (VIEGAS, SELVA, 2007, p. 274)

A despeito dessa constatação, a pesquisa faz um importante apontamento também no que diz respeito à (não) integração dos assentados nas atividades turísticas desenvolvidas pelos hotéis vizinhos.

Vale salientar que a instalação dos dois hotéis acontece em terras da antiga propriedade que originou o Assentamento Amaraji; o antigo Engenho Amaraji cedeu a maior parte de suas terras como pagamento de dívidas trabalhistas para trabalhadores rurais; na outra parte das terras, da família proprietária, onde foram então instalados os dois hotéis que recebem turistas, não buscou integrar o assentamento no sentido de absorver parte de sua população como mão-de-obra, ou absorver parte da produção agrícola, utilização dos recursos do assentamento para visitação, etc. (VIEGAS, SELVA, 2007, p. 274)

O estudo aponta como resultado do levantamento realizado a necessidade de prepara o dos assentados para o turismo.

Uma forma de inser o do agricultor no processo de desenvolvimento da atividade turística   a forma o de equipe local no assentamento para que os agricultores participem ativamente da atividade. Para tanto, na forma o da equipe são necessários conhecimentos e visões diferentes das realidades estudadas, importante para a capta o e percep o do contexto social em estudo. (VIEGAS, SELVA, 2007, p. 274)

Estranhamente, apesar de constatarem a ausência de entusiasmo dos hotéis em integrar o assentamento e os assentados nas atividades desenvolvidas, e de considerarem, por final, que a falta de políticas públicas   um limitante para que a ambos, assentamento e assentados, componham o complexo turístico local, as autoras dizem que “a insuficiente produ o para atender a demanda” também   um limitante, ainda que não esclareçam de que demanda estão tratando, já que os hotéis, e, conclui-se, os turistas, não demandam serviços/produtos do assentamento em questão.

3.4.4 Apontamentos sobre TARA no VII CBTR

a) o turismo e o despertar do sentimento de pertença em comunidades rurais

O primeiro texto dessa edição a tratar de turismo em assentamentos de Reforma Agrária é um estudo de caso no estado de MT, de autoria de Viegas e Raye. Viegas é bacharel em Turismo e mestra em Geografia. Raye é bacharel em Turismo e especialista em Marketing. Ambas estavam vinculadas à Universidade do Estado de Mato Grosso.

[...] o objetivo deste artigo é buscar entender, baseado em pesquisas aplicadas e evidências empíricas, o sentimento que os agricultores familiares do Assentamento Banco da Terra têm de pertencer àquela localidade e suas relações sociais locais a partir da Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, de Hassan Zaoual. (VIEGAS, RAYE, 2010, p. 02)

O texto apresenta um objetivo bem claro e específico, e talvez isso explique o fato de que, para desenvolver o trabalho, as autoras não tenham ido para assuntos além do diretamente relacionado ao objetivo. Dessa forma, ainda que na introdução o texto traga uma contextualização socioeconômica da inserção do turismo como atividade integrante da nova realidade do meio rural, por partirem do pressuposto de que a pesquisa é essencialmente particular, não sendo compatível com generalizações (segundo as próprias autoras), elas deixaram de tratar, por exemplo, da Reforma Agrária. E embora apontem no final do texto que a forma de regulação do espaço tenha papel decisivo no fato de os assentados não se sentirem pertencentes ao assentamento, o texto deixa de fazer as óbvias aproximações entre o fato em si e a função de cada componente dessa construção (movimentos sociais, Estado, instituições que regulam e intervêm no assentamento etc.).

Contudo, a pesquisa, no nosso entendimento, contribui ao reforçar a importância da agricultura praticada pelos pequenos e médios proprietários. E, ainda que num dado momento do texto as autoras lembrem que nem sempre as atividades turísticas no campo estejam ligadas ao processo agrícola, quando tratam da importância da produção agrícola elas retomam a concepção de atividade complementar. De outro modo, o problema aqui é tratarem essas questões a partir das premissas da agricultura familiar, com toda a carga teórico-conceitual aí implícita.

b) turismo rural em Kibbutz

O único texto de abrangência internacional nesse conjunto particular de estudos é de autoria de Schnitman e Queiroz. Schnitman é administradora e mestra em Geografia e Meio Ambiente. Queiroz é bacharel em Turismo e geógrafa.

O texto trata de experiências de turismo no meio rural em assentamentos rurais em Israel, onde a primeira autora desenvolveu seu mestrado e onde residiu por cinco anos. Apesar de não dar maiores detalhes sobre o processo de formação destes assentamentos, não parece serem resultantes de uma política pública de Reforma Agrária, consubstanciando-se muito mais como uma resposta a um processo sócio-político-religioso/ideológico. Em todo caso, as experiências relatadas são extremamente interessantes e guardam, como o próprio texto diz, estreitas relações com os assentamentos de Reforma Agrária brasileiros.

O contexto abordado, ainda que trate de experiências diversas, tem como pano de fundo um mesmo cenário: quando por um contexto mais amplo estes assentamentos passam por crises e dificuldades de reprodução, o turismo rural aparece como oportunidade de emprego e renda. Algo próximo ao que é dito sobre esse segmento no Brasil. Em todo caso, lá em Israel, nos assentamentos abordados, há um forte vínculo com a ideologia e forma de organização local, e, mesmo contrastando com a forma padrão capitalista, ainda assim atraem muitos turistas, o que nos remete à viabilidade econômica do turismo em assentamentos aqui no Brasil, se assim se quer pensar. E mais, a não incompatibilidade dos turistas com formas de organização diversas da que estão habituados no dia a dia.

Reforça-se a ideia de criar condições para que os assentamentos de Reforma Agrária sejam espaços propícios para que os camponeses efetivem seus territórios e que se abra, em espectro mais abrangente, o diálogo com a sociedade sobre as possibilidades de territórios não capitalistas.

O texto não constrói a ponte entre as duas realidades, brasileira e israelense, para além de uma curta menção sobre como as duas realidades estão próximas. E desse modo, e talvez exatamente por isso, também não desenvolve maiores reflexões acerca de como estas experiências de cunho socialista, segundo o próprio trabalho, abrem espaço para repensar a própria organização social, em maior amplitude, com seus devidos rebatimentos estruturais.

c) as dificuldades e as oportunidades da associação para o turismo rural nos assentamentos do extremo oeste paulista

Este trabalho, que parece, ainda que não esteja explícito textualmente, o resumo de um projeto de pesquisa, foi apresentado por Pereira. Conquanto não conste nenhuma informação a respeito de sua formação ou vínculo institucional em espaço próprio, muito embora no

desenvolvimento do texto a autora indique sua relação com a Unesp, campus de Rosana, sabemos que trata-se de uma, à época, graduanda em Turismo pela instituição mencionada. A extensão do texto, três páginas, sugere ser a publicação do texto base de um painel, modalidade aceita para apresentação nesta edição do congresso.

O trabalho traz uma proposição sobre estudos a respeito de associações, particularmente para o desenvolvimento do turismo rural. Mesmo com a riqueza em termos de conhecimentos científico-tecnológico-tradicionais no tocante aos processos agrícolas, por partir da premissa de que fatores externos, como pluviosidade, clima e sazonalidade, segundo o texto, inviabilizam a produção agrícola, a autora infere que disso surge a necessidade de se apostar em atividades alternativas, no caso o turismo, utilizando-se das benesses da dinâmica associativa para a implantação desta atividade de forma sustentável.

Apesar de trabalhar em cima da realidade de um dos contextos fundiários mais problemáticos do país, a pesquisa não menciona tal questão e/ou o papel dos movimentos sociais na região. Em suma, o texto se posta numa perspectiva estritamente turística, no sentido de pensar o processo proposto a partir deste norte, sem maiores relações. Seria desnecessário dizer que o tamanho do texto em questão tem seu peso no que se refere ao conteúdo explícito, o que, em si, pode ser um indicativo em termos de publicação.

d) políticas públicas participativas

O trabalho é de autoria de Costa e Mora Filho. Costa é bacharel em Turismo e era pós-graduanda em Gestão Pública pela FEMA⁵. Mora Filho era professor do curso de Turismo da União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo (Uniesp), coordenador do Núcleo de Pesquisa e Graduação em Turismo, e é especialista em Educação e em Geografia Ambiental.

Em verdade, trata-se da apresentação de um estudo de caso. Conquanto se pretenda uma generalização a partir dos resultados e considerações expostos, o cerne do trabalho é o relato de um projeto de capacitação para o turismo em dois assentamentos do município de Presidente Bernardes. Aqui, mais uma vez, temos o Pontal do Paranapanema em tela. E, mais uma vez, a Reforma Agrária e/ou os movimentos sociais de luta pela terra são ignorados.

Não há, ainda, qualquer particularização a respeito do espaço, ou seja, do assentamento, como forma específica de uso e ocupação do solo. Não que seja uma exclusividade deste trabalho, mas aqui essa falta se faz sentir de modo mais contundente por

⁵ Optamos por não colocar o nome por extenso pois é dessa forma que se encontra no arquivo.

(querer) ter como eixo central as políticas públicas participativas. De modo que, assim sendo, a primeira coisa a ser pensada seria o próprio processo de consolidação do território.

e) metodologia participativa e turismo rural

O texto é de Ramiro, à época pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas do Turismo no Espaço Rural e professora da Universidade Estadual Paulista, Unesp. Ainda que não conste no arquivo, sabemos que o curso e o campus em que a docente atuava, no momento do evento, eram o Turismo e Rosana, respectivamente. Anotamos aqui, mais uma vez, que a falta de padronização, seja dos textos impressos, seja dos arquivos digitais, bem como do corpo do texto ou das informações referentes aos autores e instituições, é extremamente prejudicial para posteriores trabalhos, quando não para o próprio entendimento da pesquisa apresentada.

O trabalho parte de vivências compartilhadas com integrantes de uma associação de um dos assentamentos do município de Rosana. A partir de tais experiências, ou melhor, por meio do processo de construção destas experiências, a autora busca afirmar a validade de metodologias participativas como importante componente de interação entre a comunidade e o pesquisador, o que desemboca, segundo ela, na maior participação de identificação da comunidade com toda a dinâmica de consolidação de determinado processo.

Ramiro aponta a centralidade da produção agrícola no assentamento e, em decorrência disso, diz que o segmento de turismo mais propício ao assentamento de Reforma Agrária é o agroturismo, que guarda, por definição, estreita relação com as atividades primárias, sendo este tipo de turismo essencialmente complementar.

Posto isso, a autora descreve como se deu a construção do processo participativo, no tocante ao turismo, com a associação. Importa dizer que, nesse particular, Ramiro não entende a comunidade de assentados como um todo homogêneo, e sim como um corpo coletivo formado por interesses heterogêneos e, por vezes, até contraditórios.

Em sua descrição detalhada das etapas de elaboração e execução de atividades turísticas no assentamento, sempre em diálogo e com participação ativa das assentadas envolvidas, Ramiro ressalta a positividade do encontro de visitantes com uma liderança do MST, quando foi possível aos primeiros conhecer a Reforma Agrária por meio dos próprios beneficiários. Não obstante, mesmo a pesquisadora tendo sido funcionária da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP, ela não retoma o histórico da região sobre disputas fundiárias, tampouco sobre a forma particular de uso e ocupação do solo por

meio da efetivação do assentamento ou sobre o papel dos movimentos sociais na organização destes espaços.

f) o papel da extensão universitária na área rural na região do Pontal do Paranapanema

Novamente o trabalho é de Ramiro. Não há qualquer indicação sobre formação ou vinculação institucional, ainda que o saibamos pelo citado anteriormente.

Nesse texto, que nos parece novamente a publicação do texto base de um painel, Ramiro faz uma contextualização sócio-política da região, conferindo destaque para a atuação do MST e dos latifundiários. Segundo a autora, o estabelecimento do curso de Turismo da Unesp no município de Rosana foi benéfico para a atração de pessoas à região.

Ramiro aponta como objetivo desmistificar a apresentação feita pela grande mídia sobre os movimentos sociais de luta pela terra; auxiliar na aproximação/diálogo entre docentes, discentes, funcionários da Unesp e/ou moradores dos núcleos urbanos, e os assentados do município local; apoiar a organização dos assentados; reduzir o preconceito contra estas pessoas; e, por fim, permitir conhecer a história da Reforma Agrária na região.

Por ser um texto curtíssimo (uma lauda), os resultados apresentados também o são. Assim, o que vale ser frisado é a riqueza cultural apontada pela autora no encontro oportunizado em visitas aos assentamentos.

g) turismo e jovens assentados

O texto é de Martins, bacharel em Turismo e, à época, vinculada ao grupo de pesquisa Laboratório de Estudos em Educação, Lazer e Culturas da Juventude. Não há especificação a respeito de vínculo institucional. O arquivo disponibilizado contém apenas resumo, palavras-chave, abstract e keywords.

Tendo realizado entrevistas semiestruturadas com jovens de três assentamentos do estado de São Paulo (diz que foram cinco entrevistas, mas não especifica se foram cinco ao todo, ou cinco em cada assentamento), a autora faz apontamentos interessantes, tais como o fato de que o turismo não é conflitante com a ideologia dos jovens assentados, e que a atividade turística pode diminuir a evasão desse grupo dos assentamentos.

Vale ressaltar mais uma vez, e agora mais do que antes, o prejuízo desse tipo de publicação, que atrapalha as análises futuras. Publicar um resumo de nove linhas não faz o menor sentido e só podemos entender que se trata de um equívoco da organização, da qual, inclusive, fizemos parte, para todos os efeitos.

h) turismo rural em área de assentamento: uma experiência prática

O trabalho é de autoria de Ramiro, Melo, De Marco, Matheus, Nomura, Ignácio e Rezende. Não há identificação pessoal dos autores, nem vínculo institucional.

Em outro texto de apenas uma lauda, que acreditamos novamente ter sido o texto de um painel, apesar de, como nos outros casos, não haver tal indicação, os autores apresentam um roteiro realizado em parceria entre os membros de um projeto de extensão universitária e as componentes de uma associação de mulheres do assentamento Nova do Pontal. Esse foi o roteiro que serviu de base para o desenvolvimento do trabalho apresentado por Ramiro, no item 5.4.4.5.

Depois de falar sucintamente sobre a experiência, sujeitos envolvidos e metodologia, os autores dizem que este foi apenas um piloto, e que agora serão pensados outros roteiros, visando maior integração com a sociedade e possibilitando maiores retornos financeiros, para o que os assentados devem se estruturar.

i) dinâmicas socioeconômicas e possibilidades de implantação do turismo rural em assentamentos nos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio – SP

O trabalho é de Souza e Hespanhol. Souza é mestre em Geografia e, à época, era membro do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária – GEDRA. A formação de Hespanhol não consta, mas ela é coordenadora do GEDRA e na ocasião estava vinculada à Unesp, campus de Presidente Prudente.

O texto versa sobre a intensificação das relações socioeconômicas que se estreitaram e influíram na relação cidade-campo a partir da implantação dos assentamentos de Reforma Agrária, apresentando o turismo em assentamentos como uma possibilidade desta dinâmica.

Os autores fazem uma contextualização histórica do processo de ocupação da região e surgimento dos assentamentos, não deixando de falar do papel dos movimentos sociais nesse aspecto, sobretudo da organização do MST. Falam mais detalhadamente sobre o processo de aproximação entre campo e cidade, a partir da estruturação destes assentamentos, dando dados da produção agropastoril, consumo nos centros urbanos em relação ao crescimento dos assentamentos, e a importância da renda obtida pelos assentados na vida econômica dos municípios.

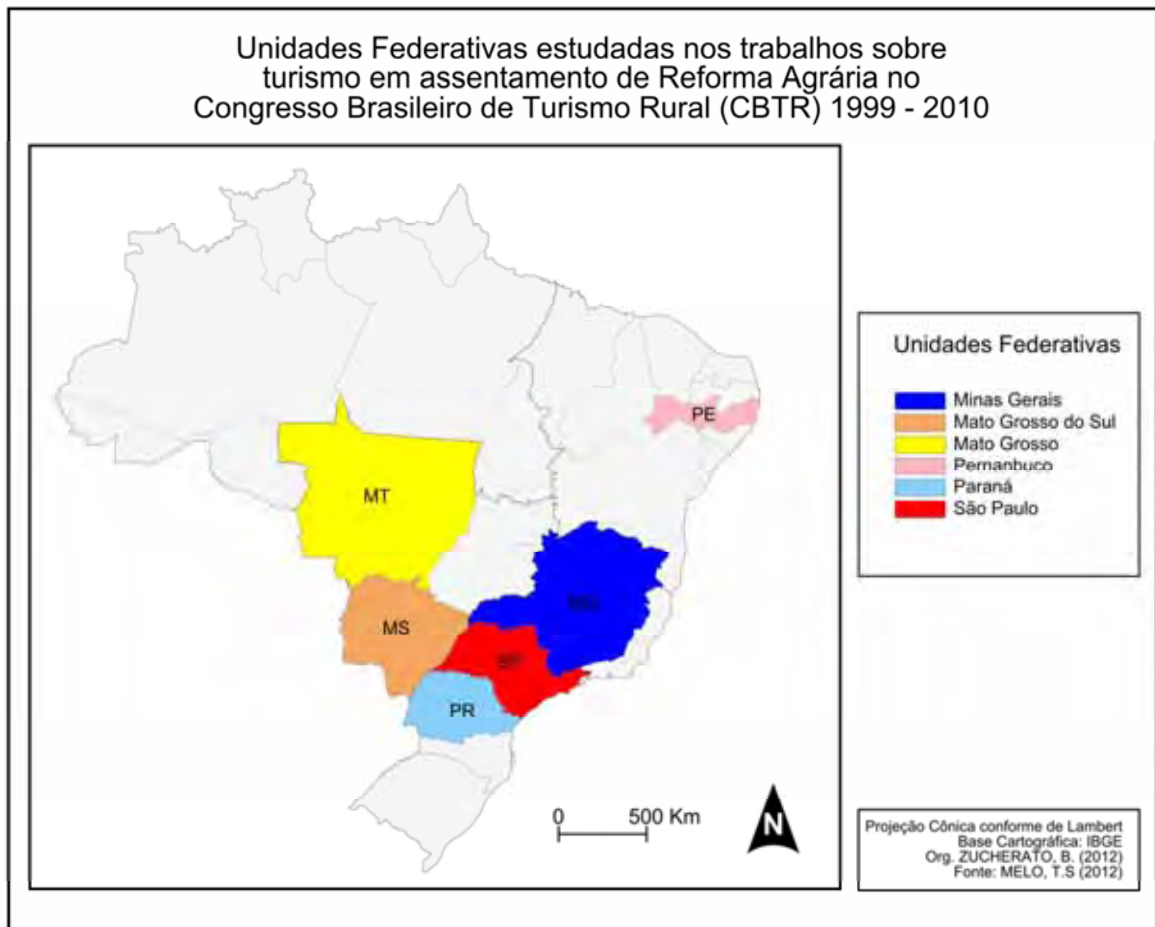
Para os autores, o turismo pode compor essa dinâmica de estreitamento de relações socioeconômicas entre campo-cidade, e deve ser implantado na forma de *day use*, quando se

paga para usufruir de produtos e serviços pelo período de um dia, em determinado local. O trabalho aponta para a necessidade de palestras e outras formas de divulgação e capacitação para a atividade turística com os assentados, chamando atenção para a necessidade da participação do poder público, de organizações não governamentais, universidades, entre outras instituições atuantes na região, para que se proceda a um planejamento estratégico para o desenvolvimento dessa atividade.

3.4.5 Sobre o conjunto dos textos de TARA

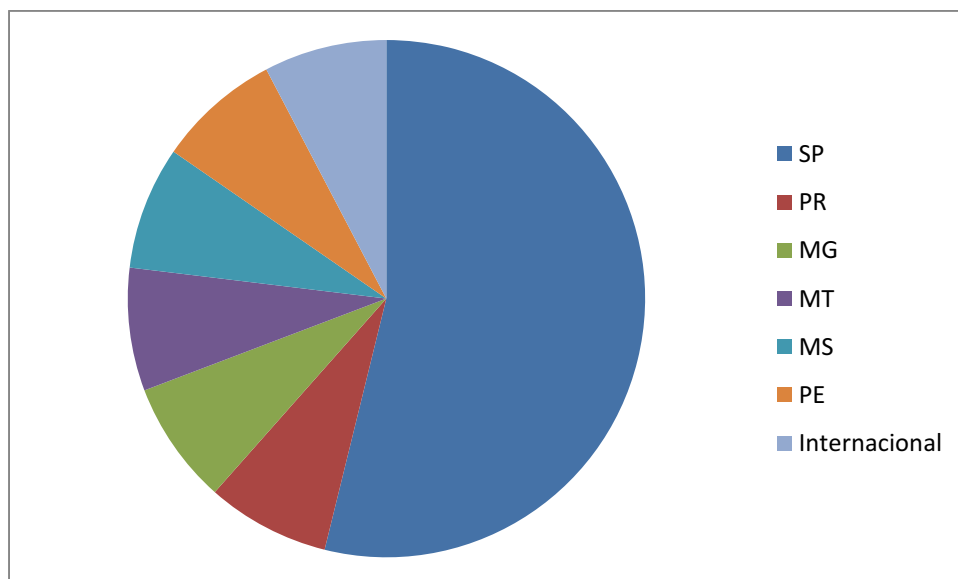
A distribuição espacial dos textos sobre TARA, conforme mostra o mapa a seguir, reforça a centralidade da macrorregião sudeste como referência para os estudos sobre o tema. Todavia, o mapa também evidencia que, mesmo o número de trabalhos sobre TARA não sendo grande no conjunto dos 332 analisados, somando 13 em três edições, as pesquisas abrangeram todas as macrorregiões estudadas ao longo do congresso, o que lemos positivamente.

Figura 16 – Unidades Federativas estudadas nos trabalhos sobre turismo em assentamento de Reforma Agrária no CBTR 1999 - 2010



A concentração dos estudos no estado de São Paulo sobressai ainda mais quando mostrada graficamente, como notamos no gráfico a seguir.

Figura 17 – Estudos de caso sobre TARA no CBTR por UF



Organização: Thiago Sebastião de Melo, 2012

O fato de grande parte dos trabalhos sobre TARA estudarem a realidade do estado de São Paulo, certamente é consequência da Unesp ter sido a instituição organizadora do evento em sua sétima edição. Esse argumento se comprova no número de trabalhos apresentados por autores vinculados a esta instituição de ensino. Tal fato explica também a quantidade de pesquisas sobre assentamentos na região do Pontal do Paranapanema, uma vez que tal universidade mantém um campus em Presidente Prudente, onde foi realizado o evento, e outro em Rosana, ambos localizados nesta região.

Dito isso, e passado o óbvio, qual seja, a falta de padronização nas informações a respeito dos autores, importa dizer que impressiona a diversidade na formação dos pesquisadores que se debruçam sobre este tema, o que traz olhares lapidados a partir de diferentes matizes teórico-conceituais. Mesmo grande parte sendo bacharel em turismo, quase todos que estavam cursando ou já haviam concluído a pós-graduação fizeram-na em outros cursos.

Como dito sobre as conferências, a aproximação com as noções de “novo rural”, de agricultura familiar e de desenvolvimento territorial (na sua concepção liberal) acarreta uma nítida falta de noção/identidade de classe. Poucos textos se preocupam em reafirmar o papel central da produção agrícola no assentamento. Nenhum problematiza sobre as formas de acesso ao crédito. Há uma visão hegemônica sobre a precisão de transformar o camponês num empreendedor capitalista para o turismo. Não aparece nenhum esforço claro em entender quais potenciais e limites da atividade turística reforçam a identidade e a territorialização desse sujeito social, mesmo um número considerável de autores guardando relação com a ciência geográfica, por exemplo.

Talvez isso resulte da notada escassez de referências marxistas ao longo dos anais. E mesmo nos poucos casos onde ela aparece, não levam ao cerne da problemática marxista. A hipótese aqui é que pensar dentro das coordenadas atuais da sociedade capitalista contemporânea é mais natural para os acadêmicos, uma vez que essa instituição, a universidade, cumpre papel fundamental na manutenção da sociedade de classe, conforme os autores referenciados no primeiro capítulo. E não que o desenvolvimento e crescimento deste aparelho ideológico não desdobrem em contradições, como aponta Baldiou (2012). Ocorre que, refletir, a partir de novas coordenadas, sobre uma configuração espacial com suporte (previsto) para se tornar um espaço de resistência como cenário para uma atividade que,

hegemonicamente, serve à reprodução e atualização do sistema capitalista, exige rever a própria concepção de mundo.

4 ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA: PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR E ESPAÇO DE RESISTÊNCIA

4.1. Prolegômenos

Para que possamos refletir sobre a produção agrícola e Reforma Agrária, se faz necessário observar o histórico de formação da estrutura fundiária no país. Esse resgate é imprescindível como elemento que permite um melhor entendimento sobre os temas abordados. Todavia, por não ser a questão central das análises que se farão, não avançaremos muito, limitando-nos a esboçar um quadro histórico da atual questão agrária.

A história da estrutura fundiária do país sempre esteve atrelada às grandes propriedades. Para termos uma ideia, Guimarães (1989) aponta o surgimento da pequena propriedade no início do primeiro quartel do século XIX. Fica claro como a grande propriedade sempre cumpriu um papel preponderante em solo nacional, desde a colonização. Dito isso, é importante frisar que temos em vista a grande propriedade privada.

Tendo esse protagonismo, sempre foi importante para os grandes proprietários levar a cabo medidas que, de acordo com suas conveniências, controlassem e/ou inviabilizassem as pequenas propriedades. Nesse processo de controle/inviabilização, conseqüentemente, esses moradores que buscavam seu espaço acabaram sendo subjugados. Em última análise, e fazendo uma atualização, esse fato deságua na criminalização corrente dos movimentos compostos por cidadãos que se encontram nessa condição de busca pela terra. Assim, para Guimarães (idem), não é possível compreender o aparecimento da pequena propriedade de forma desvinculada da luta de classes que lhe dá sustentação.

O autor (1989) explicita ainda como o modelo de desenvolvimento fundiário nacional se dá de forma inversa ao modelo hegemônico no mundo. Ao passo que em grande parte dos países a estrutura era de pequenas propriedades, que, no decorrer do tempo, e por diversos fatores, foram se constituindo em grandes propriedades, aqui, desde a colonização, temos a grande propriedade como forma principal de utilização do solo.

Diante do exposto, fica mais fácil compreender como a grande propriedade, o latifúndio, resiste à necessidade de reestruturação fundiária. O problema é grave e de complicada resolução. Essa dificuldade pode ser entendida a partir da incorporação no patrimônio jurídico nacional das ideias da “colonização sistemática”, contidas nas teses de Wakefield, conforme indica Guimarães (1989). Como mostrado adiante, essa incorporação

está ligada à imposição dos interesses hegemônicos ao conjunto de instrumentos que regulamentam a sociedade, desde as leis até os valores morais.

Refletindo na perspectiva brasileira, é importante frisar que a não efetivação da Reforma Agrária, e por isso a manutenção da atual estrutura, se deve a uma junção de fatos, dos quais ressaltamos: o comprometimento do Estado com interesses privados; uma dinâmica eleitoral-partidária que amarra os governos, sobretudo em âmbito federal; e, ainda, e talvez o mais relevante e que se liga diretamente aos outros dois pontos, a falta de patriotismo da burguesia brasileira, como foi muito bem apontado por Stédile⁶ (2011). Apesar disso, é possível que se diga que o Brasil se esforça para aplacar, ou amenizar, as desigualdades sociais estruturais. Pode-se dizer ainda que, apesar de cumprir um papel de destaque no cenário internacional contemporâneo, o país não dita a racionalidade hegemônica que mantém as estruturas econômicas e sociais no mundo. Diante desses questionamentos, vale a pena observar o que dizem Leroy e Malerba (2005, p.13):

[...] el modelo de desarrollo pretendido por el gobierno brasileño para América del Sur no es otro que el que está en curso en Brasil. Se trataría de profundizar un modelo primario-exportador, con algunas pocas áreas de excelencia industrial, despojando y destruyendo los recursos naturales y, cada vez más, excluyente. En fin, aunque Brasil reconozca la asimetría existente entre los países de América del Sur y quiera reducirla, es evidente que, al mismo tiempo que intenta construir una política común, defiende con uñas y dientes sus intereses. Cuando el BNDES presta dinero para obras en los países vecinos, lo hace para financiar la producción de bienes y servicios para esas obras en Brasil, y para financiar las empresas brasileñas que las ejecutan.

Depois de apontarem que o Brasil caminha no sentido de manter o atual modelo de exportação primário, que está intrinsecamente relacionado ao chamado agronegócio, que por sua vez, por meio da banca ruralista, é o principal agente na manutenção da atual estrutura fundiária brasileira, os autores (idem) complementam:

¿Se puede hablar de subhegemonía? La pregunta es importante, a pesar de que la respuesta no sea evidente, por la simplicidad que, si existe subhegemonía, ella será construida más por las fuerzas del mercado que por intenciones del gobierno. Este, además, no da señales de que tenga cualquier proyecto de dominación regional. Por un lado, porque afirma estar impulsando un proyecto democrático de integración y, por el otro, porque, contradictoriamente, los observadores vuelven a decir que Brasil está “dando las espaldas a América Latina”. Si es difícil hablar de subhegemonía, es

⁶Falando sobre o processo de “Reforma Agrária clássica” nos países centrais do capitalismo, durante a V Jornada de Assentamentos Rurais, realizada em Campinas em junho de 2011, Stédile pontua que um dos principais gargalos para esta reforma em solo nacional é a falta de visão dos burgueses brasileiros, que, preocupados com o lucro imediato, não percebem que o país perde com a atual estrutura fundiária, inclusive a própria burguesia.

innegable que Brasil, dividido entre sus intereses y su voluntad de integración, se posiciona de modo a que su liderazgo em el proceso de integración este garantizado.

O grande problema que emana dessa constatação é: o Brasil, na sua busca pela “liderança no processo de integração”, utiliza táticas débeis no processo de crescimento econômico que, acredita, o levarão ao modelo de “país desenvolvido”. Com isso queremos dizer que, ainda que as medidas utilizadas pelo Governo Lula e sua sucessora deem conta de projetar o país internacionalmente e manter o mercado interno aquecido, o cerne de suas ações mantém a desigualdade estrutural do país. Dito isso, é preciso frisar duas coisas: primeiro, é primordial entender a diferença entre crescimento e desenvolvimento à luz do marxismo (LEFEBVRE, 1979) para que se entenda em que medida e em que direção estamos crescendo e/ou desenvolvendo; segundo, o modelo de “país desenvolvido” não pode ser entendido como uma fórmula acabada, haja vista as importantes discussões sobre o próprio sentido de “desenvolvimento”, como apresentam, por exemplo, Peet (2007), Gómez (2007) e Pires (2007).

Retomando a reflexão sobre a luta de classes na questão fundiária, temos que os movimentos de luta pela terra nascem em decorrência desse cenário de legitimação do latifúndio por parte das elites do país, incorporado pelo Estado. E como consequência das pressões exercidas por esses movimentos, criam-se os assentamentos de Reforma Agrária. Claro que não é um processo automático e sem inúmeras disputas.

A partir do exposto, o assentamento se apresenta como resultante de um embate de classes, mais do que como consequência de políticas públicas pautadas num modelo de desenvolvimento que priorize a reestruturação social. Logo, este local se configura como um espaço de resistência da luta de classes na sociedade brasileira, a ponto de Silva e Fernandes (2005) dizerem que a minimização da intensificação da concentração fundiária e promoção da Reforma Agrária passam essencialmente pela ocupação de terras e não por projetos de Reforma Agrária; mesmo porque, como dito, o assentamento só se concretiza em função das ocupações.

Assim, é preciso ter o cuidado de trabalhar as análises e/ou proposições na perspectiva de construção de outra racionalidade e de outro modelo de desenvolvimento agrário. É ainda importante salientar que essa luta de classes, leia-se, aqui, interesses divergentes quanto ao projeto para o país, se manifesta também dentro do próprio Estado, e ganha visibilidade nas contradições das ações dos governos nos três âmbitos.

Seguindo a partir do entendimento do assentamento como espaço de resistência - que será abordado melhor em tópico próprio, observamos que hoje o assentamento se encontra envolto por diversas questões contemporâneas, que extrapolam a reestruturação fundiária e o direito constitucional de acesso a terra. Dentre essas novas questões que permeiam as reflexões e as práticas dos assentamentos, sobressaem-se duas: a questão do modelo de produção e a questão ambiental. A primeira deriva, entre outras coisas, da preocupação com a soberania alimentar e, não obstante, está diretamente ligada à segunda, que por sua vez exige práticas/ técnicas de produção mais harmoniosas com o meio ambiente.

Nesse cenário, os temas da soberania alimentar, da pressão socioambiental exercida pelo modelo de produção do agronegócio e, mais especificamente na perspectiva turística, a preocupação com as paisagens, vistas a partir do conjunto de suas peculiaridades e potenciais atrativos (bioma específico, relevo, fauna e flora, corpos d'água, monumentos históricos etc.), como recursos, emergem e ganham destaque. As relações entre os assentamentos e as questões contemporâneas, sabemos, extrapolam de longe as aqui enunciadas. Contudo, chamamos atenção para estas questões por estarem mais diretamente ligadas ao nosso foco de análise.

4.2. Reforma Agrária: antes de tudo, um princípio constitucional

Anteriormente foi exposto que os interesses hegemônicos em dado momento histórico penetram no patrimônio jurídico. Contudo, numa democracia (em construção) os interesses do conjunto da sociedade têm que, ao menos, figurar em seus dispositivos legais, ainda que, como no caso do Brasil, nem sempre se cumpra. Diante disso, falar de Reforma Agrária é falar da concretização de direitos constitucionais.

Então, o governo também não quer fazer a reforma agrária, não é? Então, na realidade, nós vivemos uma situação onde tem-se a impressão de que a reforma agrária não é mais necessária. Entretanto, nós temos a Constituição brasileira que reza que a terra tem que cumprir a função social, e a terra não está cumprindo a função social. E o Estado brasileiro não cumpre a Constituição quando ele não faz a reforma agrária, ou seja, quando ele não desapropria as terras que não cumprem a função social. Então, é evidente que há uma grande contradição nesse momento histórico.

Mas eu insisto, na realidade há a necessidade de se fazer cumprir a Constituição brasileira no que se refere ao cumprimento da função social. (OLIVEIRA, 2011, p. 03)

Todavia, como a estrutura fundiária, bem como, via de regra, o Estado, atendem interesses de uma elite influente que, não raro, compõe parte expressiva dos governantes e

atores sociais de maior visibilidade, fica difícil a ação dos movimentos sociais que reivindicam uma reestrutura nesse sentido, ainda que encontrem respaldo constitucional.

É preciso que o direito constitucional se poste a garantir os princípios da cidadania. Para Laureano (2007, p. 35), “constitucionalismo, cidadania e democracia: tripé que sustenta o desafio de construir nos dias de hoje as promessas de realização dos direitos fundamentais da pessoa humana no Estado de Direito, base da teoria Política Moderna”.

Trazer à luz a constitucionalidade, ou seja, a legalidade da reivindicação pela Reforma Agrária, é imprescindível diante do embate de forças desiguais em que está posta a questão. De um lado temos uma elite com influência econômica, social e política extremamente profunda, de outro temos os movimentos sociais que, à medida que avançam em sua organização, enfrentam um processo de criminalização. Nesse processo, as elites usam todo o seu aparato, desde seus veículos midiáticos até sua influência no aparato legal. Isso resulta numa confusão para a sociedade que, informada, em grande parte, a partir dos interesses de um só lado, acaba não tendo dimensão das propostas que carregam tais reivindicações.

Alfonsin diz que grande parte do Judiciário e da Administração Pública ignora o princípio constitucional da função social da terra e outros preceitos que fundamentam a República Federativa do país. Tal questão não é sequer mencionada quando, por exemplo, se criminaliza o processo de ocupação da terra, como instrumento de pressão pela Reforma Agrária ou Urbana. Nesse sentido, para o autor:

Os protestos dos movimentos sociais, como acontece com as ocupações de terra e de prédios públicos, especialmente, têm o mérito de desmascarar o fato de que a função social da propriedade figura na Constituição, menos para obrigar os proprietários e muito mais para legitimar a própria Constituição e o Estado, escondendo a dominação de fato que o direito poder econômico da propriedade privada exerce sobre esse. (ALFONSIN, 2007, p.19)

Diante do fato de o acesso a terra compor os direitos humanos fundamentais, Alfonsin (2007, p.21) argumenta que, no caso de confronto entre o direito patrimonial e o fundamental, que é o que se impõe quando da disputa por terras, o último deve ter prevalência.

Tratamos, neste tópico, da Reforma Agrária a partir de uma visão jurídica, pelo fato de acreditarmos que a organização da população para efetivar suas reivindicações é extremamente necessária, tanto quanto é dificultada pelas condições dadas. Assim, preocupamos o processo de criminalização que intenta tratar como caso de polícia o que, por seu turno, se configura como problema social.

4.3 Sobre a necessidade de outra matriz produtiva para a agropecuária

De início nos pareceu raso e mesmo irrelevante reafirmar a necessidade de outra matriz de produção agropecuária. Mas, à medida que participamos de encontros, disciplinas e debates, lemos textos e, assim, nos deparamos com perspectivas diversas, entendemos que não só os Estados, governos e o capital financeiro estão comprometidos com a reprodução do agronegócio. Há também uma parcela dos acadêmicos e intelectuais empenhando esforços para legitimar o agronegócio. Por isso, endossamos a recomendação feita por Harkness (2011):

A ajuda ao desenvolvimento, assim como as políticas governamentais dos países do Sul, deveriam estar focadas em apoiar as conquistas de produtividade destes agricultores, e sua capacidade de enfrentar as crises. Ao invés de deixá-los impotentes diante das forças globais, deveriam incorporar a sabedoria dos sistemas de produção tradicionais, que, ao combinarem o melhor da ciência ecológica com o conhecimento tradicional dos agricultores, encorajam práticas que reduzem o uso de insumos caros, ampliam a produção e a renda dos trabalhadores. E a produção para atender as necessidades locais deve ter prioridade em relação às culturas de produtos exportáveis.

É exatamente esta a contradição que se coloca quando um governo pretende dirigir o Estado a partir de um discurso de valorização da agricultura camponesa (nomeada agricultura familiar), mas sustenta sua política econômica no agronegócio, com tudo o que isso significa de comprometimento. Assim, escancaram-se os limites dessa dualidade quando contornos práticos tomam conta desse embate. Não se trata apenas das quantias destinadas a financiar uma e outra forma de produzir (agronegócio e a agricultura camponesa), trata-se também, e sobretudo, de inviabilizar a produção camponesa. Ainda mais quando esta aponta perspectivas para a sociedade, como no caso dos mercados populares, efetivados pelo Movimento de Pequenos Agricultores (MPA). Neste caso, Estado e governos se veem compelidos a tomarem a postura daquele que efetivamente representa o pilar de seu projeto de desenvolvimento/crescimento (BBRASILDEFATO, 2012).

Nesse sentido, nos aproximamos da leitura que faz Maniglia sobre o Direito Agrário, para quem:

O propósito do Direito Agrário é realizar a justiça social, que propiciará a certeza do alimento, o acesso ao trabalho agrário, quando este for a opção do cidadão e a responsabilidade em assegurar um meio ambiente saudável, que acarretará a responsabilidade da certeza da sustentabilidade para as futuras gerações [...](MANIGLIA, 2009, p. 18).

Desta feita, o direito agrário poder ser uma ferramenta de efetivação dos interesses da maioria da população, se for pautado na concepção da autora. No entanto, como supracitado, os interesses das elites adentram o patrimônio jurídico nacional. Lefebvre (2009) lembra que, *a priori*, o direito e a moral atuam no sentido de regular as relações e condições existentes, para que garantam a dominação das classes economicamente privilegiadas e politicamente reinantes.

Como vemos, o Brasil está imerso numa lógica de crescimento econômico, equivocadamente, do ponto de vista marxista, chamado de desenvolvimento, que atende, prioritariamente, aos interesses de algumas poucas economias, e da qual nosso modelo agropecuário hegemônico é resultante. Sendo esse modelo pautado pela monocultura extensiva, é preciso encontrar novas áreas, o que resulta na necessidade de uma ofensiva em busca de espaços onde se possam explorar os recursos naturais. Diante disso, Sevá (2011) diz:

Sim, é uma ofensiva com grande preferência pelas Américas Central e do Sul, mas que também assola várias regiões da África, da Ásia e da Oceania. Mas é uma ofensiva global, pois envolve agentes econômicos e políticos de muitos países, agentes que raciocinam e decidem com o “mapa mundi” aberto numa grande mesa ou numa grande tela digital. É uma ofensiva capitalista, e não podemos omitir nem esquecer esse nome, porque se trata de tentar superar mais uma das grandes crises estruturais do sistema capitalista. No caso, dizem os estudiosos como Harvey e Arrighi, é uma crise de super-acumulação, uma crise financeira, uma demonstração exuberante da famosa lei da “queda tendencial das taxas de lucro”. Por isso, os alvos preferenciais da ofensiva são as localidades e regiões com recursos naturais considerados estratégicos. E aí se criam projetos de investimentos considerados capazes de gerar taxas de retorno altas – o que obviamente depende de custos econômicos e de custos sociais, e depende da possibilidade de concretizar, novamente, o “velho” mecanismo da acumulação primitiva, que nunca deixou de atuar. Os grandes oligopólios, que controlam a eletricidade e os equipamentos elétricos, os minérios e a metalurgia, o agronegócio, o petróleo e o gás, a celulose e papel, estão há algumas décadas estudando minuciosamente as possibilidades de novas fontes desses materiais e energias e esquadrihando com métodos sofisticados os novos territórios onde produzir tais mercadorias

Sevá (2011), pensando sobre o processo de efetivação dos investimentos desses grupos econômicos capitalistas, que exploram os recursos naturais, salienta que:

O primeiro passo para conseguir concretizar cada um desses investimentos – ao contrário do que muitos argumentam, não é o financiamento, pois de algum modo sobra capacidade de investir no sistema global – é a conquista dos territórios. Que, em geral, já têm ocupantes, donos e usuários anteriores, em alguns casos, muito antigos, grupos humanos secularmente estabelecidos. Suas terras devem ser agora “liberadas” para barragens, novas minas ou grandes plantios de eucaliptos ou palmeiras ou soja, e estradas e ferrovias

que os conectem ao mercado mundial. Aí, os moradores e os vizinhos desses locais escolhidos pelo grande capital devem ser expropriados e transformados em proletários, uma parte deles em assalariados, que somente conseguirão sobreviver no mercado e para o mercado. Essa é a ofensiva.

Assim, a agroindústria nacional, além de adotar um modelo de alto custo ambiental, não só atende aos interesses de consumo de outros países, como também assiste ao controle financeiro internacional cada vez maior no setor. Nesse sentido, Sevá (2011) avalia o risco dessa ofensiva:

É muito grave, pois o sistema capitalista sob ameaça retoma suas origens autoritárias, as empresas gastam cada vez mais com a segurança do patrimônio, dos executivos e dos homens de campo, empregam cada vez mais intermediários na coação sobre os povos, informantes que na prática fazem contrainformação, rastreando os movimentos legítimos e libertários, agem por meio de capangas para rastrear e intimidar esses dissidentes e resistentes. O capital se apossa ainda mais dos postos de governo nas três esferas – Executiva, Legislativa e principalmente no Judiciário. Enquanto aumentar o poderio das grandes empresas, as duras conquistas democráticas serão corroídas e derrubadas, restando para a sociedade uma intoxicação de propaganda institucional, as empresas se autovangloriando, alardeando “responsabilidade social”, “sustentabilidade”. As mesmas corporações que dependem da expropriação e da violência usam o dinheiro público, isenções de impostos para exercer o mecenato, patrocinar e usufruir da promoção de sua imagem nas atividades culturais, esportivas, musicais, cinematográficas etc.

Esse nexos Estado-finanças (HARVEY, 2011) é sustentado por um componente fundamental nessa dinâmica. A imprudente lei do “livre” comércio se põe como um dos agentes que concorrem para pressionar, entre outros, a segurança alimentar no mundo, uma vez que consegue com que, inclusive, os países pobres assintam a essa lógica em suas políticas agrícolas (HARKNESS, 2011). Referente a isso, é imprescindível que recordemos o apontamento de Žižek (2011a) sobre o berro de irracionalidade do capitalismo mundial, dado após a última crise financeira. O autor compara os 700 bilhões de dólares gastos apenas pelos Estados Unidos para conter o caos no sistema bancário com o montante liberado dos 22 bilhões prometidos pelos países mais ricos para auxiliar a agricultura dos países mais pobres frente à crise de alimentos. Se a diferença entre o total dos valores já impressiona (dada à gravidade do segundo problema), a quantia aplicada do segundo montante chega a ser revoltante: 2,2 bilhões.

Conquanto já tenhamos nos dedicado a expor a necessidade de superação do capitalismo, vale a pena reforçar que também aqui, no papel que desempenha na manutenção desse modelo de produção agropecuária, ele demonstra seus limites.

Imaginar que dentro da estrutura de tais determinações causais antagônicas possa ser encontrada uma solução harmoniosa permanente para o aprofundamento da crise estrutural de um injusto sistema de produção e de troca – o qual está agora empenhado ativamente em produzir uma crise alimentar global, por cima de todas as suas outras contradições gritantes, incluindo a sempre mais difusa destruição da natureza –, sem mesmo tentar remediar suas miseráveis desigualdades, é a pior espécie de pensamento ilusório e beira à irracionalidade. (MÉSZÁROS, 2011, p. 29-30)

Entendemos que fica claro que o modelo hegemônico de produção-circulação-consumo agropecuário capitalista é débil. Esse modelo pressupõe a liberalização dos mercados, que se caracteriza como uma receita (imposta) também para as economias dos países “emergentes” e “subdesenvolvidos”, conforme dito acima. Isso é consequência de um mercado “caótico” que, na sua lógica própria, levou os países tradicionalmente produtores e com reservas de emergência a entrarem no jogo da concorrência alimentar internacional, tanto para venda quanto para compra. Contudo, há alternativas a esse modelo hegemônico, o qual descuida das necessidades alimentares locais das nações em favorecimento do mercado financeiro/alimentar mundial, como é o caso de países africanos que estimulam a produção local (HARKNESS, 2011). Mesmo porque, na contramão dessa perspectiva, é ainda importante ressaltar a agressão à saúde humana que o agronegócio tem perpetrado no mundo todo. Prova cabal disso (mais uma) é a recente pesquisa que comprova a contaminação do leite materno por agrotóxicos (BRASILCONFIDENCIAL, 2011) em um dos principais estados produtores do agronegócio brasileiro. Isso nos obriga a lembrar de que o país não só é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo (BRASIL, 2012), como também utiliza substâncias proibidas em grande parte dos países que consomem nossos produtos (OLIVEIRA, 2012).

O grande número de estudos que apontam o potencial cancerígeno dos agrotóxicos e a ocorrência de outros agravos à saúde humana relacionados a esses produtos colocam o uso extensivo desses químicos no centro das preocupações da Saúde Pública. A complexidade das medidas de prevenção que urgem ser discutidas e adotadas no país resulta de sua utilização de forma descontrolada, a associação entre diversos tipos e marcas de agrotóxicos e a naturalização de sua manipulação. (BRASIL, 2012, p. 38)

Desta feita, nos encaminhamos para olhar as possibilidades concretas de mudanças para essa lógica perversa, o que passamos a fazer no tópico seguinte.

4.4 O assentamento como potencial espaço de resistência e território em disputa

Uma vez que a Reforma Agrária é um direito constitucional dos brasileiros, que o agronegócio se vincula intrinsecamente à concentração de terra, à degradação da natureza e à expropriação dos camponeses, entendemos que a Reforma Agrária é um direito do conjunto da população, e, portanto, também dos Sem Terra. Sobretudo dos Sem Terra, já que são estes sujeitos que levam a cabo a luta e resistência pela Reforma Agrária.

Se levarmos em conta a relação constituinte da Reforma Agrária com a produção agrícola, podemos pensar que o assentamento, nesse cenário, é um potencial espaço de resistência. Contudo, vale ressaltar que não acreditamos que essa resistência se dê *a priori*, com a simples conquista do assentamento. Não! Ao contrário, a etapa posterior à efetivação do assentamento é extremamente árdua. Quando de sua implantação, começa talvez um dos trabalhos mais difíceis do movimento social. Começa a disputa pelo território.

De forma que a resistência que temos em mente é intrínseca aos processos de dominação, como aponta Foucault (1979, p. 24, apud BRENNEISEN, 2002, p.26):

Esta resistência de que falo não é uma substância. Ela não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é co-extensiva a ele e absolutamente contemporânea (...). Não coloco uma substância da resistência face a uma substância do poder. Digo simplesmente: a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa.

Concordando com Foucault, avaliamos que a racionalidade capitalista, aqui tomada na objetivação do modelo agropecuário atualmente sustentado por ela, cria a possibilidade de resistência. Isso em duas instâncias principais: a primeira representada pela matriz de produção, a segunda pela centralidade que a mercadoria ocupa na subjetividade do sistema capitalista, ou seja, na sociabilidade capitalista, que é criada e pauta a reprodução social dos indivíduos na sociedade de consumidores.

Estas concretudes específicas são constitutivas das formas de reprodução social, sínteses da lógica de valor (material e imaterial) dos capitalistas e dos camponeses em relação a terra e ao trabalho, concepções práticas de mundo dos sujeitos. Valor de Uso e Troca internalizados, materializados na consciência (como dimensão prática) que determinam a posição da terra no mercado e ou na produção, configurando formas e diferenciações territoriais. (SOUZA, 2011, p. 2)

Ocorre que, para se consubstanciar em elementos constitutivos de um território camponês, ou não capitalista, tanto a produção quanto a sociabilidade precisam vencer dimensões práticas. Com isso queremos dizer que, ainda que os movimentos sociais consigam, em determinado momento, exaltar a centralidade do trabalho na sociabilidade

camponesa e pautar outra matriz de produção, trazendo com ela reflexões acerca da propriedade privada, dos danos socioambientais do agronegócio e do papel que cumpre a produção agrícola na consolidação da soberania nacional, é extremamente difícil superar materialidades do embate de forças que se dão entre projetos de desenvolvimento antagônicos no seio da sociedade brasileira. Desta forma, é muito mais difícil consolidar um modelo de produção e convivência coletivo em um assentamento do que em um acampamento. Enquanto o acampamento não é assistido pelo Estado, o assentamento é, ou deveria ser. Contudo, essa assistência se dá a partir de uma perspectiva economicista. Os bancos pedem, por exemplo, como garantia para liberação de crédito, notas fiscais que garantam a utilização de determinados insumos, inclusive e, sobretudo, os agrotóxicos usados pelo agronegócio. Junte-se a isso o desejo de possuir “sua terra” e temos dentro do assentamento um quadro muito mais complicado para que se manifestem modos coletivos de organização.

Por conta da dificuldade encontrada pelos assentados para se consolidarem em seus lotes, e ao Estado cabe a maior parcela de culpa no tocante a tal dificuldade, porque não tem uma política eficaz de Reforma Agrária, mantendo a chamada reforma agrária de mercado, os assentados se encontram, em muitos casos, sensíveis às investidas externas criadas por esta situação. É esse o contexto em que as empresas do agronegócio, madeireiras e afins, se aproveitam para assediar os assentados com propostas de arrendamento das terras.

Sem discutir a moralidade e a legalidade desse tipo de arrendamento, queremos reafirmar como ele é central no processo de consolidação de territórios capitalistas dentro do assentamento. A partir do momento em que a terra passa a servir como ferramenta de especulação imobiliária ou a produzir matéria-prima para o agronegócio, como cana, soja, pinos, ou qualquer outra monocultura, ela passa a ser um agente de reprodução desse capital, ou, mais propriamente, da sua lógica, e, portanto, anexando-se ao seu território. Justamente por isso que não devemos compreender toda e qualquer iniciativa que vise à reprodução do assentado como benéfica ao projeto de Reforma Agrária. Isto nos possibilita pensar em um espaço que pertença à política de assentamento, ou, com boa vontade, mesmo a uma política de Reforma Agrária, mas que contraditoriamente se constitui em um território capitalista.

Todavia, cabe ressaltar que, independente da forma de organização do assentamento, se coletiva ou em lotes individuais, diversos casos comprovam que quando há um mínimo de assistência por parte do Estado os assentamentos podem ser grandes produtores dentro da lógica camponesa, como são os casos do Assentamento Pontal do Tigre, Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI), ambos no Paraná; do assentamento Americana, em Minas Gerais; da Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos

Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo (COAPAR), entre outros exemplos. Como bem coloca Žižek (2011a, p. 121), retomando Marcuse:

[..] a liberdade é condição da libertação: para exigir “liberdade real”, preciso já ter vivenciado a mim mesmo como básica e essencialmente livre; só como tal posso vivenciar minha servidão real como corrupção de minha condição humana. No entanto, para vivenciar esse antagonismo entre minha liberdade e a realidade de minha servidão tenho de ser reconhecido como formalmente livre: a exigência de liberdade real só pode surgir a partir de minha liberdade “formal”. Em outras palavras, do mesmo modo que, no desenvolvimento do capitalismo, a subsunção formal do processo de produção sob o Capital precede sua subsunção material, a liberdade formal precede a liberdade formal, criando condições para esta última.

Assim, para que seja possível, ou mais eficaz, a reflexão sobre a superação da propriedade privada, como entendemos que deva, de fato, ocorrer para a superação da atual organização social, é preciso, antes, colocar os assentamentos em condições de estruturar-se, de maneira que os assentados possam sentir o quanto o atual sistema lhes tolhe suas liberdades. O que, frisamos, não é o caso quando do arrendamento de terras para o agronegócio, que retira a possibilidade da resistência camponesa, de fato.

Este fato já possibilitaria uma série de oportunidades para demonstrar como o assentamento de Reforma Agrária pode se consolidar como um espaço de resistência. Contudo, o exercício aqui será demonstrar essa resistência a partir de sua função essencialmente agrícola. Isso porque, além da pressão que o agronegócio exerce sobre determinada classe (camponeses), ele põe em xeque ainda outra instância, essa nitidamente mais atrelada aos interesses de toda sociedade: a soberania alimentar. Para além das constantes constatações do emprego de mão de obra em condições degradantes, análogas às da escravidão, e de impactos ambientais negativos, o agronegócio, à medida que transforma determinada cultura em *commoditie*, promove uma especialização produtiva, incentivando a monocultura, e reduz a oferta de gêneros alimentares, o que tem ainda pior rebatimento nos países pobres, mais suscetíveis às flutuações de preços dos alimentos, estabelecidos internacionalmente. Prova disso é que, na disputa por reconhecimento social, o agronegócio tenta se atrelar à produtividade da agricultura camponesa, também tratada por alguns teóricos e movimentos sociais como agricultura familiar. Como não tem como justificar a maior ocupação e produtividade por hectare da agricultura camponesa, os defensores do agronegócio tentam confundir o que é um e o que é outro, como faz a atual proposta de mudança do código florestal, apresentada por Aldo Rebelo, filiado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e que representa a aproximação de parte de políticos e partidos

historicamente comprometidos com interesses da base da pirâmide social aos interesses das empresas do agronegócio⁷.

Thomaz Jr. (2011) apresenta como a produção de milho e cana-de-açúcar cresceu substancialmente em comparação, por exemplo, com a produção de feijão e arroz, base da alimentação nacional, no período analisado pelo pesquisador. Ou seja, o quê e para quem o agronegócio produz? Quem ganha com a comoditização da alimentação? Esse é um processo que pressiona, simultaneamente, a soberania alimentar, à medida que cada vez mais o capital monopolista se territorializa no campo e expropria os pequenos e médios produtores, e dificulta o processo de Reforma Agrária, uma vez que o grande capital se vale dos latifúndios, agora transformados em produtivos, para plantação de suas monoculturas.

Souza (2011) se encarrega de expor, na contramão das perspectivas promotoras e ultrarrealistas, que taxam de utópica qualquer noção de superação da atual forma de organização social, uma des-globalização da produção alimentar. O autor entende que o atual modelo de especialização da produção alimentar pressiona a diversidade produtiva, homogeneiza a paisagem e retira a autonomia e capacidade produtiva dos camponeses. A perspectiva do autor é importante, ainda, na medida em que se alia à necessidade de novos valores sociais (MÉSZÁROS, 2011), de união entre todos os segmentos sociais anticapitalistas (HARVEY, 2011) e da necessidade de uma revolução nas relações interpessoais (ZIZEK, 2011a; ZIZEK, 2011b).

Essa perspectiva de des-globalização, que acreditamos poder, a partir de Mézáros (2011), chamar de globalização socialista (nos termos do autor), aponta então para o confronto com o modelo do agronegócio. Dessa forma, se o agronegócio privilegia uma liberalização dos mercados e a transformação de alguns gêneros alimentícios, em detrimento dos demais, em *commoditie* a ser regulada pelo mercado, a lógica camponesa pressupõe o contrário.

Os estoques de alimentos precisam ser vistos de novo como ferramentas essenciais, tanto para enfrentar emergências quanto para estabilizar os preços e o abastecimento, para os agricultores e os consumidores. A concentração fundiária precisa ser interrompida. Tornou-se ainda mais importante apoiar a reforma agrária, que redistribuiu terra arável para os pequenos produtores que desejam produzir alimentos. (HARKNESS, 2011)

⁷Nesse particular, em que pese não responder à realidade brasileira, nos vemos direcionados a pensar no alerta de Zizek (2011b, p. 59) “de que a primeira tarefa da esquerda nos Estados pós-comunistas é rejeitar todos os vínculos com os partidos da “esquerda” ex-comunista, que, via de regra, são os partidos do grande capital”.

A citação ressalta ainda outro fator importante quando pensamos a capacidade produtiva, que é o processo de luta pela terra. Ao invés do Estado apoiar o latifúndio e o agronegócio, deveria apoiar os pequenos e médios produtores, sobretudo aqueles que operam para além da lógica capitalista. E aqui esse enfrentamento é crucial e se dá em dois principais momentos: primeiro, quando esse setor, politicamente muito bem articulado, se contrapõe à Reforma Agrária, e, segundo, quando expropria e explora os camponeses, seja de forma violenta, seja pelo arrendamento das terras dos assentamentos e demais propriedades.

Contudo, os camponeses sabem que perder a terra pode significar não só a perda de identidade e modo de vida, como também um problema social. E por isso resistem. Inclusive ao processo de globalização (capitalista) da alimentação. O Movimento de Pequenos Agricultores – MPA, recentemente, deu mais um exemplo dessa resistência, ao criar um mercado popular de alimentos para a comercialização da produção camponesa.

O Mercado Popular de Alimentos, articulado com outros projetos de assistência técnica, infraestrutura, formação política e agroindustrialização de alimentos, faz parte de uma “Estratégia Camponesa” que tem como princípios a Reforma Agrária Popular e produção de alimentos abundantes, diversos e limpos, baseada na agroecologia e acessíveis para os trabalhadores urbanos (MPABRASIL, 2012)

Eles, os camponeses, têm sido notadamente o maior foco de resistência contra o avanço desmedido do capital no campo, muito embora haja um esforço, inclusive entre os acadêmicos, para transformá-los em agricultores familiares e inseri-los no mercado, ainda que muitas vezes de forma precária. Para Oliveira:

Os últimos 150 anos do desenvolvimento do capitalismo revelaram a todos dois fatos novos. O primeiro foi aquele do papel fundamental dos camponeses na produção de alimentos em todo o mundo. E o segundo, seu papel histórico como sujeito social revolucionário no século 20. (OLIVEIRA, 2010, p. 9)

Diante disso, o próprio autor afirma que “Agora, não há como não colocar no centro do debate o papel dos camponeses na produção de alimentos no mundo todo” (OLIVEIRA, 2010, p. 12). Por isso, a distinção de agronegócio e agricultura camponesa se faz pertinente e importante, pois à medida que o agronegócio se interessa exclusivamente pela reprodução ampliada do capital, a agricultura camponesa volta-se para a produção de alimentos efetivamente consumidos pelos brasileiros. A produção camponesa tem se dado a partir de

uma matriz agroecológica, sobretudo quando os camponeses estão, de alguma forma, vinculados aos movimentos sociais de luta pela terra, que têm pautado essa matriz produtiva.

Vale ressaltar, para que não fique subentendido qualquer tipo de idealismo em relação aos assentamentos de Reforma Agrária, que a constituição dos mesmos se dá no seio do movimento contraditório da sociedade brasileira, expressando essas relações. E atribuímos a esse fato, que é sedimentado pela negligência do Estado nesse particular, o motivo de que ainda se tenha em muitos assentamentos uma produção vinculada à lógica do agronegócio. E nesse contexto, o tratamento para com as duas matrizes produtivas é extremamente desigual. A esse respeito, Marcos e Fabrini pensam que:

No caso brasileiro, a reduzida destinação de crédito à agricultura de base familiar, quando comparada ao montante de recursos destinados aos diversos setores do agronegócio; a falta de uma política agrícola que vise à soberania alimentar e que, em larga escala – não nos limites daquela em vigor –, garanta preço mínimo e compra garantida, principalmente aos camponeses dos assentamentos de reforma agrária; a falta de programas de assistência técnica que tenham continuidade; e a lentidão no processo de realização da reforma agrária são exemplos de que, também aqui, a agricultura camponesa tem sido relegada a um segundo plano, tendo que, para garantir sua existência, superar esses e tantos outros obstáculos. (MARCOS, FABRINI, 2010, p. 16).

Nesse processo de resistência e luta pela sobrevivência, uma das experiências mais exitosas dos camponeses tem sido a auto-organização em movimentos sociais de luta pela terra. Nesse particular, o movimento de maior destaque é sabidamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Para Laureano:

Já de início, podemos afirmar que, ao falar de reforma agrária no Brasil, ou ao enfrentar a discussão atual acerca da função social da propriedade rural, há que se falar do MST. Ignorar a força do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tornou-se impossível em vista do espaço político que o movimento conquistou nas duas últimas décadas. (LAUREANO, 2007, p. 19)

O MST percebeu, na sua trajetória de resistência, que reivindicar a Reforma Agrária, com o intuito de uma mudança fundamental na sociedade, vai muito além de exigir terra. Hoje, o movimento, representando um posicionamento quase uníssono dos movimentos de luta pela terra, reivindica não só a desapropriação de terras, como também maior e melhor assistência aos assentamentos já criados, por meio de políticas públicas agrária e agrícola.

Vale dizer, ainda, que o maior esforço, como dito, ainda é a obtenção de terra, ou seja, de novos assentamentos. Isso porque o assentamento cumpre papel fundamental na principal forma de resistência do campesinato brasileiro, qual seja, a produção própria, que garante, no mínimo, sua sobrevivência. Neste particular há algo que deve ser dito. No Brasil, como Wanderley (1995, p. 40) já mostrou, “a propriedade da terra é percebida como uma condição necessária para ser produtor rural, inclusive pela maioria dos maiores estabelecimentos”, o que não é óbvio, visto que em outros lugares não há a necessidade de se possuir a terra para ter assegurado o trabalho investido no estabelecimento familiar.

Dessa forma, fica evidente a importância de se realizar a Reforma Agrária e se garantir o acesso de milhões de brasileiros, camponeses ou não, a terra. É por isso que o governo do Partido dos Trabalhadores – PT, apesar de ter boas políticas sociais, inclusive para o campo, tem merecido, por parte de pesquisadores como Oliveira (2011), o rótulo de partido que tem realizado a contrarreforma agrária. Isto porque não tem efetivado tal reforma, chegando mesmo, em seu principal programa social do atual mandato, o Brasil Sem Miséria, a ignorá-la completamente, como se fosse possível resolver os problemas sociais nacionais sem realizá-la.

Portanto, tendo os camponeses a clareza da importância de, a vontade e a disposição para resistir, inclusive atrelando essa dinâmica de resistência ao processo produtivo, ou, dito de outro modo, à forma e ao que se produz, eles reconhecem a vitalidade de lutar pela implantação de novos assentamentos, que lhes garanta o direito de acesso a terra.

Jorge e Souza (2009) colocam uma questão importante no tocante à forma de uso e ocupação do solo.

[...] a incorporação de formas não capitalistas de produção, entendidas aqui como posseiros, meeiros e parceiros, permite à agricultura brasileira responder adequadamente às exigências de um padrão de acumulação, liberando bens e fluxos de capitais sem gerar nenhum movimento significativo que altere as relações sociais e de produção. (JORGE e SOUZA, 2009, p.24)

Para os autores, para que seja possível uma lógica de emancipação efetiva do camponês, aqui pensado na figura do assentado, o mecanismo que de fato funciona é a implantação do assentamento de reforma agrária.

[...] as experiências de assentamentos promovem a incorporação de métodos de cultivo, conservação do solo, com formas mais efetivas de exploração da terra, e de povoamento do campo, bem como a autonomia e a independência

destas populações aos sistemas de dominação coronelistas ou de subsunção plena ao capital monopolista que se cristalizam no campo brasileiro. (JORGE e SOUZA, 2009, p.24)

Esse rearranjo a partir da criação de novos assentamentos acarreta melhorias de diversas ordens, sobretudo, como dito acima, nas possibilidades de produção. Para Jorge e Souza (2009, p.25), “a reforma do regime de posse da terra e a organização da comunidade determinam melhorias na educação rural, na preservação ambiental, assim como na organização e comercialização da produção e na provisão de crédito”. Essa colocação dos autores traz um ponto essencial para que se possa pensar a questão da produção nos assentamentos, qual seja, o crédito.

Instituintes de uma dimensão de acesso a terra, desdobram-se os movimentos pela reforma agrária, o MST, na busca de condições de reprodução destes trabalhadores, na busca de recondução do modo de vida campesino, e nesse conjunto de buscas, inscreve-se também uma política de crédito que viabilize a manutenção das famílias assentadas. (JORGE; SOUZA, 2009, p.23)

Vale a pena diferenciar aqui os dois últimos programas de crédito para a reforma agrária do país, o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Logo nominalmente percebe-se a diferença qualitativa dos dois programas. Ao passo que o primeiro objetivava subsidiar a reforma agrária, o segundo propõe-se a fortalecer a agricultura familiar, que, como Oliveira explica, é a resultante do processo de aproximação do governo brasileiro das perspectivas neoliberais.

[...] o PROCERA era um programa efetivamente voltado para reforma agrária, com destinação de recursos financeiros a fundo perdido, para que essas famílias assentadas criassem as condições para poder continuar, para poder produzir e continuar produzindo [...] na sua trajetória histórica. Entretanto, não foi isso que aconteceu. Fernando Henrique quando assumiu o governo [...] extinguiu o PROCERA e criou o PRONAF [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar]. E o que é o PRONAF? Joga os assentados no sistema financeiro, ou seja, ele já começa a vida de assentado endividado, porque tem que buscar recurso para fazer o plantio. E aí, tem que se submeter aos mecanismos de mercado na hora de vender, porque tem que fazer recurso financeiro para pagar a dívida que fez. (OLIVEIRA, 2011, p. 06)

Nesse sentido, a análise geral do estudo apresentado por Souza, Gebara e Jorge (2009) revela que o PROCERA, mesmo pesando diversas dificuldades, foi benéfico no sentido de possibilitar melhoras no quadro das famílias assentadas atendidas pelo programa.

O impacto do PROCERA sobre o patrimônio doméstico e produtivo dos beneficiários pode ser considerado positivo. Ocorreu, de fato, um substancial crescimento dos bens de utilização doméstica, que seguramente repercutiram de forma positiva sobre o bem-estar dessa população, em particular dos mais pobres. Também foi registrada a acumulação de equipamentos, máquinas, ferramentas e instalações produtivas, e, certamente, os recursos do PROCERA desempenharam papel relevante nesse processo. (SOUZA FILHO; BUAINAIN, 2009, p.178).

Posto isso, percebe-se que, primeiro, é preciso uma política de crédito para a Reforma Agrária que seja condizente com as necessidades dos Sem Terra; segundo, que quando tal política existe ela é eficiente e traz bons retornos.

Evidente que o crédito não se constitui no único fator determinante do desempenho dos assentados, mas é evidente também que o PROCERA encerra papel significativo neste processo, não apenas por constituir os bens materiais de produção, mas também na possibilidade de desenvolvimento de culturas, permitindo que o assentado possa adquirir conhecimento técnico, empírico de determinadas atividades agropecuárias, o que capacita e potencializa seu trabalho e sua possibilidade de êxito. (SOUZA; JORGE; GEBARA, 2009, p. 173)

Num cenário de conquista da terra, de disponibilidade de crédito e demais políticas de incentivo necessárias para que a produção se efetive e escoe, surge a questão: o quê e como plantar? Os movimentos sociais de luta pela terra têm sido enfáticos em seu posicionamento favorável à adoção da agroecologia como matriz produtiva. E, via de regra, a própria forma tradicional camponesa de produzir aproxima-se da agroecologia.

A agroecologia aplica a ciência ecológica ao desenho de sistemas agrícolas. Potencializa a produtividade do solo e protege os cultivos contra as pestes dependendo de elementos naturais. A ecoagricultura não requer pesticidas caros e fertilizantes à base de combustíveis fósseis, bem como máquinas caras ou sementes híbridas. É ideal para pequenos agricultores pobres e criadores de gado, que são a maior parte do um bilhão de famintos do mundo. (LEAHY, 2011)

O MST também tem se preocupado com a questão, pois sabe que a lógica agroecológica está vinculada ao conjunto de atividades que conformam o que Mészáros (2011) chama de novos valores sociais.

O MST tem colaborado nos estudos e na formulação de políticas públicas que mostram as agressões ambientais e sociais das monoculturas e do uso indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes químicos, bem como das sementes transgênicas. Coloca-se o movimento na defesa dos métodos da agroecologia, do cultivo nos moldes da agricultura familiar, diversificada, e voltada principalmente para a produção dos alimentos integrantes do cardápio tradicional das populações locais. (LAUREANO, 2007, p. 91)

A agroecologia é condizente com os anseios sociais, a tal ponto, que a Organização das Nações Unidas (ONU) já a utiliza como matriz-produtiva no combate à fome mundial (LIPINSKI, 2011). Assim, a partir dessa forma de produzir, que se não é hegemônica, é a perspectiva, até pela sua adaptação às realidades encontradas nos assentamentos, é preciso que o quê se produz atenda à demanda das famílias assentadas e da sociedade.

Segundo o IBGE, cerca de 70 milhões de brasileiros vivem em estado de insegurança alimentar e nutricional, sendo que 90% desta população consome[*sic*] frutas, verduras e legumes abaixo da quantidade recomendada para uma alimentação saudável. A superação deste problema, de acordo com o dossiê, é o desenvolvimento do modelo de produção agroecológica. (ORTIZ, 2012)

Optar por tal modelo representa uma atualização das reivindicações dos movimentos sociais de luta pela terra. Martins (1999, p. 123) diz o seguinte sobre essa atualização, no caso do MST:

[...] foram obrigados a transformar a luta pela terra em uma luta mais ampla de conquista da democracia. Sabem que, para substituir a impotência burguesa que gerou a atual crise agrária, precisam também conquistar o poder de decidir o que a nação deve produzir, como produzir e para quem produzir. E sabem, mais do que tudo, que só a união do povo e dos trabalhadores pode realizar esta revolução permanente no Brasil.

É exatamente disso que se trata. É preciso que o povo tenha o poder de decidir o que se “deve produzir, como produzir e para quem produzir”, como muito bem dito pelo autor. Se não houver uma ampla estratégia que alicerce as mudanças nas formas de produção, para além da dificuldade crescente em implantar tais mudanças, corre-se o risco de que elas sejam meramente processos de atualização da reprodução capitalista. É a partir disso que devemos olhar com reservas o entusiasmo do discurso pró-orgânico. É claro que essa é a meta, ter uma

agricultura cada vez mais orgânica, mas esse processo tem de estar baseado em um espectro mais abrangente, pois, de outro modo, não dá conta de romper com a atual situação agrária, tanto nacional, quanto internacionalmente.

Pensar outro modelo agrícola implica pensar nas políticas públicas para este setor. E nesse aspecto ressaltamos aqui um gargalo difícil de superar. Para nós, como já dito, essa reflexão não é mais do que um dos elementos de reestruturação social, ainda que seja de suma importância pelo papel que cumpre no conjunto da sociedade. No entanto, para alguns pesquisadores é possível pensar essa reestruturação sem falar em romper com a atual ordem econômica mundial (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003).

Ainda que tais autores pensem ações que levem a um desenvolvimento mais equitativo, eles permanecem na esfera da inclusão no sistema atual, onde esta inclusão é o objetivo final. Moreira (1998) aponta que o entendimento da pequena agricultura familiar como naturalmente “excluída”, primeiro limita a reprodução ampliada desses indivíduos, depois leva a perspectiva de “inclusão” como objetivo das políticas públicas, sem que se faça crítica necessária à ordem social vigente.

Bergamasco e Wanderley reforçam a premência de superarmos o atual modelo hegemônico de agricultura, e apontam:

O primeiro passo para isto será, sem dúvida, a constituição de uma representação própria, de forma a mostrar para o Brasil que há uma diferença entre “caloteiros” e “calejados” e que existe esta **outra agricultura** – não latifundiária, não predatória e não excludente. Será possível, assim, exigir que a política agrícola deixe de ser um instrumento para a viabilização do lucro empresarial e até de renda da terra, como sempre aconteceu, para se tornar um garantidor da remuneração do trabalho na agricultura. O lucro resulta da qualificação do competidor no mercado: é um assunto privado; pela importância da produção agrícola para o País, a remuneração do trabalho daqueles que assumem produzir na agricultura é um assunto da sociedade. (BERGAMASCO; WANDERLEY, 1995, p.3) (grifo das autoras)

Nessa mesma linha de raciocínio, Vivas indica ainda outro grave problema decorrente de se tratar a alimentação como um negócio, e que reforça, conseqüentemente, o argumento apresentado de que, ao produzir alimentos que respondem à dieta tradicional nacional, inclusive levando-se em consideração as especificidades regionais, os assentados efetivamente criam um espaço de resistência.

O modelo [hegemônico] de produção de alimentos antepõe interesses privados e empresariais às necessidades alimentares das pessoas, a sua saúde e ao respeito ao meio ambiente. Comemos o que as grandes empresas do setor querem. Hoje há o mesmo número de pessoas no mundo que passam fome que pessoas com problemas de sobrepeso, afetando, em ambos casos,

aos setores mais pobres da população tanto nos países do norte como do sul. Os problemas agrícolas e alimentares são globais e são o resultado de converter os alimentos em uma mercadoria. (VIVAS, 2011)

Não nos ocupamos aqui de detalhar dados da produção campezina, porque entendemos que os dados do último censo agropecuário já tiveram grande repercussão, o que esclarece a problemática sobre quem planta o quê no país, para além da falácia produtiva do agronegócio. Diferentemente, mesmo reconhecendo que é a “agricultura familiar” a responsável pela produção dos alimentos consumidos pelos brasileiros, grande parte dos acadêmicos e do poder público ainda reluta em olhar para esses produtores como camponeses e, mais do que isso, em aceitar que o agronegócio é o braço do grande capital no campo, e que, assim sendo, imaginar uma agricultura “responsável” globalmente, sem a transformação desse modelo de sociedade, é um equívoco.

A produção campezina sofre ataques contundentes em todos os países do mundo. As suas lógicas de produção e relação com a terra quando se sustentam na consolidação de instrumentos distantes do mercado criam territórios de resistência e elaboram representações territoriais que são enfrentamentos diretos ao modelo de concentração do capitalismo contemporâneo, em sua fase mais aguda de monopolização. (SOUZA, 2011, p. 1)

Não ignoramos que a Reforma Agrária é essencial e precisa ser efetivada. Muito pelo contrário. Esperamos ter reforçado a premência dessa reforma no país. Contudo, isso resolveria nacionalmente a questão do acesso a terra e, possivelmente, a questão da soberania alimentar, mas não estaria conectada, necessariamente, com uma plataforma de mudanças estruturais globais, que se faz tão importante quanto. Por isso, quando Oliveira (2011) aponta que os movimentos sociais deixaram de fazer a luta pela Reforma Agrária para fazer a luta contra o capital, nos vemos incitados a completar que os movimentos sociais, em sua totalidade, têm que se comprometer, sim, e cada vez mais, com a luta contra o capital, mas sem deixar suas demandas particulares de lado. Dessa forma, cabe aos movimentos de luta pela terra pressionar os governos e Estado para que se cumpra a Constituição e se efetive a Reforma Agrária. E, em se consolidando o assentamento, não esquecer que o território é uma construção que deriva das práticas espaciais. Assim, se é benéfica a criação de assentamentos como reforma do regime de posse da terra, ela, por si só, não garante a criação de um território camponês. Isso quer dizer que não é coerente que se tenha, por exemplo, lotes sendo arrendados para o agronegócio, pois ali, então, se está desenvolvendo um território do capital.

Tanto assim que, como observa Oliveira (2011), o capital monopolista tem se unido aos latifundiários no processo produtivo. As grandes multinacionais arrendam terras, não as compram. Ou seja, para tais empresas não há diferença de quem é o proprietário legal. E, por isso, acreditar que o assentamento, seja qual for seu uso, compõe o território da Reforma Agrária, é entender o território a partir de uma perspectiva político-administrativa que só dificulta o real entendimento do território como um conceito capaz de auxiliar no entendimento geográfico da sociedade.

Daí o motivo de se entender o assentamento como um espaço de resistência a partir da prática do quê e do como se planta, pois tal fato, além de estar relacionado com questões como saúde coletiva (BRASIL, 2012) e soberania alimentar (OLIVEIRA, 2011), oferece condições para a construção da autonomia coletiva camponesa. Essa prática espacial “agroecológica”, na forma de cultivar e de interagir com a natureza, é o cerne da resistência dos camponeses. E se aceitarmos que o assentamento confere especial condição para que essas práticas sejam efetivadas, ele necessariamente se conforma, então, em um (potencial) espaço de resistência, desde que tais práticas sejam base para a estruturação do assentamento, e não quaisquer outros tipos de relações que, além de garantirem a reprodução do capital e de sua sociabilidade própria, retirem a autonomia e capacidade organizativa destes sujeitos (assentados/camponeses).

Desta feita, se em grande medida trata-se, então, de uma disputa pela subjetividade dos assentados, já que, mesmo reconhecendo a pressão criada pelas condições objetivas nas possibilidades de manutenção do lote, acreditamos que estão em disputa concepções de mundo (uma que se pauta na propriedade privada e tem como essência da subjetividade a mercadoria, e outra que enxerga no comunismo a possibilidade de mudança eficiente e efetiva da estrutura social), temos como novo agente dessa problemática o turismo. É ele então que nos leva ao próximo capítulo, onde pensaremos sobre a possibilidade desta atividade constituir o território camponês (não capitalista) no assentamento, o que, se assim for, dá margem para pensar o uso dela como atividade-tática para a necessária aproximação entre os movimentos sociais e seus espaços com o conjunto da sociedade.

5 PARA PENSAR A ATIVIDADE TURÍSTICA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Toda a conexão com a tradição iluminista da burguesia progressista precisou ser, e realmente foi, rompida; referências à “liberdade” e à “democracia” atualmente são cinicamente postas a serviço de propósitos opressivos, por vezes até brutalmente violentos, de cunho político-estatal ou militar genocida. O cultivo e a difusão deliberada de falsa consciência pela ideologia dominante, graças a seu monopólio virtual dos meios e dispositivos de comunicação de massa, reforçado enormemente pelas práticas dominantes da ordem produtiva fetichista do capital, pertencem ao mesmo quadro. Dessa forma, portanto, a alternativa radical da nova ordem histórica deve ser articulada de modo consistente também no campo dos valores. Uma das principais exigências a esse respeito é que todos os valores defendidos – não apenas igualdade, por exemplo – devem emergir da prática social efetiva em progresso e ser definidos em termos *substantivos*. (MÉSZÁROS, 2011, p. 127)

O atual estágio de financeirização do capitalismo evidencia uma crise de superacumulação, que tem como principal consequência (para o sistema) a dificuldade de reinvestimento para que o capital continue se reproduzindo (HAVEY, 2011; MÉSZÁROS, 2011). Dessa forma, precisamos lembrar que uma das soluções encontradas é o investimento em países em desenvolvimento e/ou subdesenvolvidos, em áreas como indústria, comércio e serviços, e dessa forma também no turismo, que desponta como uma das formas mais promissoras, dentro de certa estabilidade socioeconômica, para essa reprodução ampliada do capital. Para Ouriques (2005), o turismo tem, na sociedade contemporânea, essencialmente essa característica – de reprodução ampliada do capital. A questão aqui deve ser: será que o turismo não é essencialmente uma forma específica de relação que, cooptada pelo capitalismo e mediada pela sociabilidade que lhe é peculiar, o que podemos traduzir como sendo uma forma de se relacionar tendo a mercadoria (ou o capital) como centralidade, exerce esse papel de reprodução ampliada do capital, postando-se como um elemento de determinado projeto de sociedade, mas que pode vir a ser uma forma específica de relação também a partir de uma teleologia, ou mais precisamente, de uma prática proletária? Pensamos que sim. E isso porque nos fiamos nas formulações teóricas de Žižek (2011a, 2011b), para quem a revolução se dá nas relações interpessoais. Assim, entendendo o turismo como uma forma específica de relação, apostamos que a grande virada está em analisá-lo e exercê-lo a partir de uma “posição proletária” que retome a hipótese comunista (BADIOU, 2012).

Posto isso, em três seções complementares abordaremos questões que subsidiem uma reflexão acerca do turismo em assentamentos de Reforma Agrária, a partir da perspectiva analítica adotada por nós.

5.1 Sociedade de consumidores

Na sociedade contemporânea tudo parece efêmero. Melhor, tudo é vendido e pensado, grosso modo, para ser efêmero. É preciso que os bens duráveis já não sejam tão duráveis. É preciso despertar a necessidade de que os cidadãos/consumidores queiram sempre mais, queiram algo diferente, ou mais do mesmo (BAUMAN, 2008).

Nesse cenário, as empresas de produtos e serviços se esforçam para oferecer sempre algo novo, ou com nova roupagem. Dessa forma, num modelo de venda/consumo onde tudo é mercantilizado, tudo é passível de ser consumido, transformam-se modos de vida, saberes tradicionais, catástrofes ambientais, sociais e de toda sorte, em mercadoria. E essa particularidade de transformar tudo em mercadoria é um dos mais elogiados benefícios da atividade turística.

Indiscriminadamente, fala-se em “turismo de experiência”, ou qualquer outra terminologia, onde o que importa é menos a experiência de fato, ou seja, a relação verdadeira entre visitantes e visitados, e mais a sensação de estar/participar de algo exótico e/ou prazeroso. Assim, vende-se o turismo na favela, o turismo de catástrofe, o turismo em aldeias indígenas, em comunidades tradicionais, em áreas rurais, entre outros.

Ora, se ver o outro como objeto-mercadoria não traz maiores alardes, é porque se criou uma condição social para tanto. Sobre isso é que nos propomos a pensar nesse momento: sobre a sociedade de consumidores; sua substância, seu tempo; a possibilidade de outro conjunto de valores que pautem as ações humanas.

Todavia, não só a própria vida humana é transformada em mercadoria. Num movimento de distanciamento/diferenciação entre homem-natureza, temos como resultante que esta última, antes totalidade, agora, é vista como potencial valor de uso e de troca, com precedência para o último. No bojo das transformações sociais, sobretudo na intensificação do ritmo de vida em grandes centros industrializados, a natureza passa a ser vista como não pertencendo à totalidade da vida; desvinculando-se o homem da natureza, esta passa a ser vendida como um produto, como um direito de poucos (que podem pagar). Contudo, as agressões que esta mesma sociedade aplica à biosfera são sentidas por todos. De forma que, independente de quanto se pode pagar pelo usufruto do natural, ou melhor, da natureza em seu estado “primitivo”, a iminência de uma crise ecológica já é percebida mundialmente, o que põe a questão ambiental no centro das discussões políticas por todo o globo, como apontamos no primeiro capítulo. Vale dizer ainda que é, em grande parte, em cima das já conhecidas

consequências ambientais do atual modelo de organização social hegemônico, que se estabelecem e se vendem os chamados turismo sustentável, turismo verde, turismo ecológico, turismo alternativo, e outras denominações que se pretendem em harmonia com a natureza, com práticas menos predatórias, mas que não chegam ao cerne da questão: a premência de repensarmos a organização social em escala mundial.

5.1.1 Uma nova noção de tempo, a sociedade de consumidores e a ética humanista

Apontamos a necessidade de compreender a noção de tempo na sociedade de consumidores por ela ser resultante de um processo no qual o turismo cumpre papel importante, qual seja, a interiorização de uma sociabilidade capitalista, que, conquanto não assumamos aqui nenhuma definição para essa forma de sociabilidade, entendemos que é ela que propicia a naturalização do processo de mercantilização, aqui entendido como turistificação de diversas esferas da vida humana.

Assim, por exemplo, a condição de favelado deixa de ser um problema social para se transformar em atrativo turístico. E avançando nessa perspectiva, os assentamentos deixam de ser lugares de resistência, resultantes de embates entre interesses sociais divergentes, para serem propagandeados e vendidos como mais uma opção de lazer – ainda que se negue e/ou dificulte a criação de novos assentamentos e, conseqüentemente, uma reestruturação fundiária e social para o país.

A noção de tempo passa por metamorfoses constantes, que são concomitantemente produtos e produtoras das mudanças sociais. Refletindo sobre essa transição da noção de tempo da sociedade de produtores para a sociedade de consumidores, Bauman (2008, p. 45) diz que:

A instabilidade dos desejos e a insaciabilidade das necessidades, assim como a resultante tendência ao consumo instantâneo e à remoção, também instantânea, de seus objetos, harmonizam-se bem com a nova liquidez do ambiente em que as atividades existenciais foram inscritas e tendem a ser conduzidas no futuro previsível. Um ambiente líquido-moderno é inóspito ao planejamento, investimento e armazenamento de longo prazo.

Rumando para o entendimento de qual tempo é esse que se conforma atualmente, o autor (idem) afirma que:

Stephen Bertman cunhou os termos “cultura agorista” e “cultura apressada” para denotar a maneira como vivemos em nosso tipo de sociedade. Termos de fato adequados, que se tornam particularmente úteis sempre que tentamos apreender a natureza do fenômeno líquido-moderno do

consumismo. Podemos dizer que o consumismo líquido-moderno é notável, mais do que por qualquer outra coisa, pela (até agora singular) *renegociação do significado de tempo*.

Feito tal indicação, o autor classifica o tempo de *pontilhista*, termo que esclarece ser cunhado por Michel Maffesoli. Um tempo que é “marcado tanto (se não mais) pela profusão de *rupturas* e *descontinuidades*, por intervalos que separam pontos sucessivos e rompem os vínculos entre eles, quanto pelo conteúdo específico desses pontos” (BAUMAN, 2008, p.46). E dessa forma, segundo Bauman (idem), temos então que:

O tempo pontilhista é mais proeminente por sua inconsistência e falta de coesão do que por seus elementos de continuidade e constância; nessa espécie de tempo, qualquer continuidade ou lógica causal capaz de conectar pontos sucessivos tende a ser inferida e/ou construída na extremidade final da busca retrospectiva por inteligibilidade e ordem, estando em geral conspicuamente ausente entre os motivos que estimulam o movimento dos atores entre os pontos. O tempo pontilhista é fragmentado, ou mesmo pulverizado, numa multiplicidade de “instantes eternos” – eventos, incidentes, acidentes, aventuras, episódios – mônadas contidas em si mesmas, parcelas distintas, cada qual reduzida a um ponto cada vez mais próximo de seu ideal geométrico de não-dimensionalidade.

No bojo da formação desse tempo, está a sociedade de consumidores. Para que possamos entendê-la, é preciso que fique clara a sua essência, qual seja, o consumismo, que podemos entender, ainda segundo Bauman (2008, p. 41), como:

[...] um tipo de arranjo social resultante da reciclagem de vontades, desejos, e anseios humanos rotineiros, permanentes e, por assim dizer, “neutros quanto ao regime”, transformando-os na *principal força propulsora e operativa* da sociedade, uma força que coordena a reprodução sistêmica, a integração e a estratificação sociais, além da formação de indivíduos humanos, desempenhando ao mesmo tempo um papel importante nos processos de auto-identificação individual e de grupo, assim como na seleção e execução de políticas de vida individuais. O “consumismo” chega quando o consumo assume o papel-chave que na sociedade de produtores era exercido pelo trabalho. Como insiste Mary Douglas, “a menos que saibamos por que as pessoas precisam de bens de luxo [ou seja, bens que excedem as necessidades de sobrevivência] e como os utilizam, não estaremos nem perto de considerar com seriedade os problemas de desigualdade” (grifo do autor).

Bauman (2008, p.41) diferencia “consumo”, que identifica como “uma ocupação e uma característica dos seres humanos como indivíduos”, de “consumismo”, que para ele é “um atributo da sociedade”. De acordo com o autor, para uma sociedade possuir esse atributo é preciso que:

a capacidade profundamente individual de querer, desejar e almejar deve ser, tal como a capacidade de trabalho na sociedade de produtores, destacada (“alienada”) dos indivíduos e reciclada/reificada numa força externa que coloca a “sociedade de consumidores” em movimento e a mantém em curso como uma forma específica de convívio humano, enquanto ao mesmo tempo estabelece parâmetros específicos para as estratégias individuais de vida que são eficazes e manipula as probabilidades de escolha e conduta individuais.

Bem entendido esse movimento que dá forma à sociedade de consumidores, chegamos a um ponto crucial mencionado por Bauman: a questão da conduta individual. E logo somos remetidos às reflexões de Fromm (1947) sobre qual sistema ético deve pautar a problemática da definição de “normas de condutas objetivamente válidas”. E concordamos com Fromm quando aponta que tais normas devem estar pautadas num sistema ético de viés humanista. A ética humanista é assim definida pelo autor (FROMM, 1947, p.24):

A ética humanista, em contraste com a autoritária, pode ser semelhantemente distinguida por critério formal e material. Formalmente, ela se baseia no princípio de que só o próprio homem pode determinar o critério do que é virtude ou pecado, e não uma autoridade a ele transcendente. Materialmente, baseia-se no princípio de que ‘bom’ é aquilo que é bom para o homem e ‘mau’ o que é nocivo a este –sendo o bem-estar do homem o único critério do valor ético. (grifo do autor).

Com o exposto em vista, passaremos a observar a função do turismo na sociedade contemporânea.

5.1.2 Turismo na perspectiva da sociedade de consumidores

Já foi dito por Barbosa (2001) que o *trade* turístico faz questão de propagandear e manter o faz-de-conta, que é próprio do que se pode entender aprioristicamente como turismo. Dentro dessa estrutura que dissimula os acontecimentos reais, o próprio direito ao ócio, como aponta Português (2001), reproduz as contradições da sociedade capitalista.

Conseguimos entender como o turismo penetra nos anseios individuais, a partir do apontamento que faz Coriolano (2006, p. 29) sobre os serviços urbanos:

Os serviços urbanos foram se ampliando e cada vez mais se passou a exigir qualidade na área da saúde, educação, lazer e artes. A contemporaneidade diversifica estes serviços considerados desejáveis e reivindicados por todos e para todos. Dessa maneira, surge a prestação de serviços como: restaurantes, hotéis, bares, agências de viagens, diversões, esportes, cinemas, escolas, hospitais, à medida que os horizontes das pessoas vão se ampliando e surgindo mais necessidades e preferências induzidas para o intenso consumo.

Ainda que grande parte dos serviços citados pela autora tenha sua gênese em tempos remotos, entendemos que na sociedade contemporânea eles têm outra função. É ainda igualmente importante que se diga que não acreditamos que o turismo é uma atividade essencialmente urbana, ou mesmo produto da sociedade urbana; contudo, esta atividade cumpre um papel fundamental na atual fase do capitalismo, qual seja, de ser uma forma específica de reprodução/ampliação do capital (OURIQUES, 2005).

Retomando a citação, mesmo que o turismo, entendido como a síntese desse movimento apontado pela autora, seja desejado e reivindicado “por todos e para todos”, sabemos que nem todos têm acesso a ele. O sistema capitalista mercantiliza uma conquista proletária: o direito ao tempo livre. Dessa forma, ele transforma o momento de ócio numa oportunidade de reprodução do capital. Coriolano (2006, p. 30-31) aponta o seguinte, sobre tal questão:

Por se tratar de capitalismo, também nesta atividade há a contradição básica desse modo de produzir ao oferecer lazer para alguns, explorando o trabalho de muitos [...] Se o capitalismo luta pela maximização dos lucros, o tempo livre é um desperdício, afinal para ele tempo é dinheiro. Assim, transforma o tempo livre em oportunidade de ganhos, tanto no turismo como no lazer local. Transmuda o lazer em consumo, em lucro, em oportunidade de negócio (negação do ócio), considerado como um dos mais oportunos e rentáveis, na atualidade.

Posto isso, a autora (idem, p.31) ainda reitera dizendo que “turismo e capitalismo formam dupla perfeita, pois o turismo transforma o espaço e o próprio tempo em mercadoria”. E, dessa forma, diz Coriolano (2006, p. 31), “as alienações são renovadas nas novas formas de consumos, que se acredita trazerem felicidade”. Ocorre que, contudo, a autora equivoca-se, aqui, quando credita ao turismo a responsabilidade por transformar espaço e tempo em mercadoria, uma vez que essa é uma dinâmica própria do desenvolvimento da sociedade capitalista. Mesmo porque, de outro modo, seria, então, impossível pensar a atividade turística atrelada a qualquer perspectiva de uma prática não capitalista, e, perderíamos, conseqüentemente, o referencial para refletirmos sobre o turismo como uma forma específica de relação.

5.2 Turismo, desenvolvimento sustentável, educação ambiental e reforma agrária: um processo de harmonização

O turismo, sendo um fenômeno social, é extremamente complexo. Mesmo como atividade econômica, por sua diversidade, é difícil fazer uma análise generalista sobre o tema. Desta feita, traçaremos considerações acerca da atividade como um todo, mas focaremos as reflexões em sua inserção no meio rural, sobretudo nos assentamentos de Reforma Agrária.

Uma das leituras mais frequentes em relação ao Turismo tem sido a oferecida pelo Estado e corroborada pelos Governos. A atividade turística percebida a partir dos objetivos da Política Nacional do Turismo (BRASIL, 2008a) e também do Plano Nacional de Turismo (BRASIL, 2007), os quais partem da premissa de que o turismo pode ser um vetor de desenvolvimento local, e que seu planejamento e execução têm de dialogar com o que há de mais atual em termos de iniciativas para a preservação e conservação dos recursos naturais, culturais e sociais, levando, desse modo, a um desenvolvimento sustentável, é uma importante política pública, ainda que se limite a uma visão liberal de desenvolvimento econômico-territorial.

O turismo é umas atividades de maior visibilidade da sociedade contemporânea. O Brasil se encontra em um momento privilegiado nesse cenário, pois tem amplas perspectivas de crescimento da atividade e, para tanto, busca se qualificar por meio da melhoria em infraestrutura, recursos humanos, incentivo à iniciativa privada e maior e melhor participação do poder público em seu planejamento e efetivação. Para o Ministério do Turismo (MTur):

O turismo vem ganhando importância crescente em todo o mundo, em virtude do seu papel relevante no desenvolvimento econômico e social, gerando renda e empregos diretos e indiretos. É uma atividade de demanda, associada ao consumo, sendo seu desempenho fortemente influenciado pelo crescimento no nível de renda dos consumidores efetivos e dos demandantes potenciais. (BRASIL, 2010, p.1)

Há divergências na definição do turismo. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um dos principais órgãos nacionais formuladores de dados indicativos socioeconômicos que embasam as tomadas de decisões no país, assume a definição da Organização Mundial do Turismo (OMT).

A Organização Mundial de Turismo - OMT define o turismo como o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares distintos do seu entorno habitual, por um período de tempo inferior a um ano, com fins de lazer, negócios ou outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no local visitado (BRASIL, 2009, p.07).

Para termos ideia da importância da atividade na economia nacional, o IBGE ainda nos aponta que:

No ano de 2006, as Atividades Características do Turismo geraram um valor da produção de R\$149 642 milhões. Constituindo-se, exclusivamente, como atividades prestadoras de serviços, sua participação no total do valor da produção gerado pelo setor de serviços foi de 7,1%. Na comparação com a economia brasileira, este valor representou 3,6%. (BRASIL, 2009, p. 23)

As Atividades Características do Turismo atendem um padrão internacional em sua classificação, para que os dados possam ser trabalhados comparativamente no nível mundial.

Nesse sentido:

No Brasil, a classificação de atividades econômicas oficialmente adotadas pelo Sistema Estatístico Nacional e pelos cadastros e registros da Administração Pública é a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE. A CNAE guarda compatibilidade com a International Standard Industrial Classification - ISIC, o que permite garantir a comparabilidade internacional das estatísticas produzidas no País. (BRASIL, 2009, p.11)

Conforme supracitado, o país vive um momento de ótimas perspectivas, e é preciso, dentro desta análise, que esteja alinhado com as diretrizes internacionais, mesmo porque um dos objetivos do atual Plano Nacional de Turismo 2007-2010 - PNT é aumentar o número de turistas internacionais em solo nacional.

Outro objetivo do mesmo PNT é propiciar a inclusão social por meio da atividade turística. Diz o documento que “O PNT 2007/2010 avança na perspectiva de expansão e fortalecimento do mercado interno, com especial ênfase na função social do turismo” (BRASIL, 2007, p. 11).

A Política Nacional de Turismo (BRASIL, 2008a) também está em consonância com a inclusão social, já que entre seus objetivos se encontram:

- II - reduzir as disparidades sócias(sic) e econômicas de ordem regional, promovendo a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda;
- VI - promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica;
- VIII - propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto, compatíveis com a conservação do meio ambiente natural;

Dessa forma temos então, além da questão da inclusão social, a questão ambiental como diretriz para as formulações de políticas públicas e efetivação da atividade turística. Ainda nesse contexto de integração, a Lei Geral de Turismo (BRASIL, 2008b), em seu artigo sexto, indica que será promovido por meio do PNT:

- VI - a proteção do meio ambiente, da biodiversidade e do patrimônio cultural de interesse turístico;
- VIII - o estímulo ao turismo responsável praticado em áreas naturais protegidas ou não;

Diante do cenário exposto, o turismo no meio rural, conhecido como turismo no espaço rural, ganha a cada dia mais adeptos e tem ótimas perspectivas de crescimento (ROQUE, 2010). E um dos espaços onde tem crescido a ocorrência, ou pelo menos a visibilidade, da atividade turística. são os assentamentos de Reforma Agrária, como deduzimos pelo crescente número de estudos que analisam estas ocorrências no CBTR, bem como em periódicos sobre turismo, geografia e áreas correlatas.

Assim, chegamos ao ponto onde convergem turismo, assentamentos e educação ambiental. O turismo é entendido por alguns autores, como Coriolano (2006), como um potencial vetor de desenvolvimento local e regional, e do qual se espera que gere emprego e renda. Diante disso, e tendo em vista a ascensão da atividade turística direcionada à inclusão social e pautada no desenvolvimento sustentável, não é de hoje que se tem proposto o turismo como meio para sensibilizar as populações locais para as problemáticas ambientais, oferecendo-lhes instrumentos para interpretação e valoração da paisagem, por meio da atividade turística pautada nas propostas de educação ambiental (MORAES; QUEIROZ; MAUAD, 2005; PERINOTTO, 2008).

As ações de educação ambiental, cujo princípio seja o de subsidiar a problematização da atual relação do homem com o meio, de forma estrutural, e não apenas pontualmente, quando propostas também para os assentamentos de Reforma Agrária, cumprem um papel fundamental na construção de uma reestruturação social brasileira, e se fazem pertinentes, ainda, porque os assentamentos estão, em grande parte, ligados às áreas naturais, como fica nítido nas informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2010).

Dessa forma, aproveitando essa nova possibilidade do turismo nacional, as propostas de atividades turísticas em assentamentos de Reforma Agrária objetivam, ao mesmo tempo

em que sensibilizam as comunidades locais, democratizar a espacialização do turismo no Brasil. Tais propostas vêm de encontro com as diretrizes nacionais do turismo, já que o último PNT indica em seu “macroprograma: regionalização do turismo”, como alguns dos objetivos, “Aumentar e diversificar produtos turísticos de qualidade, contemplando a pluralidade cultural e a diferença regional do País” e “Possibilitar a inserção de novos destinos e roteiros turísticos para comercialização” (BRASIL, 2007, p.68).

Podemos entender o assentamento como um veículo de inclusão social e como resposta aos anseios ambientais, a partir do apontamento do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, que considera:

- [...] que a redução das desigualdades sociais pela ampliação do acesso a terra constitui-se em objetivo fundamental do País nos termos da Constituição Federal, em prioridade e compromisso nacional constantes da Carta do Rio, da Agenda 21 e de demais documentos decorrentes da Rio-92; (BRASIL, 2006)

O CONAMA, considerando essa e outras questões, normatiza, entre outros, o:

- VIII - Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA: plano que reúne os elementos essenciais para o desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, em estrita observância à diversidade de casos compreendida pelos diferentes biomas existentes, com destaque para os seus aspectos fisiográficos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo instrumento básico à formulação de projetos técnicos e todas as atividades a serem planejadas e executadas nas áreas de assentamento, constituindo-se numa peça fundamental ao monitoramento e avaliação dessas ações [...](BRASIL, 2006)

Bem entendida a função socioambiental do assentamento, entendemos que as proposições de sensibilização para as questões que podem ser trabalhadas por meio da educação ambiental estão em sintonia com a Política Nacional de Meio Ambiente - PNMA, quando diz em seu inciso X, do artigo 2, que como quesito a ser atendido para alcançar seus objetivos está a “educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente”(BRASIL, 1981).

Por conseguinte, oferecer educação ambiental às comunidades (nos assentamentos) é uma forma de prepará-la para agir ativamente no processo de preservação e conservação ambiental. E o turismo tem sido apontado, nesse sentido, como instrumento para a educação ambiental.

Ainda que nem todo assentamento contenha ou esteja contido em uma unidade de conservação, é interessante ter em vista que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (BRASIL, 2000), em seu inciso XII do artigo 4, diz que um de seus objetivos é:

- Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

Pensando a questão da viabilidade de tais propostas – de turismo em assentamentos de Reforma Agrária como ferramenta de educação ambiental –, vemos que elas estão assistidas por dispositivos legais que também guardam uma preocupação com o meio ambiente. Nesse sentido, a PNMA diz, em seu parágrafo único do artigo décimo terceiro, que:

- Os órgãos, entidades, e programas do Poder Público, destinados ao incentivo das pesquisas científicas e tecnológicas, considerarão, entre as suas metas prioritárias, o apoio aos projetos que visem a adquirir e desenvolver conhecimentos básicos e aplicáveis na área ambiental e ecológica (BRASIL, 1981).

O MTur, em seu Programa Nacional de Infraestrutura Turística - PROINTUR, determina como tarefas para consecução dos objetivos, entre outras, a “implantação de sinalização turística” e “escolas destinadas à qualificação da mão-de-obra para o setor (hotelaria, gastronomia e turismo)” (BRASIL, 2001). Diz o MTur ainda, no parágrafo único do artigo terceiro da Lei Geral de Turismo, que:

- O poder público atuará, mediante apoio técnico, logístico e financeiro, na consolidação do turismo como importante fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e da conservação do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro (BRASIL, 2008b)

Vemos, então, como as propostas no sentido de utilizar o turismo como ferramenta de educação ambiental, aqui pensado nos assentamentos de Reforma Agrária, são viáveis do ponto de vista de possibilidade de captação de recursos financeiros necessários e de apoio/suporte de instituições estatais. Não esquecendo também que, diante do contexto socioeconômico atual, há instituições interessadas em apoiar projetos que visem o manejo racional do meio ambiente (BRASIL, 2001).

Por estarmos tratando de assentamentos em sua totalidade, portanto de forma geral, é necessário ainda que, para uma possível implantação da atividade turística nesses espaços, os agentes observem a legislação pertinente a cada assentamento, pois, além das diretrizes gerais para assentamentos e turismo, os mesmos vão responder a outras diretrizes conforme especificidades locais, como, por exemplo, estar dentro de Unidade de Conservação.

Pensar sobre as atividades turísticas em assentamentos é, também, estar atento aos caminhos apontados pelo Governo Federal, que por meio de políticas públicas já incentiva tais iniciativas (INCRA, 2010).

Desta feita, vemos que as proposições para o turismo como ferramenta de educação ambiental, aqui pensada em assentamentos de Reforma Agrária, podem estar pautadas nos principais documentos relativos ao tema, atendendo tanto à demanda por inclusão social quanto à necessidade de cuidados cada vez maiores com as questões ambientais.

Entretanto, será que de fato esse é um processo simples e óbvio assim? Será mesmo que os governos têm interesse prioritário em cuidar da vida humana? Acreditamos que não! Como já demonstramos anteriormente (MELO, NASCIMENTO, THOMAZ, 2010), esse é um processo difícil de encaminhar e repleto de contradições.

Deste modo, onde termina o real potencial de propostas de atividades turísticas para servirem como ferramenta de educação ambiental (por exemplo, em assentamentos de Reforma Agrária) e começa o processo de alienação/harmonização mencionado na seção anterior?

Na realidade, não entendemos que um começa onde termina o outro. A resistência é intrínseca aos processos de dominação, como aponta Foucault, apud BRENNEISEN, mencionados no capítulo anterior.

Por isso mesmo é que se torna tão grave o processo de harmonização, do qual o atual discurso pró-turismo (e meio ambiente) faz parte. É bom deixarmos claro que não estamos criminalizando nem o turismo, tampouco o meio ambiente, estamos apenas dizendo que, em grande medida, foram abarcados pela dinâmica harmonizadora, que nega as contradições.

5.3 Turismo em Assentamentos de Reforma Agrária⁸

Como pensar a atividade turística num espaço que entendemos ser potencialmente de resistência, partindo do pressuposto de que, *a priori*, ela funciona como uma forma específica de reprodução do capital e de sua sociabilidade, ou seja, normaliza e atualiza a sociedade de consumidores? Numa sociedade onde a centralidade é a mercadoria, não é determinado serviço que (re)produz essa substância social. Assim, da mesma forma que o carro nasce como um veículo para auxiliar no transporte e ganha o papel de consolidar fetiches (GRAY, 2010), ocorre também com o turismo. É porque as relações também estão em disputa que é possível pensar a atividade turística como reprodutora de determinada sociabilidade. Diante disso, entendemos que se há um território consolidado no assentamento, não será a atividade turística que irá corrompê-lo. Ou seja, pensamos que, para que faça sentido os movimentos sociais tomarem partido da inserção do fazer turístico nos assentamentos, é preciso que se consolide outro território, que não o capitalista, com sua sociabilidade peculiar.

A partir disso, é importante observar como essa atividade está inserida nas mutações sociais que têm ocorrido, pois, notadamente, o campo passa por um processo de dinamização econômica, pautado não apenas pelos grandes complexos setoriais do agronegócio, mas também porque atinge determinados segmentos sócio-produtivos de menor escala. Noções como “pluriatividade” e “multifuncionalidade” buscam entender/explicar esse “novo rural” que se conforma e que muitas vezes obscurece um movimento latente de concentração fundiária e renda, como lógica intrínseca do capital monopolista no campo (SOUZA, 2009), que conjuntamente altera as formas de relação campo-cidade e rural e urbano.

Este complexo conjunto de estruturas e processos, que compõem uma realidade agrária e agrícola brasileira e mundial, pauta os estudos da Geografia Agrária elevando e construindo métodos e categorias de análise que objetivam reconhecer singularidades e homogeneidades e visões sociais de mundo (e classe) (FERREIRA, 2001; CAMPOS, FERNANDES, 2011; SAQUET, SUZUKI, MARAFON, 2011).

Dentre os novos processos que compõem a atual realidade do campo, o turismo vem sendo pautado como atividade alternativa para o “desenvolvimento” e sustentabilidade econômica dos assentamentos e das pequenas unidades de produção familiar. (MOURA,

⁸ As reflexões desta seção sustentam-se nas concepções de George Lukács (1978) *Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*

2005)⁹. Sendo assim, coloca-se de forma imperiosa refletir quais lógicas fundamentam esta alternativa e em que medida se contrapõe ou corrobora o projeto político da Reforma Agrária, ultrapassando uma perspectiva mais imediata do turismo como setor, atividade econômica e/ou forma de geração de renda.

O Turismo tem sido definido como fenômeno social, que guarda sua gênese na antiguidade, mas que, entretanto, ganha sentido e potência (fetichizante) na sociedade contemporânea (ALFREDO, 2001; OURIQUES, 2005). Como materialidade, pode-se entender a atividade como o deslocamento pelo espaço, tendo como principal referência as atividades de lazer e entretenimento, mas não só estas, como se pode observar pelos segmentos: “turismo de negócio”, “turismo de saúde”, entre outros. Há de se lembrar de análises econômico-setoriais que enxergam a existência de uma cadeia produtiva da atividade, esta composta por “agentes” criados exclusivamente para tal fim (como agências, hotéis etc.), e pela chamada infraestrutura básica, como é o caso da rede hospitalar, de segurança, transporte, água, esgoto, entre outros (LAGE, MILONE, 2001).

De outra forma, particularizam-se as ações econômicas das atividades que compõem o trade turístico, consolidando uma perspectiva de unidade territorial e produtiva, como é o caso do Turismo no Espaço Rural, que tem sido tomado como um conceito “guarda-chuva”, amplo, que abarca as definições mais específicas das atividades ocorridas nesse meio, como turismo rural, ecoturismo, agroturismo, turismo verde, turismo no campo, entre outras (OURIQUES, 2005).

A partir do exposto, os assentamentos de Reforma Agrária configuram-se como mais um espaço potencialmente atraente para a atividade turística. Em seu território, não raro, encontramos boas iniciativas, como as escolas itinerantes do MST, suas escolas regulares, suas iniciativas associativistas e cooperativistas. Isso atrai os olhares de quem está interessado na construção de outro modelo de sociedade. Contudo, sabemos que esse não é o motivo maior que enseja as visitas. E para dar conta disso, os assentamentos contam com seus recursos naturais e o saber-fazer de seus moradores, que são vendidos aos visitantes que buscam desde um contato com a natureza, o bucólico, até um reencontro com a comida típica do campo e seus costumes.

Nesse movimento de oferecer o contato entre a população em geral e os assentados, reside o momento crucial da possibilidade transformadora. Ou seja, da mesma forma como já

⁹Importante ressaltar que o próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST já teve um projeto próprio no sul do País nesse sentido, com a proposta de levar turistas para dentro dos assentamentos de forma sistematizada. Essa experiência recebeu, na época, o nome de MSTur.

foi mostrado, a visita pode ganhar uma dinâmica de reconhecimento do “outro” e, nesse sentido de troca e respeito (BARI, 2005), também pode ser o momento de alienação, de afastamento do visitante da realidade, do contexto histórico e do papel do assentamento de Reforma Agrária.

Dito isso, é preciso, então, que se esclareça aos visitantes qual o processo de formação do assentamento visitado, bem como o da maioria dos assentamentos ao longo do Brasil, já que sabemos que há assentamentos formados a partir de acordos, e por isso de forma pacífica, ou menos violenta, enquanto grande parte dos assentamentos é fruto de ocupações e pressões, que no seu decorrer exigem anos de acampamentos nos famosos barracos de lona preta (ORIGUELA, 2010).

Assim, diante dessa realidade, e entendendo que as leis, hoje, longe de serem imparciais, regulam e mantêm um Estado onde uma minoria é privilegiada, em detrimento de grande parte dos cidadãos, avaliamos que é preciso que os sujeitos envolvidos no planejamento e execução do turismo em assentamentos de Reforma Agrária legitimem as ocupações de terra como forma de reivindicar e construir outro modelo de organização social.

Muito embora nosso objetivo não seja propor ou promover nenhuma modalidade de turismo, a reflexão, pautada na perspectiva supramencionada, nos aproxima de algumas modalidades do fazer turístico. Há tipificações da atividade turística que, se não são próprias do meio rural, são, no mínimo, mais recorrentes nesse meio. Algumas dessas tipificações só têm como objetivo atrair determinado nicho de mercado, como é o caso do turismo de observação, sem comprometimentos maiores, enquanto outras, como turismo sustentável, ecoturismo, turismo comunitário, pregam outras práticas, outras formas de se relacionar com o meio ambiente e com a população, e mesmo outro modelo de gestão – que passe para as mãos das comunidades locais.

Essas tipificações emergem num cenário onde questões ambientais, sociais e mesmo econômicas ganham repercussão e “pedem” novas práticas, ainda que em grande parte dos casos esses pedidos sejam mera retórica de marketing. Nesse cenário, a sustentabilidade, o clima, a responsabilidade social e ambiental ganham espaço na mídia e na exigência dos consumidores que podem pagar, pois, frequentemente, produtos e serviços “eco e/ou sócio-responsáveis” são mais caros.

De olho nesse cenário, o governo brasileiro, no momento em que a classe média supera os 50% da população (BRASILIACONFIDENCIAL, 2010), entendendo que pode dinamizar o turismo interno baseado nessas novas tendências de mercado, se esforça para aliar suas políticas públicas a tais tendências. Nesse sentido, já criou projetos que visam

integrar produtos da agricultura familiar ao mercado de produtos a serem consumidos durante a copa do mundo de futebol da Fifa, em 2014, e durante os Jogos Olímpicos, em 2016.

Vendo por esse ângulo, parece muito coerente e benéfica a atitude do governo, pois gera oportunidade de renda e de exposição para os produtos da agricultura familiar, e por isso também para assentamentos de Reforma Agrária. Contudo, como já tivemos a oportunidade de demonstrar (MELO, NASCIMENTO, THOMAZ, 2010), há muitas contradições escondidas nessa dinâmica, as quais, longe de serem claras, acabam por confundir, escamotear a necessidade de pressão por parte dos movimentos sociais, bem como de toda a sociedade.

Justamente nesse sentido é que podemos pensar outro modelo de turismo, que não seja só mais um nicho de mercado a ser cooptado e passe a reproduzir a sociabilidade capitalista. E para que seja possível, é preciso, como já indicado, que ele esteja,. imprescindivelmente, ligado à proposta de outra sociedade, pois de forma diferente corre-se o sério risco de não passar de discurso.

Não podemos esquecer que as questões que ensejam outro fazer-turístico, quais sejam, as fragilidades sociais, econômicas e ambientais da sociedade contemporânea, emergem num contexto em que tal sociedade já dispõe dos meios técnico-científico-informacionais para sanar grande parte desses problemas.

Eric Fromm (1947, p. 51) coloca desta forma a questão:

A contradição contemporânea entre uma abundância de meios técnicos para satisfação das necessidades materiais e a incapacidade para utilizá-los unicamente para a paz e o bem-estar do povo é solúvel; não é uma contradição necessária, porém devida à falta de coragem e sabedoria do homem.

Ao citado, acrescentaríamos que não se trata de uma questão de falta de coragem, e sim de muita sabedoria no manejo das políticas e estratégias desenvolvidas para subjugar o ser humano aos interesses da reprodução do capital.

Dito isso, avaliamos que posicionamentos como o do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR funcionam como instrumento de harmonização das contradições da sociedade brasileira, não só, mas também nos assentamentos de Reforma Agrária.

Tal apontamento é importante pelo fato de concordarmos com Fromm (1947) quando este aponta que é intrínseco ao ser humano não ficar passivo às contradições e que isso só ocorre quando elas são negadas. Nesse sentido, diz o autor (1947, p. 51) que “harmonizar, e

com isso negar, contradições é o papel das racionalizações na vida individual e das ideologias (racionalizações socialmente padronizadas) na vida social”. Fromm (idem) ainda esclarece que:

Entretanto, se o espírito humano pudesse ser satisfeito apenas por soluções racionais, pela verdade, essas ideologias não seriam eficazes; outra de suas peculiaridades, porém, é aceitar como verdade as idéias partilhadas pela maioria dos membros de sua cultura ou proclamadas por autoridades poderosas. Se as ideologias harmonizadoras são apoiadas pelo consenso ou pela autoridade, a mente do homem é apaziguada, malgrado ele próprio não fique completamente tranqüilo.

É exatamente isso que acontece hoje no país. A ideologia harmonizadora é apoiada pelo governo e por parte da iniciativa privada. Ainda que parte dos governantes, ou mais especificamente a bancada ruralista, como são conhecidos os políticos engajados na defesa dos interesses do agronegócio e da grande mídia, opte pelo caminho da criminalização dos movimentos sociais, o que contrasta com a ideologia harmonizadora, porque deixa claro que os interesses de uns não são os interesses de outros, o atual governo opta, com sua política de aproximação dos movimentos sociais, pelo viés da harmonização, ainda que, muitas vezes, durante as reuniões os interesses desses movimentos sejam levados para “lugar nenhum”, como apontam Pereira, Souza e Fernandez (2010).

Essa ideologia da harmonização já está de tal maneira interiorizada em tais movimentos, e especificamente nos de luta pela terra, que os levam a acreditar que possam deixar esmorecer o viés da reivindicação, aqui entendido como as ocupações de terras, como mostra Origuéla (2010).

Posto isso, temos que o turismo, em sua forma-padrão capitalista, ao criar um mundo de faz de conta, ou seja, ao alienar por meio da atividade turística, avança no sentido de harmonizar as contradições existentes na sociedade, muitas vezes transformando-as em produtos, e desse modo prestando um desfavor ao processo histórico. Isso é ainda pior quando ocorre em espaços de potencial resistência, como são os assentamentos de Reforma Agrária.

Não temos dúvidas de que o acima exposto é uma generalização, não abrangendo, portanto, toda a realidade turística. E não pretendíamos outra coisa. O objetivo era fazer uma análise sobre o turismo em assentamentos de Reforma Agrária a partir da noção de tempo da sociedade de consumidores (que, diga-se de passagem, é outra generalização, pois como todo movimento da sociedade, não ocorre em toda sua extensão), trazendo à luz a hipótese de que o discurso hegemônico sobre esse tipo de turismo busca uma harmonização social, valendo-se

do turismo como elemento de alienação para negar as contradições sociais, ou, às vezes, até usando-as como justificativa, mas sem maiores esforços para saná-las.

Na contramão dessa perspectiva, ressaltamos elementos que podem nos ajudar a entender em que medida é possível pensar o turismo em assentamentos sem que ele cumpra esse papel fetichizante que, a priori, lhe parece intrínseco.

Considerando a complexidade de conceitos que se acercam e tergiversações que são tomadas como questões de fundo, objetivamos discutir elementos teórico-críticos que se amalgamam ao turismo nos espaços de Reforma Agrária, seja o trabalho, a reprodução social, ideologia e valor. Consideraremos ainda a perspectiva capitalista burguesa que se associa a esta atividade e quais são os limites operacionais concretos e possibilidades de releitura, quando nesta aproximação não se evidencia que muitas questões estão em jogo. Cabe-nos, portanto, considerar que nas mutáveis condições da vida humana torna-se necessário perseguir a descoberta do desconhecido a fim de convertê-lo em elemento potencializador da práxis-humana. Esta é a lógica que nos remete ao próprio discurso do movimento social, quando questionado sobre as mediações possíveis entre Turismo e Reforma Agrária¹⁰.

Nesta perspectiva, elegemos conceitos que integram em amplitude e profundidade as práticas socioespaciais do campo, oferecendo nossas reflexões como contribuição ao Movimento social de luta pela terra, que tem reconhecido a importância de refletir sobre turismo como ferramenta tática.

O turismo, hoje, é percebido pelo Movimento como a oportunidade de dar visibilidade às problemáticas enfrentadas na luta pela Reforma Agrária. O MST sabe que, diante de um modelo de organização social perverso e de agricultura insustentável, a organização dos trabalhadores do/no campo atrai olhares “turísticos” para além da mera contemplação da paisagem. É obvio que tem consciência de que há também quem busque os assentamentos visando apenas ter experiências não obtidas na cidade, mas não é isso que o Movimento busca incentivar e nem o seu propósito é meramente que os assentamentos sejam um espaço de restauração da força de trabalho do capital.

¹⁰Esta afirmativa se fundamenta não apenas pelas lógicas capitalistas que integram os espaços rurais nas atividades turísticas, mas também pelo próprio reconhecimento do movimento social de que tais atividades precisam ser pautadas e refletidas dentro do movimento. Esta preocupação nos foi evidenciada em duas oportunidades por uma das lideranças do MST na região do Pontal do Paranapanema, Sr. Cledson Mendes. Na primeira ocasião (entrevista realizada por Thiago Melo no primeiro semestre de 2009 para o Trabalho de Conclusão de Curso) Mendes relatou a necessidade do Movimento pautar a questão do turismo e pensar num uso estratégico dessa atividade. Já na segunda oportunidade (no trabalho de campo do Encontro Nacional de Grupos de Pesquisas – ENGRUP, realizado no primeiro semestre de 2011), Cledson retomou a colocação e foi mais enfático ao afirmar que é preciso tratar o turismo como uma ferramenta tática, que dê visibilidade às causas e demandas dos assentados.

Assim, o ponto de partida da reflexão aqui proposta se concentra na percepção de que a essência humana se estabelece nas relações sociais e este fundamento elege a processualidade histórica como norteadora desta essencialidade, o que representa um devir construído historicamente, rompendo qualquer associação teológico-dependente. Significa dizer que a essencialidade possível do Movimento de luta pela terra se revela na sua organização socioespacial, considerando sua determinação concreta em termos de mudança das estruturas de poder marcadas pela propriedade fundiária e pela renda, sendo que o sentido desta mudança se materializa no território. Este processo não se consubstancia em uma relação mimética de causa e efeito, mas de potencialidade, considerando sua objetividade primária enquanto Movimento, sua teleologia.

Por sua vez, a mediação desta lógica se estabelece não apenas pelo movimento primeiro de disputa socioespacial, que, como síntese, agregaria por si só um elemento qualitativo ao território, mas sim por considerar as experiências concretas e a processualidade histórica dos sujeitos sociais e que essa trajetória necessita diferenciar-se internamente na organização social e produtiva dos assentamentos (território) e na representação (territorialidade) destes sujeitos. A capacidade de sistematização desta experiência de luta e conformação territorial, ou seja, a construção objetiva do “sem terra” resulta do elevar “para si” as experiências com o desconhecido. Consolida-se o desvelamento do real intrínseco por meio de uma práxis social concreta, o que rompe com qualquer perspectiva idealista sobre a consolidação do território da Reforma Agrária.

Neste aspecto, nossa atenção deve estar concentrada para a transformação interno-territorial. Assim é evidente que o que importa não é saber como o intelectual concebe individualmente uma determinada instituição ou categoria [...] o que importa é a concepção (representação) que formula determinado grupo social sobre determinada instituição e categoria, pois somente ela é socialmente eficaz na determinação territorial (SOUZA, 2009, p. 10).

Este movimento que não é teórico, mas é prático-teórico, identifica a consolidação de uma antítese à estrutura da lógica do pensamento liberal burguês de proprietário privado para pensar-se em “não-proprietário-privado”, dando amálgama ao corpo teórico-concreto do “sem-terra”, como existência social comum. Essa antítese se coloca também em relação às formas como os homens aparecem nas relações sociais, deixando estas, portanto, de se constituírem mercadoria, produzindo uma clivagem às imediatas coisificações que se processam quando sujeito e objeto se situam na lógica do mercado.

Trata-se, assim, de um movimento muito profundo quando se pensa no conceito de Turismo, à medida que sua gênese e dinâmica, como prática social, pressupõe o consumo. Nesse arcabouço de homogeneização e “standardização” de lugares trava-se um enfrentamento, ainda que o rural e a produção agrícola sejam vistos como mercadorias, e, no limite, o sujeito “sem-terra” seja o exótico¹¹, o “observável-consumo”. As definições e práticas apontam para uma perspectiva de entendimento do Turismo como atividade marcada por uma lógica em que a mercadoria está vinculada não apenas ao material concreto, mas ao consumo de um simbólico (ideologia) e de uma ideia de valor (troca).

A essência da mercadoria-turismo está em um modo de ser burguês que aprisiona todos os sujeitos como desejo (objeto-consumo). Uma teleologia que eleva a essência do ser (as relações sociais como fundamento) à sociabilidade possível, a sociabilidade do capital, uma perspectiva histórica que transparece como essência inevitável, por isso é necessário demarcar que a essência humana não é a mercadoria, mas que em determinado modo de produção (o capitalismo) se consagra em substância das relações sociais.

Neste ponto é que se consolida o Trabalho e a Reprodução Social como categorias de entendimento da lógica socioespacial do Movimento e como elementos norteadores de sua consolidação territorial.

5.3.1 Trabalho e Reprodução Social

O trabalho como categoria fundante do ser social existe como parte da reprodução social e, no capitalismo, como antítese à representação de centralidade que ocupa a mercadoria nas relações hegemônicas. Necessariamente o trabalho precisa se consubstanciar em elemento central de sociabilidade nos assentamentos e sua realização ser constructo de práticas socioespaciais que produzam uma antítese ao individualismo e à vinculação da terra como propriedade privada.

A disputa, a projeção sócio-espacial do capitalismo (campo de luta) não é simplesmente a propriedade, mas as relações sociais e as representações que a “não-propriedade-privada” pode construir (SOUZA, 2009, p. 21).

¹¹ Trata-se aqui especificamente da leitura que os turistas incorporaram em relação aos indígenas e que se reproduz aos favelados do Rio de Janeiro, uma vez que os pacotes turísticos vendidos, sobretudo aos europeus, “incluem” visitas às favelas, conhecimento do tráfico, entre outros atrativos da periferia do capital.

Ao inserir uma nova centralidade nos processos de sociabilidade consolida-se uma nova lógica de reprodução social, considerando que o trabalho como realização do sujeito consubstancia nova mediação entre meios de produção, natureza e existência. Esta mediação remete sua ação (práxis) para além de um fazer imediato (mercadoria), mas consolidando processualmente nova teleologia que se projeta no sujeito. O trabalho como possibilidade de construir um novo sujeito social nos assentamentos. A ausência do desenvolvimento destas forças produtivas, que têm como centralidade o trabalho, não permite um novo movimento na história dos sujeitos, não se estabelece concretamente uma nova formação sócio-territorial.

O território per-si, como expressão concreta da consciência humana sobre o espaço. O território em-si não tem uma essência predeterminada, ele depende de uma característica definidora para-si.(SOUZA, 2009, p. 10).

Esta característica definidora do “para si” é o trabalho, que altera tanto a produção do indivíduo quanto altera sua reprodução social, o que se coloca como totalidade e imprime ao território esta mesma condição. Considerando o trabalho como fundamento do ser, ele é o *locus* ontológico de criação do novo, como aponta Lukács (1979), e se torna o elemento de maior complexidade na reprodução social.

A complexidade de reprodução social no assentamento, assentada no trabalho, se expressa como uma processualidade histórica, em que divisão do trabalho e cooperação se articulam não pelo viés do produtivismo e da produtividade do trabalho, ainda que lhes sejam intrínsecas, mas pela construção social do sujeito, na consolidação do saber-fazer e da busca da autonomia e da alteridade.

A complexidade da reprodução social está também assentada em outro elemento: a linguagem. Como construção dos sujeitos, a linguagem é mediadora do processo de conhecimento e relaciona-se às diversas práticas sociais que se estabelecem e, deste fato (processo de conhecimento), emergem novas relações de poder¹².

Conhecer é uma exigência do trabalho e as linguagens se consolidam nos mecanismos de aproximação da consciência sobre o território, sobre o ser-em-si, tornando-o para-si. Trata-se de um movimento cognitivo de extrema relevância a ser realizado pelo assentado, pois é este movimento que a luta pela terra deve produzir com a sociedade¹³, como trataremos a seguir, colocando elementos do trabalho e da reprodução social campesina como mediadores da lógica do desvelamento do real. Uma dinâmica que também se processa pela linguagem na

¹²O que confere significativa importância à mística do Movimento Social.

¹³ Esta é a lógica que aqui se propõe para o “turismo”.

construção de elementos simbólicos que sejam capazes de consolidar uma identidade territorial, uma identidade do Sem Terra.

Faz-se necessário dizer, então, que: primeiro, entendemos que o fortalecimento dos assentamentos de Reforma Agrária é um passo decisivo no caminho para o enfrentamento das atuais políticas neoliberais impostas ao campo brasileiro; segundo, os assentamentos são espaços em disputa, que podem, ou não, se constituírem em espaços de resistência, não como sendo dados *a priori* (SOUZA, 2009), mas que se constituem a partir do Trabalho e da Reprodução Social destes sujeitos; terceiro, as experiências de turismo devem estar alicerçadas na conformação desta lógica e não em sua negação.

Nesse sentido, destaca-se que interesses que, *a priori*, podem ser postos como individuais, ou de uma parcela muito particular da sociedade, neste caso os assentados, são, em verdade, interesses comuns ao conjunto da sociedade brasileira. Com isso, queremos dizer que a adoção de outro modelo agropecuário não é de interesse particular dos assentados, bem como não é exclusivamente de interesse destes que a sociedade saiba da premência e (potencial) eficácia da Reforma Agrária. E a isso cumpre adicionar que não se pensa, aqui, em simples reforma, senão numa reforma (re)estruturante, que permita (crie condições objetivas para) superarmos o atual modelo de organização social, recuperando a hipótese comunista (BADIOUS, 2012; ŽIŽEK, 2011a; ŽIŽEK, 2011b).

Nesse contexto, pode-se entender o turismo como uma forma específica de reprodução do capital (somente), ou pode-se entendê-lo, também, como uma forma específica de relação, que, assim sendo, está em disputa tanto quanto as outras. Assim, não se está falando de mera oportunidade de emprego e renda, senão que, pautadas no trabalho e na forma de reprodução dos assentamentos, e não de qualquer assentamento (visto a observação acima sobre tal espaço ser ou não de resistência), as atividades turísticas tragam esse novo componente da sociabilidade coletivista, que nega os pressupostos fundantes do capitalismo.

5.3.2 Ideologia e Valor

Em primeiro lugar parte-se de uma clareza lukacsciana de que ideologia não representa uma imagem invertida do real, ou sua falsificação. Este pressuposto teórico, como afirma Lessa (1993), seria o argumento central positivista de que a ciência pode ser reveladora da verdade e, portanto, se consolidaria como neutra. A ideologia se inscreve, como salientamos, em uma segunda instância das práticas sociais, que não são concernentes às

ações concretas de apropriação e transformação da natureza, como o trabalho, mas são mediadoras dos conflitos que tal prática socioespacial produz: conflitos de classe.

A ideologia como mediadora de conflitos sociais decorre dos mecanismos de apropriação do trabalho e de seu resultado e tem uma função prático-social de controle. É o que advertia Marx e Engels em *Ideologia Alemã* (2001) sobre a função prático-social de determinadas formas de consciência. A ideologia é uma representação social de mundo e como tal incorpora conhecimento e opera sobre outras ações concretas dos homens, inclusive o trabalho, e sem tal capacidade operacional não nos seria possível compreender a alienação.

Uma vez que esta mediação responde pelas formas de compreensão das relações sociais de produção, que em sua análise concreta explicita conflitos, a ideologia tem uma função prático-social evidente no capitalismo, qual seja, desalojar o trabalho da centralidade da vida e reprodução social humana e assentar neste lugar a mercadoria. Isto não representa em nenhum momento uma inversão sócio-representativa do real, ou de sua falsificação, trata-se de uma concretude histórico-teórica de hegemonia e objetivação de uma classe social que se apropria do trabalho. Toda objetivação é uma objetivação de classe, e produz uma ação de séries causais, como um campo de possibilidades, dentre elas a humanização ou desumanização do homem, e neste ponto de vista se inscreve a necessária objetivação do “sem-terra” na consolidação do território da Reforma Agrária, como síntese de negação da subsunção do trabalho e da natureza.

Essa subsunção resulta na desumanização, ou coisificação, como categoria representativa de um processo que Marx e Engels (2001) denominaram de *Entfremdung*, alienação, obstáculo ao conhecimento das objetivações de classe, mas que não anula o homem como demiurgo de sua história. Neste aspecto é que o Movimento social se expressa como exemplo concreto da sua capacidade humana de territorializar práticas socioespaciais com profunda antiteticidade à lógica capitalista e concretamente desalojar a mercadoria como elemento central de sociabilidade.

Esta potencialidade é determinada pelo simples fato de que a essência é portadora de um quantum maior de continuidade (processualidade histórica) que o fenomênico (a alienação). Neste processo é que se inscreve a dimensão do valor.

Efetivamente, a lógica das relações capitalistas se assenta no “espaço sócio-temporal”, que é ruptura e continuidade entre produção e consumo. Este último é que concentra a atenção do Turismo. A questão central é que no capitalismo esse “espaço sócio-temporal”, monetariamente denominado de circulação, congrega ruptura locacional quando configura espaços de produção e espaços de consumo de formas distintas e continuidade, à medida que

se vincula a uma relação social fundamentada em uma centralidade de valor que é a mercadoria, esta última sintetizadora de valor de uso e valor de troca, amplificando o segundo, considerando sua realização no mercado.

Desse modo, a Reforma Agrária tem um elemento muito particular de processualidade no jogo de forças da produção e consumo, a terra, e sua efetiva antiteticidade que se estabelece na possibilidade, no âmbito do campesinato, de constituí-la como efetivo valor de uso e de não submetê-la como “mercadoria” ou como meio de produção no estatuto do mercado.

Souza (2008) explicita este movimento de valor de uso e valor de troca ao analisar o comportamento dos preços de terras.

A trajetória dos preços [de terras] em alguns casos, sobretudo sob a lógica da territorialização sucroalcooleira no extremo oeste paulista, é compreendida como fator de “riqueza regional”. Este é um fator de força imaterial do conceito de valor de troca (da terra) na consolidação de uma perspectiva de “desenvolvimento e progresso”. A terra, como natureza, é valorizada na relação estabelecida pela sociedade em seu processo de produção do espaço. Essa natureza incorporada à vida humana, no âmbito de suas necessidades, tem uma denominação em Marx: valor de uso. [...] A terra apropriada no sentido mais geral de satisfação das necessidades humanas. Porém sua concretude histórica, mediada pelas formas de apropriação, como resultado do metabolismo societal do capital, materializa-se em novo conceito, transforma sua natureza interior e é subsumida pelo valor atribuído pelo capital no âmbito das relações de troca. (mercantis). Está completa a mistificação do modo de produção capitalista, advertia Marx, terra mercadoria como característica imediata das relações de produção. O valor de uso se expressando como valor de troca (riqueza social), este é o valor da natureza no capitalismo quando se converte em dinheiro. Numa palavra: renda. Em suas diferentes formas, separadas entre produção e exploração, considerando que no sistema capitalista a natureza [terra] é ainda valorizada não apenas pela sua transformação em mercadoria (valor de troca), mas como meio de produção, valoriza-se pelo produto mercantil a ser gerado. Esta expectativa de ganhos futuros é que explica a velocidade das trajetórias dos preços [...] a lógica de especulação da terra, que promove padrões de ocupação insustentáveis derivados de mudança na orientação econômica de valor (da terra e da produção) que se territorializa, sobretudo nas áreas onde se concentram modos de produção campesina. (SOUZA, 2008, p. 97-98)

Significa dizer que está em jogo uma representação social concreta da terra e da produção, que, como salientamos, resulta do trabalho e da reprodução social, capaz de produzir território, como valor que ocupa uma nova centralidade nas relações sociais, representando para si e para o outro uma ruptura efetiva, uma revolução (ŽIŽEK, 2011a; ŽIŽEK, 2011c). A questão é saber quanto o “turismo” constrói como ruptura esta possibilidade.

Está clara, neste sentido, a confusão para a qual Lukács chama atenção sobre a aproximação de forma inepta entre ser e valor. O valor não é uma externalidade das relações humanas, um produto, mas uma categoria objetiva do mundo dos homens e tem sua gênese em uma relação de teleologia e causalidades, e se desenvolve até compor relações objetivas com um grau variável de universalidades, dependendo de qual valor se trata (de uso ou de troca) (LUKÁCS, 1979).

A compreensão Lukácsiana determina, portanto, que na Reforma Agrária “a terra como propriedade privada cinge um valor monetário (troca) e cinde dimensões subjetivas camponesas” (SOUZA, 2009, p.21), ou seja, atinge para a produção o mesmo estatuto de mercadoria e se revela em negação à subjetividade do “sem-terra”.

O Turismo, como prática de “consumo”, pelo olhar ou pelo consumo das mercadorias, consome o lócus das relações sociais, “sem perceber” os sentidos de valor que estão postos, considerando que sua dimensão é única, o valor de troca, sintetizado no campo como unitariedade e complexidade deste consumo que anula a singularidade. Neste caso não há o “hiato”, o espaço sócio-temporal entre produção-consumo, e tudo se concretiza em mercadoria: o sem terra e o queijo, a farinha e a brisa, a sombra e a prosa. Homogeneização e estandardização do olhar “sem conhecer”. Mas será que é isso mesmo?

Segundo Lukács, “evidencia-se rapidamente que o ponto de vista da valoração não surge, nesse caso, da essência da coisa [do campesinato], que, ao contrário, ela é arbitrariamente escolhida e aplicada do exterior sobre uma matéria” (LUKÁCS, 1979, p.16). Esta processualidade objetiva de valoração conduz a causalidades ao mesmo tempo não valorativas, pois suprime o sujeito e sua concretude histórica pelo “olhar superficial de consumo do outro”, submetendo uma matéria heterogênea ao “valor” de troca, um sentido arbitrariamente escolhido, de modo puramente ideal, para quem terra e camponês são absolutamente estranhos (alienação). Nesta processualidade opera-se uma homogeneização lógico-abstrata desta essência heterogênea (“sem-terra”), deformando sua representação de modo a encaixá-la em um sistema logicamente estandardizado e deduzido.

Este nível de abstração concreta da atividade prática do turismo implica em uma aproximação que não constitui objetivamente a totalidade do outro, mas uma totalidade autocentrada (em-si), caracterizada como uma esfera gnosiológica, com uma processualidade e mediação puramente estranha, ideologizada.

Ainda que se reconheça que a convivência com o desconhecido é uma determinação ineliminável do mundo dos homens (LUKÁCS, 1979), é preciso conceber que esta determinação pode se estabelecer mediada por elementos concretos que alteram a objetividade

dos sujeitos no mundo, a qual, por sua vez, altera a relação entre os homens. A Reforma Agrária como espaço social do turismo só pode alterar tal objetividade quando estabelece outra relação, cuja centralidade não seja a mercadoria, mas desvelando concretamente sua experiência de construção territorial mediada pela centralidade do trabalho, da natureza e da alteridade dos sujeitos. Para Lukács, o real não deve ser deduzido de um conceito abstrato, antes, as abstrações da consciência apenas possuem significado à medida que refletem a essência do próprio real, ou seja, quando alteram as relações entre os homens (LUKÁCS, 1979, p. 19).

Para o Sem Terra, concretamente, a relação com o desconhecido, ou seja, a consolidação territorial do assentamento se estabeleceu determinada pelas necessidades objetivas, apreciações e possibilidades que predominaram historicamente em cada situação de acampamento, ocupação e assentamento. Esta processualidade produz uma distinção qualitativa entre o desconhecido e o conhecido, e ocorre uma sistematização do acúmulo de elementos cognitivos (experiências e reflexões) frente ao desconhecido na consolidação do território da Reforma Agrária, que pode se perder no olhar ideologizado do outro.

Por sua vez, não se trata aqui de esconder-se, ao contrário, cabe ao Sem Terra, nas mutáveis condições da vida social (o turismo é uma delas), auxiliar na descoberta do desconhecido para o outro, sem subverter sua essencialidade, sua processualidade histórica. A questão é como construir uma experiência que seja possível “avizinhar-se” desse território, consolidá-lo para além do em-si, consolidá-lo para-si, como existência social. Estas representações são capazes de refletir na consciência as determinações subjetivas do Sem Terra, como dimensão concreta no turismo no espaço rural, objetivado no turismo nos assentamentos e acampamentos?

Sim, a forma de uma representação imediata, completamente ausente de determinações concretas do território, não rompe com a imediaticidade do consumo paralisante. O Sem Terra precisa se consolidar como desconhecido para consolidar elementos que pertençam a uma esfera de conhecimento possível e singular. Apenas assim o outro poderá, em um trabalho de “aproximação”, conhecer esta totalidade real. Entre o processo gnosiológico e o processo real, objetivo, há uma relação insuperável entre o que é refletido (o ente em-si) e o reflexo que vem a ser pela atividade da consciência. Enquanto atividade da consciência, esse reflexo pode ser tudo, menos fotográfico¹⁴ (LUKÁCS, 1979, p.22).

¹⁴ A palavra aqui tem uma concretude plena.

Não se trata em absoluto de uma identidade sujeito-objeto, como um mimetismo que o outro incorpora a subjetividade do Sem Terra, mas efetivamente de uma relação social que incorpora elementos concretos da processualidade histórica de sua construção como sujeito e da consolidação de seu território. O turismo deveria ter assim uma substância de “vivência”. Temos como ilustração desse pensamento as experiências do Estágio Interdisciplinar de Vivência – EIV. Não se trata de um turismo contemplativo, aonde o turista pagante vai para assistir ao outro. Trata-se de uma experiência onde, a partir de um território consolidado, pode-se apreender outra concepção de mundo, outra perspectiva nas relações sociais, o que pode, ou não, criar o estranhamento com a organização social hegemônica. Assim, não é o caso de afirmar que o turismo em assentamentos de Reforma Agrária, nos territórios construídos a partir de uma perspectiva não capitalista, seja a receita/solução única e infalível para a superação da alienação predominante. Antes, é encará-lo como mais uma instância de enfrentamento e estranhamento que enseja o deslocamento da zona de conforto do turista, se este pretende, de fato, conceber aquele território como legítimo. Dessa forma, não é a mercadoria que pauta esse encontro. Não é o espetáculo que costura e dá margem às relações, pensadas nesse sentido. O produto beneficiado, o artesanato vendido, não são meros souvenirs, prova da estada naquele espaço/cenário, são a materialização de outra concepção de mundo.

Este conceito responde por nossas preocupações acerca do projeto político da Reforma Agrária, que ultrapassa a perspectiva de seu próprio território, mas tem ali sua concretude, consolidação de sua essência (relação social). Sua dinâmica permite compreender como os homens fazem a história, como assumem a construção de seu futuro, fora desses elementos críticos. Trata-se de se expor na vitrine, ou jaula, quando o espaço da Reforma Agrária deixa de ser território e passa a ser “confinamento”, com o peso produtivo-capitalista que a palavra enseja, e isso é outra dimensão de valor que nega a essencialidade da luta dos movimentos sociais, no campo e na cidade.

Embora o turismo tenha um grande potencial fetichizante, sendo mesmo um dos principais elementos na dinâmica de reprodução das relações de produção, ele pode cumprir um papel essencial como atividade-tática na consolidação da imagem dos assentamentos de Reforma Agrária, seja por desmistificar estes espaços, seja por demonstrar a possibilidade de desenvolvimento de territórios não capitalistas. E, para tanto, assim precisam ser constituídos, pois não é o fato de ser um assentamento de Reforma Agrária que o transforma num espaço não capitalista, e sim as relações que ali se manifestam (território e territorialidade).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise do sistema capitalista e do próprio capital não é pontual. Trata-se de uma crise estrutural (MÉSZÁROS, 2011). Contudo, os que hoje geram esse sistema, os grandes Estados e as grandes corporações financeiras, não estão preocupados com isso. Dizem, retoricamente, que querem resolver o problema da desigualdade social, garantir saúde, assegurar educação de qualidade etc. Diante disso, é preciso deixar claras duas questões. A primeira, que, em parte, essa vontade é verdadeira. Afinal, se grande parcela da população economicamente ativa padecesse, comprometeria o próprio funcionamento do sistema, e assim é preciso garantir educação que legitime e prepare os cidadãos para a vida capitalista (leia-se individualizada) e ainda garantir que haja um mínimo de satisfação social coletiva, para que não haja grandes mobilizações. Para isso, a educação capitalista/empreendedora se encarrega de incutir nas pessoas o mito da oportunidade, contra o qual não há o menor cabimento manifestações coletivas; afinal, é só correr atrás e fazer o seu melhor que é possível enriquecer também. A outra questão para a qual devemos estar atentos é a que trata, efetivamente, do mito da oportunidade, pois, como modelo de governança global, e mesmo local/regional, é simplesmente impossível ao capitalismo proporcionar as mesmas oportunidades para todos os cidadãos, uma vez que ele prescinde de todo o coletivo ocupado, precisando mesmo, na verdade, que o grupo de não ocupados, hoje enorme e com tendências a aumentar (ZIZEK, 2012), pressione os empregados a aceitarem as condições impostas pelos empregadores.

Temos ainda que o pouco conquistado por tais trabalhadores, em momentos de certa estabilidade do sistema, é imediatamente retirado, bem como do conjunto da população, em favor do salvamento de instituições financeiras em momentos de agravamento do que é (ainda que muitos neguem) inerente ao sistema, como vemos acontecer atualmente nos países mais seriamente atingidos pela recente turbulência financeira, que tem o ano de 2008 como grande marco.

Posto isso, o Brasil se insere como um país que tem boas expectativas no que diz respeito à sua inserção no mercado mundial, pois tem o consumo interno fortalecido, com um grande número de cidadãos ainda a serem inseridos no mercado financeiro, e com recursos para investir nesse sentido. Tem, ainda, uma vasta extensão de terras agricultáveis, o que quer dizer que há oportunidades para o capital, tanto para a produção de determinados gêneros alimentares para consumo humano e animal, como para a produção de biocombustível e celulose. A extensão do país e seus caudalosos rios permitem também o desenvolvimento de

diversos projetos do complexo agrohidronegócio como elemento da estratégia de crescimento econômico (THOMAZ JUNIOR, 2011).

Nesse cenário, o assentamento é um interessante espaço a ser estudado, pois, por um lado, tem sido assediado pelo agronegócio, por meio de arrendamentos, e, por outro, se erige como potencial espaço de resistência dos camponeses no campo, mesmo diante da fusão entre latifúndio e agronegócio. Claro que essa resistência só ocorre à medida que são dadas aos assentados as condições para tal, como acesso ao crédito, às tecnologias necessárias ao cultivo da terra, educação que valorize sua cultura, acompanhamento técnico, entre outros.

Vale frisar que a política para o campo brasileiro é pautada por dois equívocos: o agronegócio e o desenvolvimento territorial (em sua concepção liberal). Tais equívocos, em consonância com outros fatores, têm impingido aos camponeses severas dificuldades de reprodução. Como consequência, tais sujeitos buscam alternativas para garantir sua permanência na terra. Aqui, mais uma vez, o sistema vê uma forma de se atualizar. Se o turismo é, como rezam as bíblias do empreendedorismo mundial, uma das principais atividades econômicas do universo, qual a dúvida em colocar preço em produtos e serviços já produzidos pelos pequenos e médios proprietários rurais e/ou criar novos, para o usufruto do turista, transformando tais sujeitos em empreendedores? Ganha-se com isso não só uma atividade que tem no discurso hegemônico a perspectiva de harmonização social, como também uma forma de fazer com que sujeitos até então regidos por lógicas distintas da do capitalismo passem a interiorizar os valores desse sistema.

De modo geral, os trabalhos sobre turismo no meio rural aceitam esse quadro exposto e o reforçam. Também trabalham dentro das coordenadas do próprio capitalismo, como podemos perceber na leitura do conjunto das conferências do CBTR. Contudo, se aceitamos que esse é um modelo de governança social falido e extremamente perverso em suas empreitadas de rearranjo, é preciso mudar as próprias coordenadas. É porque esse não é o entendimento hegemônico, que se encontram tão poucos trabalhos críticos sobre turismo, problema extensivo também ao turismo no meio rural e, inclusive, aos estudos sobre turismo em assentamentos de Reforma Agrária.

Levando em consideração as aproximações e distanciamentos entre capital, Reforma Agrária e turismo, expostas nos três primeiros capítulos, essa falta de análises críticas é um problema. E mais sério ainda quando se trata dos assentamentos, pois tais espaços têm condições do ponto de vista normativo propícias para se consolidarem como espaços de resistência às práticas e lógicas capitalistas, ainda que, como resultante do projeto de país em curso, nem sempre tais condições sejam efetivadas. Dessa forma, inserir nos assentamentos

essa perspectiva empreendedora-individualizante, ainda que seja na forma de cooperativa (mas que retira de cena a noção do todo, ou seja, do embate de classes, da importância de formular estratégias que consolidem as possibilidades de determinação social, pois só assim temos verdadeiramente um território camponês), destitui a centralidade de classe que é intrínseca à própria criação do assentamento (ORIGUELA, 2010).

Assim, capital, turismo e assentamento, quando se encontram na possibilidade de fusão, objetivada na atividade turística nestes espaços, precisam ser trabalhados como componentes autônomos, dando visibilidade ao que se está ou se quer construir. De outra maneira, há um obscurantismo, normalização e, até mesmo, uma atualização das formas de socialização capitalistas, pensadas como o processo de interiorização dos valores capitalistas.

Não é à toa que Mézáros (2011) insiste na criação de novos valores sociais, e Harvey (2011) aponta as concepções mentais como importante elemento da dinâmica revolucionária. E, tendo isso em mente, concordamos com Zizek (2011a; 2011b) e Badiou (2012), de que é preciso formular novas coordenadas para as práticas sociais, partindo da hipótese de que o mundo ainda precisa de uma alternativa ao capitalismo, no caso, a hipótese comunista, e adotando, para tanto, a posição proletária.

Desta feita, julgamos que o turismo pode mesmo cumprir uma função de legitimar e dar visibilidade para os territórios camponeses, aqui pensados a partir dos assentamentos, e dessa forma cumprir o papel tático que, por exemplo, o MST tem pensado para esta atividade. Para tanto, é preciso que a mesma esteja ligada às estratégias de territorialização destes sujeitos. Afinal, o assentamento é um resultante da luta de classes, e não tem sido efetivado como política pública sistemática, e sim como resposta às ocupações e outras formas de reivindicações. Logo, não cabe pensar o turismo, como muitos trabalhos do CBTR propõem, partindo da dinâmica de financeirização, por exemplo, do Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF. Isso por dois motivos: primeiro, porque uma política de subsídios para a agricultura não tem que se pautar pelo propósito de inserir os agricultores no mercado financeiro, e, portanto, deve ser feita com créditos a fundo perdido, como diz Oliveira (2011); segundo, porque o turismo como instrumento dessa perspectiva cinde a dinâmica de territorialização camponesa. Em outras palavras, os movimentos sociais, se querem manter o projeto de reestruturação social para além do capital, não devem aceitar qualquer tipo de vinculação com essa lógica, sejam os arrendamentos dos lotes para o agronegócio, sobretudo em condições de perda progressiva de autonomia do assentado, seja a transformação deste sujeito em empreendedor-capitalista.

É a partir destes posicionamentos que vão se configurando as mediações entre assentamento e capital, em cujo processo os movimentos sociais cumprem notável função. Nesse mesmo sentido, aos pesquisadores cabe olhar para a questão da inserção do turismo nos assentamentos direcionados por suas concepções mentais, ou, dito de outro modo, por suas consciências de classe, que, como aqui defendido, precisam guardar estreita relação com a posição proletária, pois, em última análise, todos temos sido alijados pelo desenvolvimento do capitalismo em diversas dimensões da vida (ZIZEK, 2011a; ZIZEK, 2011b; HARVEY, 2011).

Cabe reafirmar, ainda, a imprescindibilidade da Reforma Agrária para a diminuição das injustiças sociais, sobretudo as que atingem mais diretamente os camponeses, e para a construção de possibilidades da territorialização destes sujeitos. Essa construção tem que se consubstanciar em autonomia na dinâmica de determinação social destes cidadãos, para que, dessa forma, eles possam ter efetivamente um território camponês. Nesse particular, não é demais retomar que esse entendimento da determinação social, como componente central da estruturação do território, está pautado na concepção classista deste conceito, para a qual o embate de classes tem centralidade, sendo a determinação social o elemento analítico que permite ao pesquisador aferir o domínio de um território por essa ou aquela classe, sem idealizações vagas (SOUZA, 2009).

Por fim, o principal argumento desta pesquisa, qual seja, o de que a sociedade contemporânea carece de análises marxistas radicais, aqui denominadas como críticas, é justificado e reforçado pelo resultado encontrado na leitura dos textos do CBTR, que, conquanto tragam valiosas contribuições, não somam para o aprofundamento das reflexões a partir dessa concepção de mundo. E preocupa-nos sobremaneira o fato de nenhum dos textos sobre TARA corroborarem essa perspectiva crítica, ainda mais sendo o CBTR um espaço valioso de socialização de conhecimentos e figurando como importante referência bibliográfica para as pesquisas recentes sobre este tema que tem crescido no país, como aponta o número de trabalhos sobre o assunto na última edição deste evento.

REFERÊNCIAS

- ALFONSIN, J. T. Entrevista. Entrevistador: Valdez Adriani Farias. In: **Revista de direito agrário**. Brasília: INCRA. Edição especial. Ano 20, N. 21, 2007.
- ALFREDO, A. Geografia do Turismo. A crise ecológica como crítica objetiva do trabalho. O turismo como ilusão necessária. **Geosp Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 9, p. 37-62, 2001.
- ALMEIDA, J. J. Turismo rural: uma estratégia de desenvolvimento via serviços. In: **Anais do I Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. Piracicaba: FEALQ, 1999
- BADIOU, A. **A hipótese comunista**. Trad. Mariana Echalar. – São Paulo: Boitempo, 2012.
- BARBOSA, Ycarim Melgaço. **O despertar do turismo: um olhar crítico sobre os não-lugares**. São Paulo: Aleph, 2001.
- BARI, R. F. **Turismo solidário e MST: o turismo como ponte para um intercâmbio cultural**. Monografia: Casper Libero. 77 f., 2005.
- BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Trad. Carlos Alberto Medeiros – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BERGAMASCO, S. M. P.P.; WANDERLEY, M. N. B. Editorial. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária** – ABRA. Números 2 e 3. Vol. 25 – Maio- Dezembro, 1995..
- BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Diretrizes para vigilância do câncer relacionado ao trabalho**. Rio de Janeiro: INCA, 2012.
- BRASIL. **Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2006**. Coordenação de Contas Nacionais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 57 p.
- BRASIL, Lei nº 6.938/1981 – **Política Nacional do Meio Ambiente**. Brasília, em 31 de agosto de 1981.
- BRASIL. **Lei Geral do Turismo** n.º 11.771/08, de 17 de setembro de 2008b
- BRASIL. RESOLUÇÃO CONAMA no. 387, de 27 de dezembro de 2006. **Licenciamento ambiental para projetos de reforma agrária**. Publicada no DOU nº 249, de 29 de dezembro de 2006, Seção 1, página 665-668
- BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades Conservação da Natureza**. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5 ed. Aum. BRASILIA: MMA/SBF, 2004, 56 p.
- BRASIL. **Estatística e indicadores do turismo mundial -2009**. Ministério do Turismo. Disponível em: <www.dadosefatos.turismo.gov.br> Acessado em: 18 de Novembro de 2010.
- BRASIL. Deliberação Normativa n.º 419/01, de 15 de março de 2001- **“Programa Nacional de Infra-estrutura Turística – PROINTUR”** Anexo

BRASIL. **Plano nacional de turismo**. BRASÍLIA: MTur, 2007.

BRASIL. **Política nacional de turismo**. Brasília. 2008a. Disponível em: <http://www.soleis.adv.br/turismopoliticanacional.htm>. Acesso em: 25/04/2011.

BRASILDEFATO. **Ministério apreende produtos da agricultura camponesa**. 2012. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/9662> Acesso em: 08 Jun.2012.

BRASILIACONFIDENCIAL. **Classe média deve continuar a crescer**. Disponível em: <www.brasiliacconfidencial.com.br> Acessado em: 11 de Agosto de 2010.

BRASILIACONFIDENCIAL. **Agrotóxicos contaminam leite materno em Cidade de Mato Grosso**. Disponível em: <http://www.brasiliacconfidencial.inf.br/?p=27359> Acesso em 24/03/2011.

BRENNEISEN, E. C.; **Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais**. Cascavel: Edunioeste, 2002

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: **Anais do I Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. Piracicaba: FEALQ, 1999

CAMPOS, J. F. S.; FERNANDES, B. M. O conceito de paradigma na geografia: limites, possibilidades e contribuições para a interpretação da geografia agrária. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 6, n. 11, p. 21-52, fev., 2011

CAMPOS, M. P.; MARIANI, M. A. P. Novas ruralidades? Território e territorialidades no Pantanal de Aquidauana – MS. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. Piracicaba: FEALQ, 2010.

CANDIOTTO, L. Z. P. Turismo rural sustentável e agricultura familiar: a necessidade de um enfoque para além do devir. In: **Anais do V Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. Piracicaba: FEALQ, 2005.

CIMI. **Em defesa da vida, da integridade dos povos e de seus territórios e contra o REDD e a mercantilização da natureza**. 2011. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=5836>> Acesso em: 10 fev. 2012

CORIOLOANO, L.N.M.T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006

ELIAS, D. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007. p. 49-66.

ESCOBAR, A. **Una minga para el postdesarrollo**: lugar, medio ambiente y movimientos sociales em las transformaciones globales. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2010.

FABRINI, J. E. Território, classe e movimentos sociais no campo. **Revista da ANPEGE**, local, v. 7, n. 7, p. 97-112, jan./jul. 2011

FELICIANO, G. Ap. D.; MARIANI, M. A. P. Gestão da sustentabilidade nas propriedades rurais – caso da Estância Mimosa Ecoturismo, Bonito / MS. In: **Anais** do VII Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Piracicaba: FEALQ, 2010.

FERELLI, J. D.; *et al.* Assentamento rural e agroturismo: a fábrica de queijos Brun como um exemplo de sucesso em Mato Grosso do Sul. In: **Anais** do V Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Piracicaba: FEALQ, 2005.

FERREIRA, D. Ap. de O. Geografia agrária no Brasil: conceituação e periodização. **Terra Livre**. São Paulo. n. 16. 2001. P. 39-70.

FERREIRA, D. Ap. de O. **Mundo Rural e Geografia. Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo: Editora Unesp, 2002. v. 1. 462 p.

FERREIRA, D. Ap. de O.; PEREIRA, J. C. A. Produção familiar e turismo rural: perspectivas de sustentabilidade. In: **Anais** do IV Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Piracicaba: FEALQ, 2003.

FROMM, E. **Análise do homem**. Trad. Octavio Alves Velho. São Paulo: Círculo do Livro S/A, S/D (1947).

FURQUIM, E. de C.; ISHIY, M. As atividades do turismo rural sob a óptica da desproteção jurídica da legislação agrária e tributária. In: **Anais** do III Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Piracicaba: FEALQ, 2001.

GRAY, J. **Cachorros de palha**: reflexões sobre humanos e animas. Trad. Maria Lucia de Oliveira. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GUIMARÃES, A. P. Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros. In: **Quatro séculos de latifúndio**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989. P. 105-119.

GÓMEZ, J. R. M. Desenvolvimento em (des)construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (ORGS). **Geografia agrária**: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Trad. João Alexandre Peschanski. – São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HARKNESS, J. **Para impedir uma nova crise alimentar**. 2011. *Disponível em*: <http://www.envolverde.com.br/materia.php?cod=88274&edt=29> Acessado em: 24/03/2011 as 19:00

INCRA. **Publicação especial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.** Março de 2010.

JORGE, W. J.; SOUZA, J. G. de. Crédito para a reforma agrária. In: SOUZA, J. G. de; GEBARA, J. J.; JORGE, W. J. (ORGS). **Reforma agrária e crédito agrícola: os resultados de assentamentos frente à inepta política de crédito para a Reforma Agrária no Brasil (PROCERA) /**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 258 p.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Economia do turismo.** Ed. Atlas. 2001

LAUREANO, D. S. **O MST e a constituição: um sujeito histórico na luta pela reforma agrária no Brasil.** 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LEAHY, S. **A Europa semeia a fome.** Disponível em: <http://envolverde.com.br/noticias/a-europa-semeia-a-fome/> Acesso em: 01 / Jun / 2011

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Trad. Lúcia MathildeEndlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEFEBVRE, H. **Reprodução: as relações de produção.** 1 ed. Porto: Publicações Escorpião, 1973, 115 p

_____. **Marxismo.** Trad. Willian Lagos. Porto Alegre, RS: L&PM, 2009.

_____. **Sociologia de Marx.** Trad. Carlos Roberto Alves Dias. 2 Ed. Forense-Universitária: Rio de Janeiro, 1979

LEITE, F. T. de G. M.; CONSORTE, J. E. Estudo de caso: diagnóstico turístico do assentamento rural do Contestado, localizado no município da Lapa. In: **Anais do IV Congresso Brasileiro de Turismo Rural.** Piracicaba: FEALQ, 2003

LEROY, J. P.; MALERBA, J. Presentación. In: **Petrobras: ¿integración o explotación?** LEROY, J. P.; MALERBA, J. (ORGS). Rio de Janeiro: Fase/Projeto Brasil Sustentável e Democrático, 2005.

LESSA, S. Lukács e o marxismo contemporâneo. **Temáticas**, nº1-2, IFCH-Unicamp, 1993.

LIPINSKI, J. **ONU quer incentivar agroecologia para combater a fome.** 2011. Disponível em: <http://envolverde.com.br/noticias/onu-quer-incentivar-agroecologia-para-combater-a-fome/> Acesso em: 18 abr. 2011.

LUKÁCS, Gyögy. **Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx.** São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

MAIA, A.; MELO E SILVA, S. D. de; VICENTE, T. Educação pelo turismo numa prática de excursão didática em espaço rural do sertão pernambucano: uma viagem pelas terras de Lampião. In: **Anais do IV Congresso Brasileiro de Turismo Rural.** Piracicaba: FEALQ, 2003

MANIGLIA, Elisabete. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009

MARCOS, V. de; FABRINI, J. E. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARQUES, M. I. M. O novo significado da questão agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 9., 2011, Goiânia. **Anais...** Goiânia: ANPEGE, 2011.

MARTINS, J. **Os limites do irracional** – globalização e crise econômica internacional. São Paulo: ed. Fio do Tempo, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luiz Cláudio de Castro e Costa. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MELO, T. S.; NASCIMENTO, A. F.; THOMAZ, R. C. C. Turismo, sustentabilidade e reforma agrária: contradições no governo Lula. In: **Anais** do VII Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Presidente Prudente: Unesp, 2010

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. Trad. Francisco Raul Cornejo, *et al.* 2.ed. rev. e ampliada – São Paulo: Boitempo, 2011.

MICHELIN, R. L.; VICENTE, T. R. O turismo rural como objeto de estudos nas revistas científicas nacionais de turismo. In: **Anais** do VI Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Piracicaba: FEALQ, 2007.

MORAES, C. S. B.; QUEIROZ, O. T. M. M.; MAUAD, F. F. Planejamento e gestão ambiental. In: **Anais** do V Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Piracicaba: FEALQ, 2005.

MOREIRA, R. J. Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. In: **Raízes**. Ano XVII, N.17, Junho/ 1998. p.11-22

MOURA, L P. **Diagnóstico do potencial turístico dos assentamentos rurais do município de Rosana**. Rosana: Campus Experimental de Rosana, 2005. 15 f. Projeto de Pesquisa enviado a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. 2005

MPABRASIL. **Via Campesina inaugura Mercado Popular de Alimentos em Pinheiros - ES 2012**. Disponível em: <http://www.mpabrasil.org.br/noticias/campesina-inaugura-mercado-popular-de-alimentos-em-pinheiros-es> Acesso em: 02 maio 2012.

MST. **Assentamento Pontal do Tigre produz 33% do arroz do Paraná**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/12189> Acesso em: 23 de Julho de 2011.

OLIVEIRA, C. de. **Perigo no campo e na cidade: agrotóxico contaminam os alimentos, a terra, a água, o ar, causam doenças graves e matam**. 2012. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/71/saude> Acesso em: 08 Jun. 2012

OLIVEIRA, A. U. **A atualidade da questão agrária brasileira**. 16 Nov. 2011. Entrevistador: Thiago Sebastião de Melo. São Paulo. Arquivo digital. 96 min.

OLIVEIRA, A. U. Prefácio. In: MARCOS, V. de; FABRINI, J. E. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia e os movimentos sociais**. São Paulo: USP (digitado), 2007.

ORIGUÉLA, C. F. Ocupações de terras em 2010: algumas considerações e perspectivas. In: **Boletim DATALUTA** – Artigo do mês: outubro. Presidente Prudente: NERA, 2010. Disponível em: < http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/10artigodomes_2010.pdf> Acessado em 17 de Novembro de 2010.

OURIQUES, H. R. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

ORTIZ, F. **Um terço dos alimentos contaminado por agrotóxico**. 2012. Disponível em: <http://www.mst.org.br/Um-terco-dos-alimentos-consumidos-pelos-brasileiros-esta-contaminado-por-agrotoxicos> Acesso em: 07 de Maio de 2012. Originalmente publicado no site da UOL

PEET, R. Imaginários de desenvolvimento. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (ORGS). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PERINOTTO, A. C. R.; Turismo pedagógico: uma ferramenta para educação ambiental. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 8 N. 1. 2008.

PIMENTEL, G. G. de A. Produção bibliográfica dos Congressos Brasileiros de Turismo Rural – breve revisão. In: **Anais do III Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. Piracicaba: FEALQ, 2001

PIRES, E. L. S. As lógicas espaciais e territoriais do desenvolvimento: delineamento preliminar dos aspectos históricos, teóricos e metodológicos. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (ORGS). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PORTUGUES, A. P. As políticas públicas e o incentivo ao turismo rural em Linhares – ES. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. Piracicaba: FEALQ, 2010.

PORTUGUES, A. P. **Consumo e espaço** – turismo, lazer e outros temas – São Paulo: Rocca, 2001.

RIBEIRO, S. **COP 16 fortalece a importância do mercado na preservação ambiental**. *Jornal Brasil de Fato. Internacional*. 9 a 15 de Dezembro de 2010, p. 9

ROQUE, A. **Panorama empresarial do turismo rural 2010**. São Paulo: IDESTUR, 2010.

PEREIRA, D. V.; SOUZA, R. S. R. de; FERNANDES B. M. **Governo desvia o foco das reivindicações dos sem-terra**. Disponível em: <www.mst.org.br>. Acessado em: 11 de Maio de 2010.

RUBELO, J. G. N.; LUCHIARI, M. T. D. P. O Circuito das Frutas – SP no contexto do turismo rural. In: **Anais** do V Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Piracicaba: FEALQ, 2005.

SAQUET, M. A.; SUZUKI, J. C.; MARAFON, G. J. (Orgs) **Territorialidades e diversidades nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. 1 ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SEVÁ, O. **Conquistar territórios**: a prioridade corporativa. Disponível em: www.envolverde.com.br Acessado em: 10/03/2011

SANTO, F. B. E. A questão agrária e o turismo rural na Zona da Mata Norte de Pernambuco. In: **Anais** do V Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Piracicaba: FEALQ, 2005.

SOUZA, J. G. de. **Questão de Método: a homogeneização do território rural paulista**. Jaboticabal-SP: Unesp. (Tese de Livre Docência). 2008. 163p.

_____; GEBARA, J. J.; JORGE, W. J. (ORGS). **Reforma agrária e crédito agrícola**: os resultados de assentamentos frente à inepta política de crédito para a Reforma Agrária no Brasil (PROCERA) /. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 258 p.

_____; GEBARA, J. J. O programa de crédito especial para a reforma agrária – procera. In: In: SOUZA, J. G. de; GEBARA, J. J.; JORGE, W. J. (ORGS). **Reforma agrária e crédito agrícola**: os resultados de assentamentos frente à inepta política de crédito para a Reforma Agrária no Brasil (PROCERA) /. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 258 p.

_____; JORGE, W. J.; GEBARA, J. J. Política de crédito: condições de vida e resultados na produção. In: SOUZA, J. G. de; GEBARA, J. J.; JORGE, W. J. (ORGS). **Reforma agrária e crédito agrícola**: os resultados de assentamentos frente à inepta política de crédito para a Reforma Agrária no Brasil (PROCERA) /. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 258 p.

_____. Por uma des-globalização da produção alimentar – diversidade produtiva e resistência do campesinato: uma análise da Espanha. In: Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. 9. 2011, Goiânia. **Anais...** Goiânia: ANPEGE, 2011.

_____. A Geografia agrária e seus elementos de crítica sobre o avanço do capital monopolista no campo brasileiro. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 34, p. 147-176, 2010

_____. Limites do Território. Revista **Agrária (USP)**. São Paulo, nos 10/11, pp. 99-130, 2009.

STEDILE, J. P. **O MST muda o foco**. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/o-mst-muda-o-foco> Acesso em: 02 de Agosto de 2011.

_____. **Reflexões sobre as tendências do capital na agricultura**. Dossiê. MST: São Paulo, 2010.

SOUZA FILHO, H. M. de; BUAINAIN, A. M. Patrimônio, produção e a capacidade de pagamento dos assentados. In: SOUZA, J. G. de; GEBARA, J. J.; JORGE, W. J. (ORGS). **Reforma agrária e crédito agrícola: os resultados de assentamentos frente à inepta política de crédito para a Reforma Agrária no Brasil (PROCERA) /**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 258 p.

TEIXEIRA, J. C. Agricultura familiar camponesa e o turismo no espaço rural: reflexões sobre desenvolvimento local. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. Piracicaba: FEALQ, 2010.

THOMAZ JÚNIOR, A. Intemperismo do trabalho e as disputas territoriais contemporâneas. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 307-329, out. 2011

VIEGAS, L. P.; SELVA, V. S. F. Assentamento Amaraji: possibilidades e limites de inserção na atividade turística do município de Rio Formoso, PE. In: **Anais do VI Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. Piracicaba: FEALQ, 2007.

VIEGAS, L. P.; RAYE, R. L. O turismo e o despertar do sentimento de pertença em comunidades rurais. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. Piracicaba: FEALQ, 2010.

VIEIRA, E. M. O turismo rural e o ITR: três reducionismos. In: **Anais do IV Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. Piracicaba: FEALQ, 2003

VIVAS, E. **Comemos o que nos dizem as empresas do agronegócio**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/11376> Acessado em: 10/03/2011

WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**. Números 2 e 3. Vol. 25 – Maio- Dezembro, 1995.

WEISSBACH, P. R. M. A questão da cultura local no turismo rural e os impactos causados pela atividade. In: **Anais do V Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. Piracicaba: FEALQ, 2005

ŽIŽEK, S. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. Trad. Maria Beatriz de Medina. – São Paulo: Boitempo, 2011a.

ŽIŽEK, S. **Em defesa das causas perdidas**. Trad. Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011b

ŽIŽEK, S. **Slavoj Zizek e a novidade do comunismo**. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2011/05/28/slavoj-zizek-a-novidade-do-comunismo-382949.asp> Acesso em: 01/ Junho/ 2011c.

ŽIŽEK, S. **A revolta da burguesia assalariada**. 2012. Disponível em: <http://boitempoeditorial.wordpress.com/2012/01/27/a-revolta-da-burguesia-assalariada/> Acesso em: 15 / Mar / 2012